

*Vem aí o ditador
mais sanguinário
do continente:*

EM TEMPO!

Quinzenário Nacional • Ano III • Nº 112 • 14 a 27 de agosto de 1980 • Cr\$ 30,00

Milhares de presos, mortos
e “desaparecidos” na Argentina,
entre eles, centenas de crianças,

FORA VIDELA!



*(Comandante - em - chefe da
repressão no cone sul)*

O ditador
argentino, gal.
Videla vem ao Brasil no
próximo dia 19.
Veja, o porquê da visita,
e o que o fascista Videla
tem feito do povo
argentino, à testa da
ditadura mais
sanguinária do continente.
Págs. 15 a 17

PT EXCLUSIVO:

O ABC da democracia
interna no partido

Aqui, um
serviço didático
de quatro páginas
sobre os Estatutos
do Partido dos
Trabalhadores.

Págs. 4 a 7



Michael Lowy
Marx, Engels e Trotski
e os “partidos de
trabalhadores.”

Pág. 8

Campanha Nacional contra o terror

*Oposição democrática
e popular colhe
os primeiros frutos
da luta contra o terror.*

Fascistas acuados e desesperados diante
das mobilizações contra suas bandas terroristas

Pág. 20

Seminário de Canela/RGS

A Social Democracia busca novos interlocutores

Patrocinado pela Social Democracia alemã, realizou-se nos dias 7 a 9 últimos no Rio Grande do Sul, um seminário para discussão das relações internacionais entre o Norte e o Sul. Na verdade, uma busca de novos parceiros e interlocutores no Brasil, depois do declínio do brizolismo.

O Seminário conseguiu realizar uma proeza: sob o pretexto de se discutir o "Relatório Brandt" - um documento que analisa as relações entre os países do Norte desenvolvido e do Sul miserável desde um ponto de vista ético, finalizando num chamado às consciências mais lúcidas - conseguiu reunir uma gama enorme de pessoas, desde as mais variadas profissões até as mais distintas posições políticas. Empresários, economistas, sociólogos e jornalistas do Brasil, Argentina, Colômbia, México, Chile e Alemanha discutiram de quinta-feira, dia 7, até sábado os pressupostos e implicações práticas do relatório. Do Brasil, havia "representantes de todos os partidos, mesmo o PDS estava presente, bem como as mais variadas formas de capital, desde o nacional, Severo Gomes, até um representante do multinacional, Helmuth Wervert, da Siemens do Brasil. Com essa composição é que se discutiu o "relatório da comissão Brandt e seu desdobramento para a América Latina". O encontro foi patrocinado pelo Ildes, organismo vinculado à Fundação Friederich Ebert do Partido Social Democrata alemão.

O primeiro dia de debates, sexta-feira, abriu com o tema "Implicações políticas do Relatório", com a exposição de Hélio Jaguaribe. O cientista ressaltou a riqueza teórica e validade ética do relatório, no entanto, mostrando-se pessimista em relação a sua aplicação prática. Porém, se essa foi a tônica do encontro, duas ordens de resposta surgiram: uma que privilegiava a continuidade do diálogo, ressaltando a possibilidade de se chegar a posições comuns.

Um Seminário estéril? Só nas aparências...

Eduardo Frei, ex-presidente do Chile, perguntava-se: "Se não dialogamos, o que faremos?" Ao que era respondido por Fernando H. Cardoso: "até agora eles sempre mataram e nós dialogamos". Jacó Bittar, sindicalista e dirigente do PT, perguntava à sua maneira: "Dialogar com quem - com as ditaduras?". Do lado dos social-democratas a réplica veio do Diretor do Departamento Internacional da poderosa Federação dos Sindicatos Metalúrgicos da Alemanha: "Eu não sou profeta, mas como sindicalista temos que buscar todos os caminhos para uma solução pacífica. Acredito na negociação. Temos que negociar para evitar possíveis catástrofes."

Ainda na sexta-feira, o deputado do PDT, Alceu Collares, apresentou o que seria uma batata quente no encontro: uma moção de repúdio ao golpe na Bolívia e o apoio ao governo de Siles Zuazo, na clandestinidade. A moção afirmava que, "em primeiro lugar, o golpe boli-



viano espanta pela brutalidade com que foi perpetrado, ferindo fundo a consciência pacífica, democrática e progressista dos povos terceiro-mundistas. Estarrece, ademais, o recurso extremo dos militares golpistas, que não titubearam em assassinar líderes políticos e dirigentes sindicais envolvendo o país num brutal e inaceitável banho de sangue." O documento encerra propondo "aos participantes do Seminário que, diante do reconhecimento da dualidade de poder que persiste em território boliviano, com a heróica resistência do Presidente eleito, Hernan Siles Zuazo, recomendam às forças populares da América Latina o desenvolvimento de uma intensa campanha pelo rompimento de relações diplomáticas com o governo ilegítimo do general Garcia Meza e o reconhecimento do governo constitucional da Bolívia". Mas como tratava-se de apenas um encontro, sem um caráter mais definido, o documento não foi votado. Passará a ser transcrito no relatório final do encontro, eximindo assim muitos participantes que não concordavam com a moção. Talvez a maioria.

No último dia, pela manhã, o tema foi "As responsabilidades políticas do Norte", apresentado pelo deputado do SPD que concluiu com o desejo de que "a abertura proporcionada pelo governo brasileiro fosse compartilhada pelos trabalhadores de nosso país na escala mais ampla possível."

No fim do seminário ficou claro uma coisa: para a social-democracia pouco interessava chegar a consensos e posições mais definidas nos debates. Todo ele foi marcado por um campo obscuro, onde os interesses, altamente contraditórios entre os vários participantes não chegou a nenhuma conclusão, a não ser marcar um outro seminário, possivelmente em Brasília. Não. O interesse maior da social democracia foi reunir o maior número possível de possíveis interlocutores seus aqui do Brasil e, secundariamente, da América Latina, desde o PDS até o PT.

opinião

É importante dialogar com os social-democratas

"A crítica ao reformismo social democrata não deve impedir o reconhecimento do caráter relativamente progressista de suas posições em algumas situações políticas em que eles tem intervido": por exemplo, a Nicarágua; afirma o autor.

Por José Carlos Brum Torres (*)

A primeira vista, os 100 mil dólares gastos pela ILDES/Fundação Friederich Ebert no encontro de Canela parecem uma prodigalidade insensata. Surpreso com a falta de objetividade do encontro, o jornalista Augusto Nunes comentava numa conversa de intervalo que social-democratas alemães certamente lucrariam muito mais, investindo muito menos, se despachassem um representante de alto nível para conversar particularmente com os políticos latino-americanos e brasileiros julgados importantes.

Afora o fato de que uma coisa não exclui a outra, há boas razões para pensar que não obstante o caráter abstrato das intervenções, a falta de consenso e as discussões sempre inconclusivas, o dinheiro gasto em Canela não foi inteiramente perdido.

É certo que o nível das intervenções de caráter teórico, apesar da inegável qualificação dos participantes, deixou muito a desejar. A evidência mais clara disto está em que os fundamentos efetivos da iniciativa política materializada na constituição da Comissão Brandt e na elaboração de seu relatório não foram objeto de uma discussão séria e aprofundada. Não se deixou de falar, é claro, na crise econômica internacional, mas a verdade é que não houve nenhuma análise sistemática de seus determinantes, alcance e consequências. Por outro lado, o colapso da liderança política americana a nível mundial foi praticamente ignorado. Nestas condições, sem a explicitação destes pressupostos essenciais, não surpreende que os trabalhos da Comissão e o encontro de Canela possam ter parecido gratuitos.

É certo, igualmente, que não houve consenso nem mesmo em torno do sentido da iniciativa do ex-chanceler que foi tida por uns - a maioria dos participantes latino-americanos e notadamente pelo ex-ministro Severo Gomes - como meramente retórica, insignificante e/ou utópica, e por outros - principalmente aqueles que dela participaram diretamente, como o sr. Eduardo Frei e o deputado alemão, sr. Uwe Holtz - como o passo inicial de uma imperativa e inevitável reordenação da ordem político-econômica internacional.

Por fim, é certo também que, da parte destes últimos e do próprio encontro, as conclusões práticas não passaram da proposta de dar continuidade às discussões iniciadas no hotel Laje de Pedra.

A soma destas inconseqüências não deve impedir, porém, que se perceba o sentido do encontro, o qual só poderá ser reconhecido, no entanto, se se tiver claro que Canela não é mais do que um momento dentro de uma estratégia política de largo prazo. Tudo indica, com efeito, que na Comissão Brandt, e nas discussões que, em torno de seu relatório têm sido provocadas ao redor do mundo, encontra-se o embrião, ou, talvez melhor, o ensaio de uma política externa alemã de alcance mundial, suscitada pela profunda crise do sistema imperial sob hegemonia americana.

Ambiguidades a parte, é inequívoco que a falência da liderança americana deixa um vazio que a internacional socialista, sob liderança alemã, trata

de ocupar. O sentido desta política têm variado, indo do apoio incondicional ao sr. Mario Soares em Portugal ao da revolução sandinista na Nicarágua. Em todos os casos é inegável que ela se encontra à esquerda da diplomacia americana, embora seu marco não possa deixar de ser o reformismo.

Com relação ao Brasil, a política social-democrata parece ser, no momento, a de ampliar a faixa de seus contatos, tornando o sr. Leonel Brizola apenas um de seus interlocutores. A presença dos senadores Marcos Freire, Franco Montoro e Pedro Simon no encontro de Canela, assim como a dos senhores Jacó Bittar e F. Weffort é uma evidência meridiana disso.

Do ponto de vista da esquerda brasileira, uma avaliação sensata parece ser a evidência de que a política social-democrata visa, em última análise, dar continuidade ao sistema capitalista internacional, reformando-o para que possa funcionar com menos desgaste, não deve impedir que se reconheça que na conjuntura presente - seja a nível interno, seja ao nível da política internacional - pode ela aparecer como um interlocutor importante e até mesmo como um aliado.

A nível interno, na medida em que qualquer governo que possa suceder ao atual, embora sendo necessariamente frentista e submetido à hegemonia liberal/reformista, encontrar-se-á sob cerrado fogo da direita e constantemente ameaçado pela restauração ditatorial, sendo óbvio que carecerá de apoios internacionais para manter um mínimo de estabilidade.

A nível internacional, na medida em que a provável eleição do sr. Ronald Reagan à presidência americana provocará um movimento de direitação a nível mundial, o retorno à política de blocos e à guerra fria, para o qual não parece haver outro óbice do que a relutância dos países europeus em segui-lo. Neste sentido, parece evidente que a política social-democrata poderá ser chave no sentido de que se evite o pior.

Ademais, em face da ausência de uma orientação e de uma política verdadeiramente socialistas a nível mundial, diante da manifesta e profunda crise do internacionalismo, o retorno à política de blocos só contribuirá para sufocar o movimento de renovação e abertura do movimento comunista internacional e para a restauração da hegemonia neo-estalinista.

Por todas estas razões, a crítica ao reformismo social-democrata não deve impedir o diálogo com seus representantes, nem o reconhecimento do caráter relativamente progressista de suas posições em algumas das situações políticas em que eles tem intervido. Bem entendido, esta orientação de diálogo com os social-democratas não deve implicar na renúncia à crítica de suas posições, nem tampouco deve alimentar ilusões quanto ao caráter histórico de sua política, que reconhecida e autoproclamadamente tem no reformismo o seu traço essencial.

(*) José Carlos Brum Torres é professor de Ciências Políticas em Porto Alegre.



“Não se chega a nenhum lugar com a discussão sobre a Constituinte.”

Por José Dirceu (*)

Como se estivesse condenada a se propor tarefas para as quais não tem forças e nem condições a esquerda brasileira novamente está envolta na questão do poder. Debate-se, diverge-se e pior não se chega a nenhum lugar na discussão sobre a bandeira de luta “por uma Assembléia Nacional Constituinte”.

O que em primeiro lugar nos chama a atenção na proposta de se lutar por uma Assembléia Constituinte é que se convocada hoje é evidente que refletiria a correlação de forças atual na sociedade brasileira e o nível de organização social e consciência política de cada classe e setor social e principalmente o poder ideológico e político-militar do bloco dominante e o poder econômico e sociocultural de burguesia industrial financeira.

Em seguida nos chama a atenção a indefinição dos setores que propõem a Constituinte com relação a quem convocaria esta Constituinte e como ela seria convocada. É evidente que setores importantes da oposição liberal burguesa já propõem a Constituinte com Figueiredo ou a transformação do atual Congresso em poder constituinte, mas dentro do PMDB, na Tendência Popular e no PT, muitos setores propõem uma Constituinte Livre, Soberana e Democrática, que pressupõe não só o fim da ditadura militar, mas do aparato político-ideológico o fim da hegemonia do bloco dominante burguês.

Estariam os setores da oposição burguesa liberal representados no PP, PMDB e em entidades como OAB, ABI, SPBC, dispostos a lutar por tal objetivo político? Nós respondemos com a realidade que são as propostas de Tancredo Neves e Ulisses Guimarães propondo uma Constituinte com Figueiredo e afirmamos que não se trata de saber se os outros setores da oposição liberal apoiam a Constituinte, mas com que objetivos, qual seria o programa político de uma frente e com que forças estes setores contam. Porque é ilusão, ou pior, ignorância política supor-se que se lutará pela Constituinte apenas como meio para se chegar à democracia, mas democracia para que?

Aqui é que a oposição liberal burguesa se anula, uma vez que a mesma prefere, e isto já é História, conciliar e negociar com a Ditadura Militar e o bloco burguês dominante que alia-se com os trabalhadores e as oposições populares. Prefere as formas de luta política parlamentares e eleitorais, os diálogos e acordos. Não organiza, não mobiliza e nem cria instrumentos políticos com base popular e programas

políticos que realmente atendam aos objetivos de uma frente. Afirmamos isto porque partimos de uma realidade: para derrotar a Ditadura Militar é necessário a organização e a participação política dos trabalhadores e da oposição popular e, principalmente, é necessário uma alternativa de política econômica e sociocultural para o Brasil, já que o bloco dominante depende da Ditadura Militar para manter sua hegemonia.

Mas a oposição burguesa liberal não se define, participa dos diálogos com Petronio Portela, aceita a distensão lenta, segura e gradual de Geisel, engole o Pacote de Abril, se aventura em eleições indiretas e golpes de estado com a candidatura do General Euler Bentes, mantém o MDB como partido institucional e se perde ao lançar campanhas políticas sem mobilizar e organizar os trabalhadores e o povo. Não tem o crédito do bloco dominante para ser uma alternativa de poder e não tem o apoio popular para derrotar a Ditadura Militar. Cai no vazio do discurso político parlamentar e na impotência das denúncias dos recuos e golpes da Ditadura.

Então, cabe à Tendência Popular, aos setores do PT e mesmo à esquerda e aos setores populares que creem que a tática nesta conjuntura é a luta pela Constituinte, proporem um programa e formas de luta e organização para se chegar até a convocação de uma Constituinte. Mas a realidade é bem outra, estes setores da oposição popular, tal como o MDB, limitam-se a proclamar que devemos lutar por uma Constituinte, que a mesma é uma alternativa que politizará e globalizará as lutas econômicas e reivindicatórias do movimento popular e operário. Mas partem do princípio que alguém convocará e garantirá esta Constituinte, já que não possuem nem base social, nem um partido político e sequer um programa para tanto.

Ou estes setores acreditam que a Ditadura Militar está caindo, que a oposição burguesa apoia suas propostas ou mesmo que tem força política e social para derrotar o Governo Figueiredo e o que ele significa?

E que fique claro que isto não significa que fora da luta pela Constituinte não há como organizar e politizar as lutas econômicas e reivindicatórias ou criar alternativas para o regime militar. O movimento popular, e principalmente os trabalhadores, criam neste momento diferentes formas de organização e de luta, avançam no caminho de compreender o papel do Estado, das FFAA e da Burguesia no capitalismo brasileiro. Através da luta social e política que se travou nestes últimos 5 anos, avançamos muito desde as Associações de bairros até o sindicalismo do ABC, passando pelo PT, pela Campanha da Anistia e pela reorganização do movimento estudantil através da UNE etc.

Nossa proposta é que devemos ampliar e fortalecer o sindicalismo autêntico, as entidades de bairros, os partidos populares e a esquerda, acumular forças e definir um programa político para, com base social e força política, propor uma alternativa ao regime mi-

litar. Alternativa que tenha nos trabalhadores e no povo, na sua organização e mobilização uma garantia de continuidade e de auto-defesa contra a reação e os golpes militares.

Não estamos contra uma frente política que lute contra retrocessos políticos, escaladas terroristas, mas perguntamos quais são os objetivos da oposição burguesa. Estará ela disposta com base num programa mínimo lutar junto do movimento popular e operário para levar o país rumo a democracia? Mas será possível uma democracia no Brasil, sem transformações sócio-econômicas e sem ruptura com o bloco burguês dominante? Não servirá a democracia parlamentar apenas aos objetivos da burguesia liberal ou do regime militar? Não acabará sendo esta constituinte e esta democratização a transição que Geisel iniciou e Figueiredo continuou?

Acreditamos que é por aí que devemos discutir nossa tática hoje, sem perder um minuto o sentido da realidade brasileira e de nossas reais forças e possibilidades.

Ser radical hoje, travar a luta política, lutar pelo poder, não é lançar palavras de ordem, propor objetivos ao movimento de oposição que o mesmo não tem como levar à prática ou não tem forças para tanto, ou pior ainda, com aliados que na verdade não são.

Travar a luta política hoje é acumular forças e organizar os trabalhadores para ter a garantia que amanhã nossas conquistas econômicas sociais e políticas não serão aplastadas pelas botas golpistas ou pelo terror branco. Participar da luta eleitoral e parlamentar, como reflexo de lutas sociais e políticas dos trabalhadores e do povo, sem abandonar a luta no campo e nas fábricas, nos bairros e nas escolas.

A oposição popular no Brasil, todos nós, devemos aprender a nos propor as tarefas do momento e com base em nossas reais forças políticas e sociais avançar e não propor ao povo e aos trabalhadores táticas que nos levam a enganos, conciliações ou derrotas políticas. Basta de levar os trabalhadores e o povo a vitórias eleitorais que imediatamente são aplastadas pelos tanques e fusis com o beneplácito dos liberais e burgueses que ontem faziam oposição ou com o silêncio cúmplice de nossos aliados, basta de denunciar e indignar-se com a morte heróica e generosa de mulheres e jovens do povo, que ontem no Brasil, hoje na Bolívia, amanhã em qualquer fábrica ou campo da América Latina, caem assassinados, massacrados resistindo em vão, de peito aberto, a quarteladas, golpes e “revoluções”.

A oposição popul... esteja ela no PT, no PMDB, na oposição Sindical, no Bairro ou no Centro Acadêmico, ou mesmo nos partidos e organizações obrigados pelo regime à clandestinidade, tem a responsabilidade política e histórica de aprender com nosso passado e com a experiência dos povos da América Latina, aprender para levar a luta adiante, até a vitória dos trabalhadores e do povo.

(*) José Dirceu é militante do PT em São Paulo.

“A luta pela Constituinte é a luta política essencial a ser travada hoje.”

Por João Antônio de Paula (*)

O nosso juízo a luta pela Constituinte é a luta política essencial a ser travada hoje, porque ela é capaz de sintetizar toda a luta anti-ditadura.

Uma primeira e fundamental aproximação para o entendimento da importância e atualidade da questão da Constituinte deve partir da análise das experiências grevistas recentes.

Para todos os que viveram a experiência do ABC, está claro que o impasse na negociação, a intransigência dos patrões, as prisões, os espancamentos, a intervenção nos sindicatos foram garantidos pela lei e pelo governo. Ou seja, os acontecimentos recentes do ABC colocaram toda a nitidez que os obstáculos ao exercício de uma democracia autêntica que garanta o atendimento dos interesses dos trabalhadores, é a ordem institucional burguesa, com suas leis, seus métodos, leis e métodos que garantem a dominação dos patrões.

Identificar na ordem institucional burguesa a raiz dos obstáculos ao avanço do movimento de massas é colocar a Constituinte como a luta política principal hoje. Aqui temos que esclarecer de que Constituinte estamos falando. Em primeiro lugar é preciso afastar como tola e elitista a idéia de que os trabalhadores não entenderiam o que seja Constituinte e por isso ela deva ser abandonada. É absolutamente impossível demonstrar como tentamos fazer acima, que a Constituinte tem relação com o cotidiano das aspirações e necessidades dos trabalhadores. Em segundo lugar, é necessário criticar como absurda a tese de que a Constituinte deve ser abandonada porque a correlação de forças hoje é desfavorável. Ora, a Constituinte é justamente um instrumento para alterar a correlação de forças; se a correlação de forças fosse diferente, então a proposta seria outra e não a Constituinte.

Para que a Constituinte hoje possa ser isso, é preciso, é fundamental que respondamos aos questionamentos que surgem no seio da esquerda sobre a necessidade de pré-requisitos e a pergunta sobre quem a convoca.

Os pontos seguintes são uma lista necessariamente aberta de condições que consideramos importantes para garantir a democracia e a soberania da Constituinte:

a) Anistia Ampla, Geral e Irrestrita; b) Liberdade de organização e expressão; c) Fim da lei de segurança nacional e do aparato de repressão política; d) fim da lei anti-greve; e) livre acesso aos meios de comunicação de massa e fim da lei Falcão; f) Impedimento da influência do poder econômico no processo eleitoral; g) Voto aos analfabetos; h) Voto para os praças, cabos, marinheiros e sargentos; i) Liberdade sindical.

Alguns setores da esquerda acham que não temos condições de exigir pré-requisitos. Temos que aceitar as regras do jogo e dentro dele tentar ampliar a representação e a força dos trabalhadores. Outros insistem sobre a necessidade de um elenco de pré-requisitos tomados como indispensáveis para a convocação de uma ANC.

As duas posições são problemáticas. A primeira, por não opor à Constituinte proposta pela burguesia uma proposta alternativa, ao desconsiderar a priori as possibilidades de se construir uma alternativa de ANC que seja também a busca da hegemonia dos trabalhadores.

O problema da segunda posição é que ao desconsiderar as condições concretas das lutas de classes hoje, a presença da ditadura, faz exigên-

cias, estabelece pré-requisitos, condiciona portanto sua participação no processo Constituinte à existência de condições que só seriam alcançáveis numa democracia. Ora, é justamente esse o problema da ANC, para nós. Ele deve ser um instrumento da luta contra a ditadura, o instrumento principal e não pressupor a sua queda como necessária para a convocação da ANC.

É fundamental que não fique nenhuma dúvida de que a Constituinte que propomos não se resume a um processo eleitoral-parlamentar, mas pelo contrário que é fundamentalmente um processo de acelerar a construção de uma nova hegemonia social. Que esse processo passa pela constituição de núcleos pró-constituinte em locais de moradia, de trabalho, em fábricas, escolas, bairros, no campo e na cidade. Que esses núcleos pró-constituinte teriam como função além de discutir nomes e apontar candidatos para a ANC, lutar pela aplicação das suas propostas à Constituinte, funcionando como núcleos de defesa dos interesses dos trabalhadores.

Esses núcleos quando em fábricas teriam como função a elaboração dos pontos de uma carta de direitos operários, no que toca a organização sindical, à liberdade na fábrica, à estabilidade, ao salário, etc.

E desde logo se colocaria também sua continuidade como comissões de fábrica, objetivando o controle operário da produção.

No caso dos núcleos de bairros, as tarefas se colocam na perspectiva da auto-organização da população pela exigência do cumprimento das obrigações da administração pública. Esses núcleos teriam como perspectiva se organizarem como comitês de base numa nova forma de estruturar e administração pública em que as cidades passem a ser geridas por um conselho de comitês de base com funções legislativas, executivas e judiciárias.

Enfim, a proposta de Constituinte que fazemos é fundamentalmente um processo de construção mais rápida de organização independente da classe operária.

Costuma vir junto com a aceitação como justa da proposta de Constituinte a aflição pergunta, teremos condições de encaminhar essa proposta?

A questão é procedente. Entretanto, acreditamos que existam condições objetivas que garantem terreno fértil em que a proposta viceje. Fundamentalmente estas condições se sustentam na situação da luta de classes hoje no Brasil.

Passados os anos mais duros da tempestade direitista pós-64, o movimento operário-popular ressurge na cena política com força e combatividade consideráveis. Surge uma nova liderança sindical sem vinculações populistas. Fortalece-se uma clara perspectiva anti-patronal nesse movimento. Ao mesmo tempo, essa onda de ascenso do movimento de massas não se restringe às cidades, invade o campo, que organiza-se, há um surto de sindicalização em massa pelo país. As diferenças de níveis de consciência existentes entre os vários segmentos de trabalhadores são rapidamente minimizados pelo próprio ritmo do movimento de massa.

Surgem e se multiplicam uma variedade de organismos de base, expressando um esforço notável da sociedade civil em se organizar independentemente, em fugir ao controle do Estado, em se opor a este.

Objetivamente a expansão capitalista, sua crescente monopolização destruiu as ilusões de segmentos da classe média, que no pré-64 acreditavam-se ameaçados pelo governo de Goulart.

É claro que estas condições objetivas não garantem um posicionamento oposicionista consequente, entretanto, reduz em muito a margem para uma articulação fascista.

Mas, o dado mais importante desse quadro de condições objetivas favoráveis ao ascenso do movimento de massas é a proposta do PT.

O PT é o instrumento principal capaz de viabilizar o encaminhamento da proposta de uma ANC, capaz de unificar os trabalhadores na luta contra a ditadura, na construção dos embriões do poder operário.

(*) João Antonio é militante do PT em Minas Gerais

Exclusivo

A NOSSA VEZ
A NOSSA VOZO ABC dos Estatutos
do PT

As regras do jogo da democracia interna do partido

Durante cerca de um mês, de 16 de junho a 17 de julho, a Comissão de Advogados eleita pelo Encontro Nacional do PT para a elaboração final do texto dos Estatutos, trabalhou sobre as resoluções aprovadas na plenária nacional de 1º de junho em São Paulo, (ver matéria ao lado).

Todos os advogados indicados para compor a Comissão aceitaram a tarefa, no caso do professor Dalmo Dallari, apesar da aceitação, no entanto, por motivos de força maior, sua participação terminou não sendo possível.

O resultado deste trabalho, em primeiro lugar, está no texto final dos Estatutos, já aprovado, com adendos e supressões, pela Comissão Diretora Nacional Provisória do Partido, na reunião que realizou no interior paulista nos dias 23 e 24 de junho passados. Em segundo lugar, está também - em complementação aos Estatutos - na proposta de Regimento Interno já apresentada à Comissão Diretora Nacional, mas ainda não discutida e aprovada até agora.

Mesmo os Estatutos, ainda devem ser revisados do ponto de vista técnico formal por um especialista em Direito Eleitoral antes de sua apresentação ao Tribunal Superior Eleitoral.

Apesar disso, dada a desinformação reinante sobre o assunto bem como sua importância, seria útil ao conjunto dos militantes do partido um resumo didático dos principais pontos contidos nestes dois documentos elaborados pela Comissão de Advogados.

Seria demasiadamente pesado para os leitores, e praticamente impossível por razões de espaço, a reprodução aqui de toda a mecânica jurídica que rege o funcionamento dos partidos. Isto no que se refere à parte deste funcionamento que é imperativa por lei para todos os partidos segundo as definições da Lei Orgânica dos Partidos. Há uma série de procedimentos relativos à eleição de Diretórios, à filiação de militantes, à competência dos vários órgãos partidários etc, e que estão dispostos na Lei, com sentido obrigatório para todos os partidos. Estes, deixaremos de lado, aqui, neste resumo didático. Para suprir esta necessidade dos militantes o texto da Lei Orgânica sobre o assunto pode ser encontrado em livrarias ou então em algumas sedes do partido ou casas legislativas.

Aqui trataremos somente daquilo que é específico ao PT, aquelas questões nas quais o partido inovou relativamente à Lei a partir das resoluções votadas no Encontro Nacional e do trabalho da Comissão de Advogados.

Neste sentido, os pontos de destaque são os seguintes:

- 1) A solução dada ao problema de como formalizar os Núcleos dentro do partido; ✓
- 2) A inovação do voto indicativo dos núcleos nas Convenções Municipais;
- 3) A criação do mecanismo de consulta aos Núcleos;
- 4) A instituição da figura do voto de desconfiança das bases às direções;

EM TEMPO • 14 a 27/08/80

A Comissão Diretora Nacional Provisória do PT já aprovou os Estatutos do partido, a partir de uma proposta da Comissão de Advogados eleita no último Encontro Nacional.

A próxima etapa, para breve, será a discussão e aprovação do Regimento Interno.

Nem tanto quanto se diz, estatutos e regimentos não são bichos de sete cabeças

que somente especialistas podem entender.

Pelo contrário, são peças essenciais de um partido das quais todo militante deve ser um especialista para que tenhamos um PT realmente democrático.

Aqui, e nas páginas seguintes, um serviço completo, na forma de um resumo didático

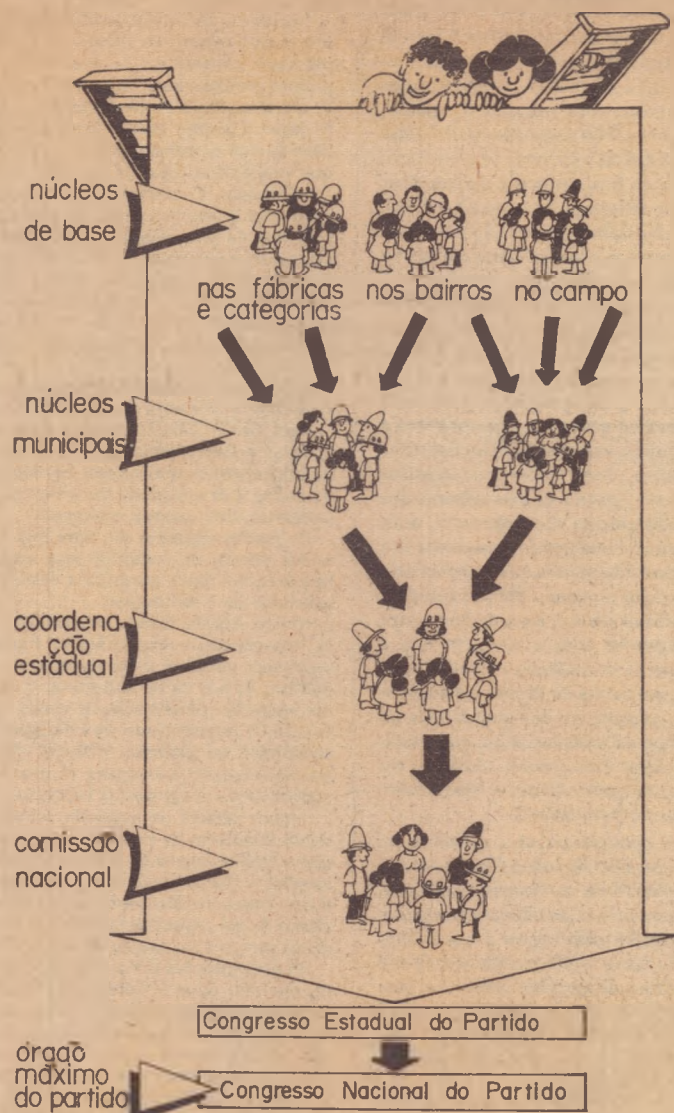
do que está decidido

e por decidir-se na vida interna do PT.

Entre no jogo e arme-se de democracia pois, do contrário, você poderá levar rasteiras a qualquer hora, e pior, sem sabê-lo.

Por Flávio Andrade

Como combinar a democracia dos núcleos com as imposições da lei?



Encontro Nacional do PT: O poder deve estar nos Núcleos

As propostas do Encontro Nacional do PT, realizado em junho, sobre estatutos e regimento interno segundo cópia da ata fornecida pela Secretaria do Encontro.

I - Propostas aprovadas na Plenária de 1º/06/80:

1 - Os Textos básicos para os Estatutos do PT, são as propostas da CNP (Plínio Sampaio) e MG. Subsidiariamente o texto de São Paulo. * Uma comissão de 5 advogados, 3 militantes do PT e 2 convidados, elaborarão o texto final dos Estatutos e submeterão à CNP.

Advogados escolhidos: **Membros do PT:** Sandra Starling (MG); José Mentor (SP); Marcos Aurélio Ribeiro (SP).

Convidados: Plínio Arruda Sampaio (SP); Dalmo de Abreu Dallari (SP).

2 - Que os Estatutos do PT consagrem o poder de decisão dos Núcleos de Base, nas brechas da Lei. Que o Regimento Interno regule o poder já garantido nos Estatutos.

3 - Que entre os objetivos gerais do Núcleo seja acrescentado o item "c": promover a educação política dos militantes.

4 - Pontos que deverão constar dos Estatutos ou regimento interno, se couber, ou de uma circular da Comissão Diretora Nacional Provisória:

a) A unidade orgânica do PT é o núcleo de militantes e assim os objetivos gerais dos núcleos são: * aprofundar e garantir democracia interna do PT; * estreitar a ligação do PT com os movimentos sociais de base.

b) Os núcleos terão atividade regular a cada 15 dias pelo menos;

c) A articulação entre os núcleos, a nível distrital, setorial, municipal far-se-á através de Conselho de Representantes eleitos nos núcleos e removíveis a qualquer momento.



d) O contato entre diretórios e núcleos será minimamente garantido através da participação de Membros do Diretório nos Conselhos de Representantes.

e) Os núcleos não deverão ser estrutura paralela dos diretórios, mas canais de militância política e portanto deverão embargar o trabalho dos diretórios.

f) Os diretórios convocarão Congresso de Militantes antecedendo as Convenções do Partido (exceto os Municipais para escolha de Diretórios e Delegados onde todo filiado participa).

g) 2/3 das vagas dos órgãos do partido serão reservadas aos militantes de núcleos.

II - Propostas não votadas:

1 - Os núcleos terão número limitado de componentes, estabelecido pelos respectivos diretórios, tendo estes o poder de ampliá-los ou subdividi-los após atingido o número fixado.

2 - Respeito às decisões da base, destituição de membros da direção (renúncia).

III - Propostas aprovadas para Regimento Interno:

1 - O ingresso no Partido será feito pela base e exclusivamente por essa base do Partido, vedado o ingresso pela cúpula partidária.

Dois meses depois do Encontro Nacional

Afinal, os Núcleos têm poder ou não?

Como ficou a questão dos Núcleos tanto nos Estatutos já aprovados pela Comissão Nacional como no Regimento Interno.



O Encontro Nacional deliberou "Que os Estatutos do PT consagrem o poder de decisão aos Núcleos de Base, nas brechas da lei. Que o Regimento Interno regule o poder já garantido nos Estatutos".

Esta questão, muito debatida no Encontro,

era argumentada por seus proponentes a partir da alegação de que se o poder dos Núcleos ficasse fora dos Estatutos, somente no Regimento, ele poderia, em eventuais disputas futuras dentro da vida do PT, vir a ser questionado e negado por algumas das partes em disputa. Isto porque somente tem força de lei o que está nos Estatutos do partido; ou seja, uma decisão tomada com base num Regimento Interno, e que seja contrária ao que está expresso na lei caracteriza-se como algo do tipo "acordo de cavalheiros", podendo portanto ser rompida no limite, caso alguma das partes envolvidas recorra à justiça.

E, concluíam os proponentes da resolução finalmente aprovada, "o partido é de massas, aberto e nacional, e desta forma não podemos deixar que a democracia interna repouse, em última instância, na crença de que, sempre, ninguém recorrerá aos tribunais, contra uma decisão tomada pelos mecanismos internos do partido, no caso de se sentir prejudicado."

Enfim, era o velho argumento de que uma solução paralela ao Estatuto, ainda que desse ao partido maior flexibilidade nas suas respostas aos problemas em questão, pode parecer ideal, mas não é. Pois seriam soluções possíveis de, a qualquer momento, serem questionadas e mesmo anuladas por atos da justiça.

A maneira encontrada pela Comissão de Advogados para resolver esta inserção dos Núcleos nos Estatutos, e já sugerida no próprio Encontro, foi a figura do Departamento. A Lei Orgânica prevê a criação de Departamentos nos Diretórios Municipais dos partidos, dando a eles, ao mesmo tempo, o poder de participarem com o direito de voto - cada Departamento um voto - nas Convenções Municipais que escolhem os candidatos do partido às eleições e deliberam sobre linhas de atuação política.

Cabe lembrar aqui uma diferença: nas Convenções Municipais que elegem a direção do Diretório Municipal, (composta de até 45 membros) e os delegados municipais à Convenção Regional segundo a própria lei, já votam todos os militantes filiados ao partido naquele município. Portanto para estas não há o problema da marginalização dos Núcleos, já que se trata de uma plenária municipal. Mas ocorre que estas eleições só se dão a cada dois anos, ficando portanto interrompida por este período a ligação das bases com a direção. O outro tipo de convenção, mencionado acima, pode se dar a qualquer momento. Mas, segundo a lei, dela só participam os membros da direção do Diretório, os delegados permanentes do Município à Convenção Regional, e os parlamentares com mandato pelo município em questão.

Daí a importância dos Departamentos. Eles têm voto, garantido por lei nas Convenções importantes. E um voto por cada Departamento. Por outro lado, a lei não admite estabelecermos que as Convenções tenham a presença, com direito de voto, de outros organismos do partido, como no caso, os Núcleos. Mas a lei não diz o que são os Departamentos e nem quantos. Simplesmente afirma que eles são **órgãos de cooperação** do partido e que têm direito de voto nas Convenções.

Porque não Departamentos?

Isto posto, a solução da Comissão de Advogados foi de denominar os Núcleos, formalmente, como Departamentos. Assim os Núcleos seriam inseridos legalmente dentro da estrutura do partido, e com o seu poder de decisão levado ao

máximo nas brechas da lei, através da figura dos Departamentos. Uma vez que a lei não prevê um número limitado de Departamentos - isto fica em aberto - não define suas funções a não ser chamando-os de **órgãos de cooperação**, e nem define o funcionamento interno que eles devam ter, logo, a porta estava aberta.

Poderiam ser criados quantos Departamentos se quisesse, ligados às atividades já anteriormente consagradas aos Núcleos dentro do partido: atividades referentes aos locais de moradia ou bairro, atividades nos locais de trabalho e, por fim, nas categorias profissionais.

Esta capa do Departamento, vestindo os Núcleos, em nada bloquearia a atuação real deles. E teria a vantagem de ser o expediente pelo qual os Núcleos se inseririam com poder de decisão nas estruturas do partido.

Ocorre, no entanto, que esta solução não passou. A Comissão Diretora Nacional Provisória do PT, na reunião de final de junho, quando aprovou com supressões e adendos o texto final dos Estatutos, vetou esta alternativa. As alegações não foram convincentes, e traduziam muito mais um precário entendimento de sua parte sobre a mecânica de funcionamento da vida partidária no interior das brechas deixadas pela Lei Orgânica.

Alguns membros da Comissão Nacional argumentavam que estes Núcleos, assim concebidos legalmente, poderiam vir a se constituir em bolsões de poder, cativos de "grupos" no interior do partido. Ora, o argumento é inteiramente improcedente, pois qualquer coisa dentro do partido pode, em tese, vir a se tornar bolsão de poder cativo de alguém. Não dar poder aos Núcleos, explorando ao máximo as brechas da lei, é tão somente uma atitude autoritária, e mais, em total desrespeito às resoluções do Encontro Nacional, como também uma insensatez ao se pretender evitar um mal menor (o eventual aparelhismo de alguns) através da supressão de um bem maior (os Núcleos poderem influir decisivamente na vida do partido).

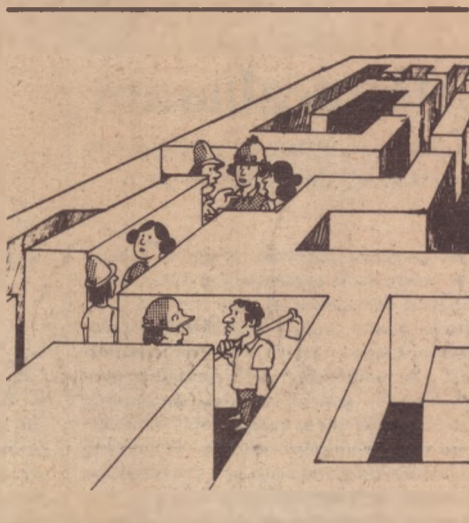
A questão é mais grave ainda, pois, levado às últimas consequências, o argumento se traduz, na verdade, em uma posição contrária mesmo à própria existência dos Núcleos. Isto porque, a rigor, se um organismo dentro do partido é uma presa tão fácil ao aparelhismo de grupos, a conclusão coerente é então que estes mecanismos não deveriam existir pura e simplesmente. E se a conclusão não é esta, então é outra muito pior: o manobristo mais deslavado das bases pelas direções. Pois que outro sentido teria a existência de organismos de base num partido, se eles só podem funcionar de modo positivo quando lhes é negado preventivamente qualquer poder de decisão? A resposta não é outra senão aquela de terem o sentido de ser massa de manobra de quem quer que esteja nas direções, eventualmente.

É bom lembrar ainda que a solução dos Departamentos não tinha nada a ver com conferir aos Núcleos um poder de decisão **autônomo**, cada Núcleo decidindo o que bem quisesse. Pelo contrário o poder de decisão em causa somente seria exercido **coletivamente** pelos Núcleos, dentro das Convenções, e conjuntamente com a direção dos Diretórios Municipais e demais integrantes da Convenção.

Por tudo isso levantado acima, pelo absurdo que significam os argumentos de recusa aos Departamentos, e também pela precariedade no entendimento desta solução manifesta por alguns membros da Comissão Nacional, é que fica evidente que a recusa se deveu mais a razões de ignorância das possibilidades e mecânica da lei do que a qualquer outra coisa.

É verdade que a direção do partido não tem sido nenhum exemplo de brilhantismo na questão da democracia interna. Mas nada indica que a coisa tenha chegado conscientemente aos limites descritos acima.

Por fim, há ainda a possibilidade de reconsideração do problema, uma vez que os Estatutos não foram entregues ao Tribunal Eleitoral. E, como a recusa aos Departamentos fere claramente a decisão do Encontro Nacional de que o



poder dos Núcleos deveria ser consagrado nas brechas da lei, é hora da Comissão Nacional aproveitar o tempo ainda disponível e acertar esta sua conta com a democracia interna do PT.

A solução da direção

Mas deixando de lado este problema, passemos então ao que ficou aprovado nos Estatutos referente aos Núcleos. Eles aparecem nos Estatutos com a designação de "Núcleos de Base", como componentes da seção municipal do partido. Portanto, eles foram inseridos legalmente nos Estatutos; só que sem o poder de decisão nas Convenções, como teria sido possível através do expediente dos Departamentos.

O TÍTULO III, CAPÍTULO I, Art. 12 dos Estatutos diz o seguinte:

Art. 12 - A seção municipal, unidade orgânica e fundamental do Partido. Compõe-se dos seguintes órgãos:

I - Convenção Municipal; II - Diretório Municipal; III - Comissão Executiva Municipal; IV - Diretórios Distritais; V - Bancada de Vereadores; VI - Conselho de Ética; VII - Conselho Fiscal; VIII - Secretarias Municipais; IX - Núcleos de Base.

Mais adiante, o CAPÍTULO VI do mesmo TÍTULO, trata especificamente dos Núcleos de Base detalhando a sua constituição e funcionamento. Diz o seguinte:

Art. 35 - Os filiados de um mesmo domicílio eleitoral, organizar-se-ão em Núcleos de Base, por local de moradia, por categoria profissional, por local de trabalho ou por movimentos sociais.

Art. 36 - Os Núcleos de Base serão constituídos com um número mínimo de filiados uniforme em todo o território nacional, conforme Regimento Interno.

Art. 37 - As funções dos Núcleos de Base são as seguintes:

I - Organizar a ação política dos filiados, segundo a orientação dos órgãos de deliberação e direção partidária, estreitando a ligação do Partido com os movimentos sociais;

II - Emitir opinião sobre as questões municipais, regionais e nacionais que sejam submetidas a seu exame pelos res-

peitos órgãos de direção partidária;

III - Aprofundar e garantir a democracia interna no Partido dos Trabalhadores;

IV - Promover a educação política dos militantes e filiados;

V - Sugerir aos órgãos de direção partidária consulta aos demais Núcleos de Base sobre questões locais, regionais ou nacionais de interesse do Partido;

VI - Convocar o Diretório Municipal nos termos do artigo 22 deste Estatuto.

Desta forma como ficou definida a questão dos Núcleos, eles entram na estrutura formal do partido como **órgãos de encaminhamento, assessoria, consulta e educação política**. O poder de decisão não lhes é dado, embora haja alguns mecanismos, de que trataremos mais adiante onde, se os Núcleos não ganham poder de decisão, no entanto, eles podem chegar a exercer uma influência bastante real. Um destes mecanismos já aparece aqui no próprio artigo acima que é o poder de convocação em caráter extraordinário, do Diretório Municipal, para tratar de assuntos que os Núcleos julguem relevantes (O Diretório Municipal é a direção do partido a nível do município, composta de até 45 membros eleitos a cada dois anos pela Convenção plenária de todos os filiados na respectiva base). Diz o seguinte o artigo 22 mencionado acima:

Art. 22 - O Diretório Municipal reunir-se-á extraordinariamente sempre que convocado pela Comissão Executiva Municipal, ou por um terço de seus membros, ou ainda por um terço dos núcleos de Base, formalizada a convocação sempre pela Comissão Executiva Municipal, na forma da lei.

Isto significa que se os Núcleos julgarem que têm uma questão relevante a tratar e que para isso seja necessária a convocação da direção do partido - ou por acharem que a instância adequada para discuti-la seja a própria direção, ou então por algum conflito com a Comissão Executiva - eles podem fazê-lo, com força de lei, desde que obtenham o acordo de um terço do conjunto dos Núcleos daquela base municipal.

O que será do Regimento?

Estes, são os artigos dos Estatutos que tratam especificamente do problema da constituição e funcionamento dos Núcleos. E é isto que está aprovado até agora pela Comissão Nacional do partido. Há contudo uma série de aspectos relativos ao mesmo tema que não foram incluídos nos Estatutos pela Comissão de Advogados por julgar que são tópicos que podem e devem ser alterados com frequência, de acordo com a experiência do partido. Como o processo de alterações nos Estatutos, uma vez registrados no Tribunal Eleitoral, é bastante burocrático, lento e difícil, a Comissão achou melhor que eles fossem tratados à parte, em Regimento Interno. O Regimento, por não ser um documento registrado no Tribunal permite alterações mais ágeis. Mas a Comissão ainda assim julgou prematuro elaborar todo um Regimento Interno já completo e acabado, preferindo a solução de sugerir à Comissão Nacional do partido que ela baixe uma série de circulares sobre o funcionamento, as quais, pouco a pouco, iriam configurando um todo posteriormente a ser sintetizado num Regimento formal.

Neste sentido a Comissão Nacional já está de posse de um documento chamado "Sugestões da Comissão de Advogados para o Regimento Interno do PT" a ser apreciado e votado brevemente. Em seguida a introdução do documento e suas duas primeiras partes que tratam do funcionamento dos Núcleos:

Continua na página seguinte

A NOSSA VEZ
A NOSSA VOZ



O ABC dos Estatutos
do PT

Voto indicativo para os Núcleos Um possível "acordo de cavalheiros"

Na verdade, os Estatutos aprovados pela Comissão Nacional não dão poder de decisão aos Núcleos nas Convenções partidárias. O que eles criam, mas que deve ser ainda complementado pelo Regimento Interno, é a possibilidade de um "acordo de cavalheiros" entre os convencionais e os Núcleos, dando assim a estes um poder tão somente de indicação.

Os Núcleos setoriais não acabaram

A respeito da polêmica, hoje dentro do partido, sobre se os Núcleos por categoria, local de trabalho, etc., deixarão de existir com a legalização do PT.

Atualmente há dentro do partido uma grande discussão sobre a questão dos Núcleos setoriais ou por categoria profissional. Na verdade, mais fruto da desinformação do que propriamente de divergências.

Corre o boato de que os Núcleos setoriais estarão extintos a partir do momento da legalização do partido, na medida em que - é a base do boato - os Núcleos somente poderão ter militantes de um mesmo domicílio eleitoral; como os Núcleos setoriais envolvem muitas vezes pessoas de uma mesma categoria profissional e de domicílios eleitorais distintos, logo eles não teriam lugar dentro do partido. O problema estaria principalmente nas capitais com mais de um milhão de habitantes onde a base territorial dos futuros Diretórios - ou os domicílios eleitorais - não é o município em seu conjunto, mas acha-se em zonas ou unidades administrativas (distritos). Como a base territorial de uma determinada categoria sindical - onde atuam os Núcleos setoriais - é o município em seu conjunto, ou muitas vezes vários municípios próximos, a questão estaria em que os Núcleos setoriais, tal como existem hoje - sem preocupação com o domicílio eleitoral mas sim com a categoria - não poderiam mais existir.

Um ponto da questão é de fato incontornável: a lei exige que os militantes sejam filiados ao partido através de algum Diretório específico; no caso aquele que contempla o seu domicílio eleitoral. Nos municípios com mais de um milhão de habitantes mencionados acima, o município em causa não é um domicílio eleitoral, mas sim as zonas ou unidades administrativas (distritos) nos quais ele é, por lei, dividido. Assim, necessariamente, a lei obriga a que o militante se filie através de alguma destas unidades em que se acha dividido o município.

Este obstáculo, independe do tipo de solução que se queira dar à existência dos Núcleos. E a decorrência deste problema é que, por sua vez, o núcleo, enquanto conjunto de militantes, se quiser intervir enquanto tal nos órgãos de decisão do partido - de modo deliberativo, consultivo, indicativo, tanto faz - terá que fazê-lo escolhendo uma das unidades em que se acha dividido o município em vários domicílios eleitorais. Se houvesse um Diretório do partido cuja base territorial fosse a mesma da intervenção política real do Núcleo, então não haveria este problema. Mas no caso, não há.

No entanto há maneiras de contornar o problema sem prejuízo da atividade política real dos militantes do Núcleo setorial. As soluções são duas: ou os militantes de um determinado Núcleo setorial transferem seus títulos para um mesmo domicílio eleitoral - o que na verdade é muito fácil, tratando-se apenas de uma modificação formal - ou, caso o Núcleo seja grande, ele pode, para efeitos legais, se subdividir em mais de um Núcleo, cada um agrupando aqueles militantes que têm o mesmo domicílio eleitoral.

Desta forma, o Núcleo continuará, em termos de sua intervenção política real, atuando da mesma maneira; e em termos legais, dentro da estrutura do partido, ele escolherá o Diretório, ou os Diretórios, dentre os vários do município de mais de um milhão de habitantes, através do qual fará valer sua existência jurídica.

Isto posto, a questão do suposto fim dos Núcleos setoriais não é nada mais do que uma questão de adequação jurídica da atividade real à legalização do partido, e sem nenhum prejuízo para a política concreta que tais Núcleos desenvolvem no plano sindical.



Comissão Nacional não aprovou a sugestão dos advogados, de que os Núcleos se constituíssem como Departamentos, a qual era, na verdade, a maneira de lhes dar o poder de decisão dentro da estrutura do partido. No entanto criou um mecanismo através do qual os Núcleos podem ter um poder indicativo nas Convenções Municipais importantes dentro da vida partidária.

Como já foi dito, a lei define que nas Convenções Municipais que decidem sobre linhas de ação, escolha de candidatos para as eleições etc, somente deliberam os membros do Diretório (a direção composta de até 35 membros eleita a cada dois anos), os delegados do município à Convenção Regional, os parlamentares com domicílio eleitoral no Diretório, os representantes dos Diretórios Distritais criados no município e os representantes dos Departamentos - caso haja.

A lei diz que tais pessoas é que deliberam, e somente elas. Mas não proíbe que outras pessoas estejam presentes à Convenção emitindo suas opiniões sobre as matérias em pauta. A partir daí é que os Estatutos, aproveitando esta brecha, inseriram os Núcleos nestas Convenções.

O CAPÍTULO II dos Estatutos, que trata das Convenções Municipais

(ou zonais/distritais no caso das cidades com mais de um milhão de habitantes), no seu artigo 14, parágrafo 1º diz o seguinte:

§ 1º - Poderão comparecer às Convenções Municipais a que se refere este artigo, além dos convencionais, membros dos Núcleos de Base para cooperar nas discussões pertinentes, sendo decisões tomadas na forma da lei.

Ou seja, a nível dos Estatutos está permitida - estranhamente a Comissão Nacional preferiu não garantir - a presença de membros dos Núcleos nestas Convenções, para efeito de colaboração.

Indo adiante na idéia, só que agora a nível do Regimento Interno, e portanto com menor força, a Comissão de Advogados sugere que a direção do partido adote o seguinte procedimento para esta cooperação dos Núcleos na convenção. Que membros dos Núcleos e convencionais "votem ao mesmo tempo as matérias em pauta e que, em reunião imediatamente em seguida à apuração, os convencionais da lei redijam ata onde, por unanimidade, assumam as decisões tomadas na primeira reunião."

Desta forma os Núcleos estarão fazendo valer seu poder de decisão nas deliberações da Convenção ainda que, formalmente, somente os convencionais definidos por lei estejam decidindo. Trata-se, no caso, do mesmo resultado que seria obtido caso os Núcleos fossem configurados como Departamentos. A única diferença está em

que, como Departamentos, sua presença na convenção e seu poder de decisão, estariam garantidos por lei. Já na solução aprovada pela Comissão Nacional a presença dos Núcleos na Convenção é apenas possível - e os Estatutos não dizem nada sobre quem decide a respeito desta possibilidade - e seu poder de decisão depende dos convencionais aceitarem o "acordo de cavalheiros" sugerido pela proposta de Regimento Interno da Comissão de Advogados e que a Comissão Nacional ainda vai apreciar.

Como se vê a diferença não é tão somente de estilo... ou qualquer outra coisa secundária...

Há ainda outro aspecto envolvido na solução dos advogados que é o tipo de representação dos Núcleos nestas Convenções. A Comissão sugere que, em municípios onde seja pequeno o número de militantes do partido, todos estes militantes participem da Convenção da forma descrita acima. Ou seja, neste caso, à expressão "membros dos Núcleos" contida nos Estatutos se dará o sentido pleno, de todos os membros dos Núcleos. Já no caso de um Diretório onde haja um grande número de militantes, a Comissão sugere que se estipule um critério de delegação para a presença dos Núcleos nestas Convenções.

Por fim, caso esta solução seja realizada, é inegável que trata-se de uma grande inovação e avanço dentro da Lei Orgânica dos Partidos que possibilitará romper, relativamente, a estrutura fechada que esta impõe às agremiações. Pois, cumpre reconhecer, somente à custa de um grande desgaste é que os convencionais legais passarão por cima da votação conjunta realizada com os Núcleos.

O problema todo é a solução ser praticada...

Continuação da página anterior

Vários dos dispositivos do Estatuto aprovado pela Nacional não são auto-aplicáveis, isto é, dependem de uma regulamentação adicional para que possam "funcionar". Esta questão se torna tanto mais problemática porque justamente os dispositivos que tratam, por exemplo, da democracia interna do PT são desse tipo: precisam de regulamentação para serem aplicados.

Ademais, no Encontro Nacional foram aprovados certos pontos "que deverão constar dos Estatutos ou Regimento Interno, se couber, ou de uma circular da Comissão Diretora Nacional", como consta do relatório da Secretaria sobre as "Propostas aprovadas na Plenária de 1º de junho de 1980".

A forma jurídica de resolver o problema apontado no primeiro parágrafo é a elaboração de um Regimento Interno. Quanto ao segundo, pelas razões abaixo-indicadas, esta Comissão julgou, por unanimidade, que eles também deveriam constar do Regimento e não do Estatuto.

Em instituições e organismos já consolidados, o R.I. é sempre completo e acabado e prevê em seu bojo todas as questões apenas anunciadas no Estatuto.

Mas o PT ainda está em fase de constituição. Além disso, mesmo quando estiver mais desenvolvido, para assegurar o princípio de adequação e flexibilidade necessários a que o PT a todo momento garanta a de-

mocracia interna, achamos que ele não deve ter um Regimento Interno pronto e acabado. O R.I. do PT deve ser constituído por um conjunto de Resoluções, revogáveis a qualquer momento (segundo regras precisas de quorum e competências especificadas). Segundo o Estatuto, o órgão competente é o Diretório Nacional, hoje C.D.N.P. Como se trata de matéria de grande relevância para o PT, em algumas de suas questões sugerimos a utilização do mecanismo de consulta, também previsto no Estatuto.

Tendo por pressupostos estas considerações, listamos abaixo os pontos para os quais com rapidez, é preciso fazer uma Resolução integrante de R.I., para que se cumpra com exatidão as formas de aplicação e os mecanismos para tanto oferecemos outrossim, as sugestões de conteúdo.

A fixação do número mínimo e máximo de membros de um Núcleo de Base tem a ver:

1º) Com a manutenção dessa forma de organização, já consagradas no PT, e que garante que seus filiados participem efetivamente da vida do partido, não sendo transformados em massa eleitora como quer a lei dos partidos políticos, e

2º) Com as condições peculiares de crescimento do partido em cada região do país.

Como os Núcleos de Base foram integrados à estrutura partidária no Estatuto, participando nas Convenções, nas consultas, na

disciplina, etc., é conveniente que o número de seus membros seja uniforme para todo o país, a fim de evitar desigualdade de direitos no conjunto do partido e face ao seu caráter e à natureza de suas funções, como acima referidos.

De todo modo, esses números (mínimo e máximo) devem ser sempre adequados às condições efetivas da prática do partido a cada fase de sua existência - por isso não podem ser fixados no Estatuto.

Atualmente, o número mínimo tem sido 21. Não vemos razão para alterá-lo porque, por ora, reflete o estágio de articulação do PT, ao mesmo tempo em que tem-se mostrado razoável para que os Núcleos desenvolvam as funções a que se destinam.

Por outro lado, deve ser estimulado que os Núcleos cresçam - e mais que isso - que sejam fundados outros Núcleos a partir e por iniciativa dos já existentes, sem perder a característica da uniformidade referida (uns Núcleos terem 21, outros 60 e outros 150 integrantes).

Finalmente, outras questões aprovadas na Plenária do Encontro Nacional dizem respeito ao funcionamento interno dos Núcleos. Julgamos adequado inseri-las no Regimento, para evitar as dificuldades das alterações no Estatuto.

Frente a tais considerações, propomos: - Os N. de B. são constituídos, no mínimo

por 21 filiados, sem o que não terão direito a representação para os fins do Estatuto.

- Cada N. de B. tem direito a, no mínimo 1 e no máximo 3 representantes, para os fins do Estatuto.

- Os Núcleos de Base reunir-se-ão, no mínimo a cada 15 dias (prazo aprovado no Encontro Nacional), em dia, local e hora previamente fixados por seus membros.

- Cada N. elegerá um Coordenador e um Tesoureiro, destituíveis a qualquer momento por decisão da maioria absoluta dos membros do N.

- O N. contribuirá para a manutenção do PT com a importância mínima mensal de Cr\$

- A contribuição mensal do N. deverá ser recolhida por seu Tesoureiro e encaminhada ao Diretório Municipal, até o dia 30 do mês a que se refere.

- O N. poderá promover festas, leilões, barquinhas e outros meios legais para arrecadar fundos e manter em dia sua contribuição.

- A articulação entre os N., a nível distrital, setorial, municipal, far-se-á através do Conselho de Representantes eleitos nos N. e removíveis a qualquer momento (Dispositivo aprovado no Encontro Nacional).

- O contato entre Diretórios e N. será minimamente garantido através da participação de membros do Diretório nos Conselhos de Representantes (Dispositivo aprovado no Encontro Nacional).

O mecanismo de consulta às bases

Uma outra inovação dos Estatutos do PT é a instituição de um mecanismo de consulta das direções às bases.

No seu TÍTULO VII que trata DAS DECISÕES DOS ORGÃOS DE DIREÇÃO E DAS BANCADAS, os artigos 72 a 77 dão algumas instruções sobre o assunto. Alguns deles dizem o seguinte:

Art. 72 - As decisões importantes dos Diretórios e das bancadas deverão ser tomadas após consulta aos Núcleos de Base do Partido, nos termos dos artigos 73 a 77.

Art. 76 - Com base nos resultados da consulta cada Diretório fixará as diretrizes políticas correspondentes às questões de sua competência.

Parágrafo único - Essas diretrizes valerão para orientar a conduta dos militantes, parlamentares, titulares de postos no Executivo, eleitos ou indicados pelo Partido, e dirigentes partidários.

Art. 77 - A atribuição de importância às questões, para efeito de encaminhamento das consultas aos Núcleos de Base, é matéria de decisão da Comissão Executiva respectiva, pelo sistema de maioria de votos.

Parágrafo único - A Comissão Executiva Municipal deverá, contudo, incluir na consulta questões solicitadas por 2/3 dos Núcleos de Base.

A inovação é relevante, na medida em que visa diminuir o distanciamento que a lei coloca entre as bases e as direções por um período de dois anos, que é o tempo do mandato dos órgãos dirigentes do partido. Se a medida em causa vier a ser praticada efetivamente, o PT terá um ganho substantivo na sua democracia interna, possibilitando desta forma que as bases do partido sejam constantemente ouvidas antes da tomada de decisões.

Ocorre no entanto uma limitação neste tipo de mecanismo. Em primeiro - e isto já ficou visto em outras matérias desta edição - os Núcleos não têm poder de decisão. No caso aqui trata-se de um mecanismo tão somente de consulta; se as decisões irão seguir ou não os resultados da consulta, esta é uma questão que cabe a cada dirigente apreciar e definir.

Em segundo lugar, se por um lado é necessário disciplinar este mecanismo para que seu abuso não emperre o dia a dia do partido, por outro não convém exagerar. Fica como uma grande limitação estabelecer que somente pedidos de consultas de 2/3 dos Núcleos é que obrigatoriamente serão levados adiante. Trata-se no caso de um percentual muito alto, retirando de minorias significativas o poder de uso deste mecanismo.

Há ainda no Regimento Interno, a ser apreciado pela Comissão Nacional, uma enorme lista de instruções que visam dar os procedimentos, passo a passo, que devem ser seguidos na instrumentalização do mecanismo de consulta.

Apesar destas limitações, fica claro no entanto, que trata-se aqui de mais uma inovação positiva nos Estatutos do PT.

Direções revogáveis a qualquer momento? A distância entre a intenção e a letra

PT criou nos seus Estatutos um procedimento inédito, pelo qual, em tese, as direções eventualmente ilegítimas podem ser destituídas. Mas as dificuldades para que este mecanismo venha a funcionar não são desprezíveis.

Os Estatutos do PT inovaram também na questão da disciplina interna do partido. Está definido que as bases também podem emitir uma manifestação em relação às decisões da direção.

O mecanismo criado possibilita que as direções busquem respaldo para as decisões tomadas em caráter de urgência, ou os Núcleos manifestem sua concordância ou discordância nestas hipóteses (casos em que a direção entendeu que não tinha que consultar as bases, ou que não pode fazê-lo por questão de urgência).

Mais do que isto, no espírito de um verdadeiro expediente de disciplina de "baixo para cima", caso as bases, por quatro vezes ao longo de um mandato da direção, manifestem seu desacordo ou voto de desconfiança para com esta direção, enseja-se a destituição do órgão criticado pelas bases.

Estes expedientes são da maior importância porque, a lei, oposta à idéia de que a democracia requer a possibilidade de destituição a qualquer momento das direções pelas bases, dá um mandato intocável de dois anos às direções partidárias.

Mas, vamos com calma; os

Estatutos avançam, porém, como veremos, muito mais no espírito do que na matéria.

No seu TÍTULO IX, que trata DA DISCIPLINA INTERNA DO PARTIDO, está definido o seguinte:

Art. 95 - A disciplina interna do Partido será assegurada por meio das seguintes medidas:

I - A intervenção de órgão superior em órgão inferior;

II - Sanções disciplinares;

III - Por manifestação dos órgãos do Partido.

§ 1.º - A intervenção e as sanções disciplinares são aquelas previstas em lei;

§ 2.º - A manifestação dos órgãos do Partido para fins disciplinares dar-se-á conforme este Estatuto e o Regimento Interno.

Esta disciplina, "de baixo para cima", da qual estamos falando, acha-se embutida, ou melhor, enunciada, no segundo parágrafo do artigo 95 transcrito. É uma pena que

todo o seu desenvolvimento tenha sido remetido ao Regimento Interno - e não ficado nos Estatutos pois isto lhe confere menos força, transformando-o em mais um exemplo de soluções tipo "acordo de cavalheiros".

No Regimento Interno está disposto o seguinte mecanismo, aqui descrito sumariamente nos seus passos: 1.) Uma instância de direção, por exemplo, um Diretório ou sua Comissão Executiva, tomam uma determinada decisão que os Núcleos julgam necessário opinar sobre sua justiça ou não. 2.) Os Núcleos pedem que se instaure o processo de consulta (ver matéria ao lado); 3.) Se o resultado da consulta for concordante com a decisão da direção, esta estará respaldada e mais forte e legítima pela sua atitude; 4.) Caso contrário, se pelo menos 2/3 dos Núcleos entenderem que a decisão da direção foi equivocada, e mais, se votos de desconfiança como este se repetem por quatro vezes ao longo do mandato da direção, então, está deflagrado o mecanismo de destituição da direção; 5.) Segundo os Estatutos, 1/3 dos militantes de uma determinada base territo-



rial podem convocar, extraordinariamente, a Convenção respectiva - no caso do exemplo que estamos tratando, a Convenção Municipal. O passo seguinte é então estes militantes - pelo menos 1/3 - convocarem a Convenção extraordinária que é quem, segundo a lei, pode pedir às instâncias superiores - no exemplo, o Diretório Regional - que intervenha destituindo o Diretório Municipal ou a Comissão Executiva Municipal.

A idéia é ótima, porém o mecanismo é não só muito complicado como também frágil, na medida em que sua regulamentação está quase toda no Regimento Interno.

Em primeiro lugar são os militantes atomizados - 1/3 deles - que podem convocar a

Convenção Extraordinária e não os Núcleos. Isto já é um problema, pois enfraquece a figura dos Núcleos e ao mesmo tempo introduz a dificuldade que é "catar assinaturas" de indivíduos.

Mas isto não é nada. O pior está no fato de que a Convenção Extraordinária não tem nenhuma obrigação legal de acatar o Regimento Interno solidarizando-se com o voto de desconfiança quádruplo dos Núcleos à direção. Isto porque esta disposição, estando no Regimento Interno, ela não tem força de lei sobre os convencionais: é um simples "acordo de cavalheiros". E completando o cerco: tampouco a instância superior - no nosso exemplo o Diretório Regional - tem obrigação legal de acatar a eventual solicitação de destituição da instância inferior - no nosso exemplo o Diretório Municipal - que lhe for feita pela Convenção Extraordinária acionada pelos militantes divergentes da direção.

Enfim, é praticamente impossível que este mecanismo possa vir a resultar naquilo que é sua intenção proclamada, que as bases possam, em casos graves e reiterados, destituir a direção ilegítima.

Botar o carro nos trilhos



O saldo que fica depois de toda esta discussão sobre os Estatutos do PT não é outro senão o de um alerta.

O que está em questão, e o que os Estatutos em alguma medida expressam, é o próprio caráter do partido que se quer. E é nas brechas daquilo que a lei deixa omissa que se pode perceber o propósito ou não de uma agremiação legal em avançar na democracia interna.

Muitos poderão no entanto dizer que uma coisa é a lei, os Estatutos, e outra bem diferente é a prática; e que, neste terreno da prática, nós daremos lições exemplares.

Mas a prática não é tão clara assim nem a "teoria" - os Estatutos - tão inúteis como podem sugerir alguns.

Se o PT quiser ser um partido efetivamente voltado para organizar a intervenção política dos trabalhadores na luta de classes, desde o seu dia a dia até as questões da grande política, ele tem que se calçar nos núcleos. Ai tem que estar a sua pedra de toque no plano organizativo.

Outra coisa bem diferente é se o PT se contentar em ser uma forma de frente para a expressão no plano institucional de interesses supostamente populares. Neste caso, a estrutura de diretórios, definida por lei, não é impeditiva, embora também traga alguns problemas.

Mas de todas as formas, neste caso não há grandes obs-

táculos. Os que querem um PT tipo "frente" não se preocupam com os núcleos, pois já realizam sua intervenção através de seus próprios instrumentos e, quanto à democracia interna, em se tratando de uma frente, briga-se pelas cúpulas. Também os que querem o PT mais como um partido convencional, reformista, para a expressão institucional, não precisam dos núcleos; basta a representação parlamentar e a massa de eleitores.

Aqueles que desejam um PT efetivamente voltado para a luta de classes, para a intervenção política, para estes é que os núcleos são vitais. Sem os núcleos, contando apenas

mente inquestionáveis por todo este período, onde importantes acontecimentos se dão na luta de classes do país. Por outro lado, os diretórios também, pelos critérios sucessivos de sua composição, tendem a favorecer a predominância dos mandatários de cargos eletivos com tudo que isso significa de "parlamentarização" do partido.

Enfim, a lei funciona exatamente para produzir o tipo de partido que é do feitio das classes dominantes.

Voltando agora aos Estatutos, o que vemos? É inegável que a direção do PT não fez o melhor de si para introduzir nas brechas da lei o maior poder possível aos núcleos. Os exemplos estão abundantes nas páginas desta edição. Pelo contrário, em alguns casos a direção foi até de uma especial má vontade - para não dizer desrespeito - para com as decisões do plenário do Encontro Nacional que ditavam soluções para a organização do partido.

Mas não é só aí nos Estatutos - para ir de encontro àqueles que reivindicam que uma coisa é a lei e outra é a prática. Na prática também as atitudes das direções do partido não têm sido coerentes com um PT democrático e voltado para a intervenção política dos trabalhadores.

Da mesma forma, sem os núcleos não há a democracia interna. Não há a instância de acompanhamento e participação efetiva na vida do partido. Os diretórios, como é sabido, são eleitos a cada dois anos e têm seus mandatos pratica-

mente inquestionáveis por todo este período, onde importantes acontecimentos se dão na luta de classes do país. Por outro lado, os diretórios também, pelos critérios sucessivos de sua composição, tendem a favorecer a predominância dos mandatários de cargos eletivos com tudo que isso significa de "parlamentarização" do partido.

Enfim, a lei funciona exatamente para produzir o tipo de partido que é do feitio das classes dominantes.

Voltando agora aos Estatutos, o que vemos? É inegável que a direção do PT não fez o melhor de si para introduzir nas brechas da lei o maior poder possível aos núcleos. Os exemplos estão abundantes nas páginas desta edição. Pelo contrário, em alguns casos a direção foi até de uma especial má vontade - para não dizer desrespeito - para com as decisões do plenário do Encontro Nacional que ditavam soluções para a organização do partido.

Mas não é só aí nos Estatutos - para ir de encontro àqueles que reivindicam que uma coisa é a lei e outra é a prática. Na prática também as atitudes das direções do partido não têm sido coerentes com um PT democrático e voltado para a intervenção política dos trabalhadores.

Passados já meses desde o Encontro Nacional o que vemos hoje em várias regiões é

um partido semi-paralizado, onde a insatisfação interna começa a grassar, sem propostas políticas claras capazes de jogá-lo na dianteira da luta contra a diadema e sem formas organizativas de molde a inseri-lo nas várias frentes da luta de classes, principalmente na esfera sindical.

No mesmo sentido, atitudes recentes, como a da direção de São Paulo de se recusar a instalar já os Conselhos de Representantes de Núcleos, expressamente consagrados como instâncias do partido no Encontro Nacional, despertam suspeita quanto aos seus propósitos democráticos.

Posto tudo isso, uma questão é fundamental, e é mais do que um alerta. É um chamamento à luta dentro do partido para que ele se arme política e organicamente de forma a não se deixar corroer pela paralisia política e pela diluição organizativa. Lutar hoje para a formação dos núcleos através das secretarias competentes, interligá-los em vários níveis e ativá-los com uma linha política definida é um imperativo para todos aqueles que entendem que o nosso partido deve ser um PT mesmo, ao pé da letra: isto é, um partido e de trabalhadores.

E ainda é tempo, pois os Estatutos ainda não foram entregues ao TSE e o Regimento Interno ainda não foi aprovado pela Comissão Nacional.

O marxismo e os "partidos de trabalhadores"

Já no **Manifesto Comunista** (1848) Marx e Engels defendiam a idéia de que os comunistas não devem se organizar de maneira separada e oposta ao partido operário, mas sim em seu interior, como sua fração mais decidida e consciente; é assim que os partidários de Marx na Inglaterra, George Julian Harney e Ernest Jones e seu grupo de tendência comunista-internacionalista (chamado **Fraternal Democrats**) participam ativamente no Partido Cartista, a primeira organização política de massas do proletariado inglês. Ao propor a organização da vanguarda no interior do movimento de massas, a constituição da organização comunista no seio do partido operário, Marx queria evitar ao mesmo tempo os erros do sectarismo utópico (owenistas, fourieristas, etc) isolado e à margem das lutas operárias, e os da dissolução pura e simples dos comunistas no movimento proletário de massas. Os comunistas se distinguem do conjunto do partido operário porque "nas diferentes lutas nacionais dos proletários eles destacam e fazem valer os interesses comuns a todo o proletariado, independentemente da nacionalidade; e por outra parte, porque, nas diferentes fases de desenvolvimento por que passa a luta entre o proletariado e a burguesia, representam sempre os interesses do movimento em seu conjunto." Em outras palavras: os comunistas são a fração do proletariado consciente de sua missão histórica. Mas eles não são e não podem ser uma força encarregada de realizar esta missão no lugar das massas proletárias: "Todos os movimentos até agora foram realizados por minorias ou em proveito de minorias. O movimento proletário é o movimento independente da imensa maioria em proveito da imensa maioria."

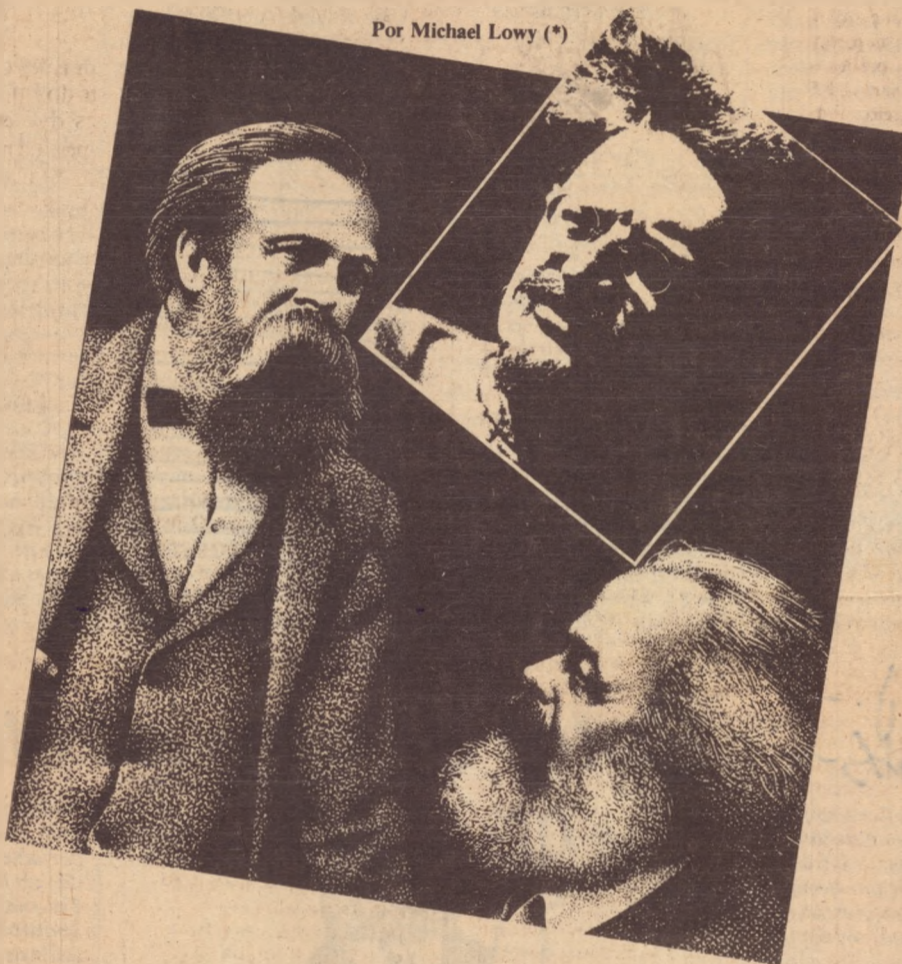
Marx sugere, em meados do século passado, aos militantes ingleses, que participem do Partido Cartista

Conformemente a esta tese do Manifesto, Marx vai propor, numa circular de março de 1850 aos militantes da Liga dos Comunistas na Alemanha - que participavam das últimas lutas do processo revolucionário iniciado em 1848 - a seguinte orientação: "procurar estabelecer ao lado dos democratas oficiais uma organização independente do partido operário, ao mesmo tempo legal e secreta, e fazer de cada comunidade o centro e o núcleo de sociedades operárias, nas quais a atitude e os interesses do proletariado possam ser discutidos independentemente das influências burguesas". Marx insiste neste documento que os operários alemães devem "adotar o mais cedo possível uma posição de partido independente, recusando-se a ser dissuadidos, pelas belas e hipócritas palavras da pequena-burguesia democrática, da organização independente do partido do proletariado."

Com o desaparecimento do Partido Cartista, o proletariado inglês ficara por muitos anos desprovido de uma organização política própria; no último quarto do século XIX os sindicatos tinham o hábito de apoiar o Partido Liberal, que incluía um ou outro dirigente sindical em suas chapas de candidatos. Mas em 1893, um grupo de líderes sindicais mais combativos e "classistas" se une com militantes socialistas de várias origens (entre os quais Edward Aveling, o genro de Marx) para fundar o Independent Labour Party (Partido Independente dos Trabalhadores) cujo programa visava a coletivização dos meios de produção, distribuição e intercâmbio. Enquanto que uma pequena organização doutrinária e sectária, pretensamente marxista, a Social Democratic Federation (SDF) recusava unir-se ao I.L.P. - que contava

Nada seria mais dogmático e doutrinário do que transplantar mecanicamente, ao Brasil de 1980, o modelo de "partido operário baseado nos sindicatos" proposto por Trotsky para o movimento operário americano de 1938; mas a preocupação central de sua reflexão, como a de Marx e Engels, a saber, a organização política, autônoma do proletariado através de um partido operário independente, corresponde precisamente ao que está na ordem do dia no Brasil, através da luta pela construção do Partido dos Trabalhadores.

Por Michael Lowy (*)



de 20 a 30 mil militantes - Engels apoiava sem hesitação o novo partido e escrevia em carta à seu amigo Sorge em 18/1/1893: "O impulso em direção ao socialismo, sobretudo nos centros industriais do Norte, se tornou tão grande, que este novo partido, em eu primeiro congresso, aparece já como mais forte do que o SDF ou os Fabianos, ou mesmo como mais forte do que ambos juntos. Considerando que as massas de membros tomaram boas decisões... e que o programa é em seus pontos essenciais o nosso, Aveling teve razão em aderir e ocupar um cargo no Executivo".

Alguns anos antes um problema semelhante havia aparecido nos Estados Unidos: um pequeno grupo de socialistas alemães, que se reclamavam das idéias de Marx e Engels, recusavam de maneira sectária participar numa organização operária independente que surgia nesta época, os **Knights of Labour**. Em várias cartas a correspondentes americanos, Engels vai criticar esta atitude doutrinária, inspirando-se na concepção elaborada no **Manifesto Comunista**; assim, em carta à seu amigo Sorge, de 29/11/1886, ele insiste que "o primeiro grande passo a ser dado em todos os países que tenham recentemente entrado em movimento é a constituição dos operários em partido operário independente, não importando como, mas bastando somente que ele seja um partido operário distinto... Que o primeiro programa desse partido seja confuso e dos mais incompletos, isto é um inconveniente inevitável, mas, no entanto passageiro. As massas devem ter tempo e oportunidade de se desenvolver, e esta oportunidade elas terão no mo-

mento em que possuem um movimento próprio, onde serão impulsionadas pelos seus próprios erros... as pessoas realmente inteligentes exercerão inicialmente o papel que antes de 1848 exercia a Liga dos Comunistas entre os grupos operários."

Com o apoio de Engels, socialistas e sindicalistas combativos, juntos, fundam na Inglaterra do final do século o Partido Independente dos Trabalhadores.

No mesmo sentido, Engels escreve em uma carta à socialista americana Florence Kelly, de 28/12/1886, - que os militantes alemães nos EUA cometeram um grave erro, mantendo-se à distância de qualquer movimento operário que não aceitasse sua doutrina transformada em dogma: "O que os alemães deveriam ter feito era agir segundo sua própria teoria - se é que eles a compreendem como nós fazíamos em 1845-1848 - caminhar para todo movimento real do conjunto da classe operária, aceitar o ponto de partida como um fato concreto e conduzi-la gradualmente ao nível teórico... Eles deveriam, como diz o Manifesto Comunista "representar no presente do movimento o futuro do movimento" e, antes de tudo dar ao movimento tempo para se consolidar, não fazer da inevitável confusão inicial uma confusão pior, fazendo

as pessoas engolir coisas que elas não podem digerir atualmente, mas que elas aprenderão logo mais."

É verdade que estes textos de Engels manifestam um excessivo otimismo e tendem a apresentar a evolução política futura do partido operário em direção ao socialismo científico como um processo necessário e inevitável. Mas a idéia essencial, isto é, a importância fundamental do partido operário independente e a necessidade para os marxistas de participarem em sua construção e em seu desenvolvimento político, aparece mais do que nunca como verdadeira e atual, hoje (1980) e aqui (Brasil). Tanto mais que nosso Partido dos Trabalhadores é infinitamente mais avançado do ponto de vista de sua definição social e política que os pobres **Knights of Labour** americanos à que se referia Engels há um século atrás...

A verdade é que, apesar do otimismo de Engels, não chegou a se consolidar nos EUA um grande partido operário de massas e os trabalhadores americanos continuaram, du-

Trotsky propõe nos EUA dos anos 30, que os revolucionários americanos fundem um partido operário de massas a partir dos sindicatos.

rante o século XX, sob o controle das máquinas político-eleitorais da burguesia. Trotsky tratou, em 1938, de enfrentar este problema, utilizando o método e a orientação de Marx e Engels sobre o partido operário independente. Em várias discussões com seus partidários nos EUA, organizados num grupo de vanguarda, o **Socialista Workers Party (SWP)**, Trotsky sugeriu que lutassem pela constituição, através dos sindicatos, de um partido operário de massas, capaz de libertar os trabalhadores americanos do controle dos partidos políticos burgueses. Sua análise também pecou por excessivo otimismo: ele considerava como inevitável (devido a crise econômica do capitalismo americano) que os sindicatos yanquis (a CIO, recentemente surgida como Central Sindical mais combativa que a velha AFL) tomassem o caminho da ação política e constituíssem um partido semelhante ao Labour Party inglês. Mas apesar disso sua concepção do partido operário de massas como primeiro passo indispensável da classe no caminho de sua independência política é muito interessante. Trotsky insistiu com seus partidários americanos para que promovessem a constituição de um partido deste tipo. Max Schachtman, na época um dos dirigentes do SWP, se opunha à tal palavra de ordem, objetando que um partido deste tipo seria inevitavelmente reformista, parlamentar, etc. A resposta de Trotsky é significativa: "Você coloca a questão muito abstratamente; naturalmente ele pode cristalizar-se num partido reformista, que nos excluirá. Mas devemos fazer parte do movimento. Devemos dizer aos stalinistas, aos lovestonistas (burocratas sindicais), etc: 'Somos a favor de um partido revolucionário. Vocês fazem tudo para torná-lo um partido reformista'. Mas apresentaremos sempre nosso programa. E propomos nosso programa de reivindicações transitórias." Não se trata, sublinha Trotsky, de propor abstratamente, todas de uma vez, as palavras de ordem de transição, mas à medida em que surjam situações concretas que as justifiquem.

(*) Michael Lowy é brasileiro, professor e estudioso do marxismo com vários livros sobre o assunto já publicados no país. Ele leciona em Paris, mas atualmente encontra-se no Brasil a convite da Universidade Federal de Minas Gerais.

Osasco: a disputa pela Comissão Municipal

Quem tudo quer, tudo perde

Por Soninha e Virginia

opinião

Os estudantes do PT e a UNE

Por Eduardo Albuquerque (*)

Balanço da direção: Estamos próximos da primeira diretoria eleita após a reconstrução da UNE completar um ano. Já é possível darmos um rápido balanço em suas atividades.

A primeira coisa digna de nota é a "mudança de camisa" de 6 diretores da UNE. Mudança que demonstra a debilidade política com que foi encaminhada a construção da chapa, que não conseguiu assegurar a unidade política em torno do programa eleito nem por 4 meses. Mudança que explica boa parte da incapacidade que a diretoria da UNE demonstrou em dirigir o ME nacional. Explica apenas uma boa parte, por que não há a menor dúvida de que os 9 diretores que mantiveram-se em torno do programa eleito tinham força e, poderiam muito bem ter enfrentado a mudança de campo, mantendo uma direção combativa na UNE. Se não fizeram, ou se fizeram isto apenas em parte é porque lhes faltou propostas. Quando tiveram (como no último CONEB) contribuíram para o movimento.

Um ano de contraste: Desde antes de 1979, momento da eleição da diretoria da UNE, vinha o movimento estudantil demonstrando uma situação contraditória: a capacidade de mobilização dos estudantes X a incapacidade das direções hegemônicas do movimento estudantil em apontarem para a unificação destas mobilizações.

A resolução desta contradição passava por duas vias principais: em primeiro lugar a necessidade intensa de construir a unidade nacional dos estudantes e em segundo lugar a necessidade do movimento estudantil romper o seu isolamento social, buscando aliar-se à grande maioria da população, aos trabalhadores e oprimidos. O XXXI Congresso da UNE, pelas decisões lá tomadas, é mostra da consciência que a grande maioria dos delegados presentes tinha desta dupla necessidade.

O ano de 1980, especialmente no que toca à luta de verbas vem mostrar a continuidade do contraste. No primeiro semestre mais de 300 mil estudantes foram à luta e nenhuma ação unificada ocorreu. Muita luta não se desenvolveu por falta de uma unidade maior.

A necessidade da CORRENTE PT: Por isso, a articulação dos estudantes PT é muito importante para a superação das contradições do ME. Potencialmente, uma nova direção, independente e combativa pode se desenvolver.

E devemos trabalhar para isso. A CORRENTE estudantil do PT é a nosso ver o instrumento fundamental para isso.

A CORRENTE PT não é nada mais do que a organização de todos os estudantes PT para discutir e desenvolver a sua ação conjunta. Uma articulação política su-

perior às tendências e inclusive as envolvendo.

A CORRENTE estudantil é muito importante também para o partido demonstrar na prática o que é sua marca peculiar. O PT não é um partido eleitoral, onde as bases se filiam a ele para aguardar o dia das eleições. O PT é um partido de militância, presente no dia-a-dia das lutas sociais.

É possível a articulação da CORRENTE PT? Como anda essa articulação? O que fazer desde já?

O que existe hoje são militantes estudantis do PT "solto" por todo o país, organizados nas cidades (às vezes nem isso).

Algumas iniciativas de unificação foram tomadas. Já foram realizadas reuniões do PT em vários encontros de área (SESAC, ENED, ECEM, ENGENHARIA) e às vésperas do CONEB. Apesar da precariedade da convocação, inúmeros estados (em média uns 12) estiveram presentes.

Destas reuniões, algumas definições foram tomadas. Uma primeira idéia é a de às vésperas do Congresso da UNE realizarmos uma reunião de militantes estudantis, com a finalidade de inclusive discutir a nossa intervenção no Congresso. Uma segunda idéia é a de realizarmos um Encontro Nacional de Estudantes PT, inicialmente em torno do mês de janeiro, tendo a preocupação de nele discutir um programa de Educação para o PT.

São duas iniciativas importantes para desenvolver a constituição da CORRENTE PT.

A CORRENTE PT e a UNE: As posições da CORRENTE deverão ser definidas nas reuniões que ela realizar. A CORRENTE estudantil deve manter os critérios de democracia e de funcionamento do PT como um todo.

A nosso ver, duas devem ser as preocupações da CORRENTE com relação à UNE.

1 - O CONGRESSO E SUA DEMOCRACIA:

Achamos que o CONEB fez um importante passo ao apontar a realização das eleições em Congresso; a definição no entanto é pouco.

Temos que não apenas garantir essa decisão, discutindo-a em todo o país, demonstrando a democracia maior do Congresso. Temos que contribuir para que a tirada de delegados seja a mais aberta e democrática possível, pressuposto fundamental para um Congresso democrático.

2 - A PROPOSTA DE PROGRAMA DA CORRENTE DO PT PARA A UNE:

Uma orientação deve nortear a proposta de programa que a CORRENTE PT deve lançar publicamente: as necessidades do movi-



mento estudantil como um movimento social e a situação do conjunto do movimento dos trabalhadores e explorados nas suas lutas.

Assim, a nossa proposta inicial de alguns pontos pode ser dividida em 4 partes:

a) CONJUNTURA POLÍTICA NACIONAL:

Resumidamente, pensamos que em primeiro lugar devemos exigir os direitos democráticos dos trabalhadores, garantindo a continuidade do crescimento de sua mobilização: direito de greve, liberdade e independência sindical, liberdade de organização e expressão, fim do aparato repressivo. Significa fortalecer a luta anti-ditatorial, já demonstrando inclusive as manobras das "aberturas políticas" do regime e as propostas de "pacto social", que mantém intacta a ditadura militar e todo o seu aparato e legislação repressiva. Para o povo oprimido e explorado a unificação das lutas democráticas, a construção de um movimento que se embate contra a ditadura e traga em si os germes de um novo poder.

Também, nesta luta contra a ditadura, os interesses próprios dos trabalhadores têm de ser ressaltados: o fim da opressão política é indissociado do fim da exploração econômica. Assim, não podemos deixar de apoiar o crescimento da organização independente do movimento operário e popular e todos os passos dados na conquista da independência política dos trabalhadores. Iniciativas como o ENTQES e o CONCLAT têm de ser a nossa solidariedade material e política.

b) CONJUNTURA INTERNACIONAL:

Hoje, o imperialismo manobra em todos os planos para recuperar sua capacidade de intervenção. Temos por isso que desenvolver já a solidariedade às lutas dos oprimidos em curso. A solidariedade ao povo salvadoreño, a revolução nicaraguense, são fundamentais. Ao mesmo tempo devemos combater as articulações que a repressão desenvolve hoje no Cone Sul chamando todos os estudantes latino-americanos à defesa das liberdades democráticas.

c) UNIVERSIDADE

Ao lado das nossas lutas mais imediatas já devemos ir dando os

primeiros passos na construção de um projeto de universidade que sirva aos oprimidos e explorados. De imediato nossa tarefa é a de colar ao máximo a transformação da universidade à transformação da sociedade. E desde já lutarmos pelo livre acesso, pela gratuidade, pela orientação e pela organização democrática do ensino.

As campanhas da UNE, como a greve geral, não devem parar em si mesmas. Devem levantar novas questões politizando a luta educacional. Junto com mais verbas devemos lutar pelo controle das aplicações.

d) DEMOCRACIA E UNIDADE NA UNE:

A democracia da UNE começa nas salas de aula. Os DA's devem ser a base de sua organização. A UNE democrática prospõe um movimento democrático. O funcionamento das várias instâncias de decisão da entidade deve pressupor que a diretoria não é um órgão de representação mas sim uma instância que antes de mais nada deve garantir a democracia da entidade.

A diretoria deve também garantir a autonomia e a independência da entidade frente à ditadura, ao estado e aos partidos políticos. A CORRENTE PT em particular, sintonizada com os princípios do partido deve se preocupar em combinar a politização da entidade com o seu apartidarismo.

COMO A CORRENTE PT DISCUTIRÁ E PROPORÁ UM PROGRAMA:

Nossa proposta é de que as discussões comecem já, e que às vésperas do próximo CONEB seja realizada uma reunião da CORRENTE PT.

O programa que defendemos deve ser proposto a todos os estudantes e forças políticas. A CORRENTE PT deve ter uma postura não sectária e trabalhar com todos os que se identificarem com o programa proposto.

Esta é a maneira de combinarmos a nossa identidade e presença do PT no ME com a demonstração clara e inequívoca que aos militantes do PT interessa o crescimento do movimento estudantil numa perspectiva combativa e solidária aos trabalhadores.

Propomos que desde já se busque discutir nos núcleos (e onde eles existirem, que sejam constituídos) as idéias aqui esboçadas.

Estas idéias devem ser mais desenvolvidas; tanto a parte programática como a elaboração de um Plano de Ação para a UNE. No que, desde já, nos propomos a contribuir decididamente.

(*) Eduardo Albuquerque foi presidente da chapa Novação que concorreu às eleições para a UNE no ano passado, e é membro da Comissão Diretora Regional Provisória do PT de Minas Gerais.

O Encontro Municipal do PT de Osasco, realizado no dia 10 de agosto no Clube Atlético, com a participação de 360 pessoas, cumpriu os objetivos previstos elegendo a Comissão Municipal Provisória.

Francisco Weffort, da direção nacional do partido, presidindo a mesa, abriu os trabalhos colocando "o significado de Osasco na história do movimento operário brasileiro". A primeira parte do Encontro foi dedicada às discussões sobre "Regimento Interno". Neste ponto estava em jogo a questão da unidade e democracia do PT, através da definição do quorum necessário para a aprovação da Comissão Municipal Provisória.

Quatro propostas

Surgiram quatro propostas. A Comissão organizadora propunha 50% + 1, ou seja, maioria absoluta. A corrente chamada "pró-chapa unitária" defendeu o quorum de 80%. Mas, em seguida retirou-se se juntando à uma outra que defendia o quorum de 2/3. E, finalmente, uma última proposta defendia "maioria simples" com a argumentação, sectária e monolítica, de que na construção do PT "quem ganha, leva o bolo". Com o plenário bem dividido, venceu no entanto a proposta de maioria absoluta, apresentada pela Comissão Organizadora.

Duas chapas

Discutido o Regimento Interno, passou-se à defesa das duas chapas apresentadas:

A "Chapa dos Núcleos", assim denominada pelos seus proponentes, composta por alguns setores ligados ao trabalho da Igreja, militantes sindicais, e defendida por um membro da Comissão Estadual do PT, Zé Pedro, não apresentou programa, alegando que "programa tá nascendo é da cabeça de demagogos, de gente que não tá mexendo com o povo", e se colocou numa posição bastante sectária em relação a outra chapa. Alguns momentos dessa defesa a ilustram bem: "Dona Francisca, que falou, em nome das donas de casa, contra o pessoal que fala bonito e que viveu no estrangeiro", numa clara alusão ao companheiro da outra chapa e membro da direção nacional do PT, José Ibrahim.

"... Nossa chapa não tem ninguém chegado de cima, não tem ninguém só porque é político e fala bem, essa chapa só tem gente que trabalha..."

"... Se não tivesse se metido gente de fora daqui, a gente só teria uma chapa, uma chapa de unidade".

A outra chapa, chamada "UNIBASES", composta por Ibrahim, a maioria dos setores ligados ao trabalho da Igreja e por um grupo de sindicalistas, defendeu um funcionamento colegiado da direção, e apresentou a seguinte plataforma de construção do PT em Osasco:

1) funcionamento de uma inter-núcleos à qual a Comissão Municipal estaria submetida; 2) criação de Comissões de Trabalho formadas a partir dos núcleos; 3) convocação, no prazo de dois meses, de uma Plenária de militantes do PT para detalhamento do seu programa de trabalho e 4) organização de uma sede própria do PT na região.

Ibrahim, defendendo esta chapa, colocou: "Falar em política é construir o PT, é o trabalhador fazendo seu partido, construindo a sua ferramenta política. O PT é uma proposta classista sim, isso nós não temos medo de dizer... Partido é pra disputar poder e nós temos que colocar claro a questão do poder... No nosso partido não entra patrão, não entra traidor. O PT que queremos construir não é uma frente de grupos. É um PT mesmo!"

Zé Benedito, outro companheiro da "UNIBASES" esclareceu que "o pessoal que viveu no estrangeiro não foi pra lá porque quiz, mas sim porque foi perseguido e expulso pela ditadura!"

Resultados

Na hora da votação veio o resultado: 234 votos para "UNIBASES", 124 para a "chapa dos Núcleos" e 2 votos em branco.

Num total de 360 votantes, a chapa "UNIBASES" conseguiu fazer 65%, levando assim a Comissão Municipal inteira. A "Chapa dos Núcleos", que defendera a maioria simples como quorum para a eleição terminou, desta forma, fora da direção de Osasco. E como resposta ao seu sectarismo durante todo o encaminhamento ficou o provérbio: "quem tudo quer, tudo perde..."

A greve dos canavieiros surpreendeu muita gente

As vésperas de mais uma campanha salarial, Euclides, dirigente da FETAP - Federação dos Trabalhadores Agrícolas de Pernambuco faz um balanço do que foi a greve dos canavieiros do ano passado e da situação atual de sua categoria.

Por José Reis

Euclides é responsável pela assessoria de educação na Federação de Trabalhadores Agrícolas de Pernambuco - FETAP. Ex-presidente da entidade, com 48 anos, de fala mansa e uma simpatia que poucos esperam em dirigentes capazes de enfrentar jagunços armados, ele conta para o EMTEMPO um pouco das lutas no campo pernambucano.

"É verdade que a greve dos canavieiros no ano passado surpreendeu muita gente.

Mostrou uma capacidade enorme de organização e muita disposição. Todos lutamos para melhorar nossas condições de vida. Acho que o próprio governo se assustou. Afinal, com esses planos para a fabricação de álcool, a cana ficou muito valorizada. As condições, eram, então, favoráveis. Nós, da Federação, acompanhamos todo o processo. Quando os sindicatos de Pau d'Alho e São Lourenço da Mata encamparam a greve, apoiamos imediatamente e nos jogamos por inteiro. Foi uma vitória importante em muitos aspectos. Os patrões tiveram que chegar ao acordo.

Nosso esforço é grande

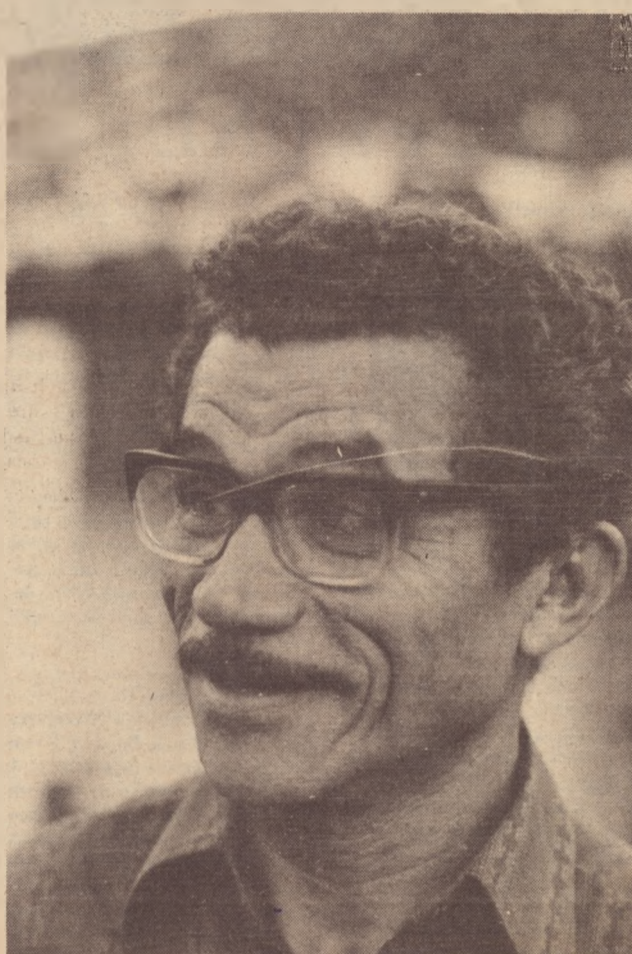
A maioria dos trabalhadores ainda estão isolados, desorganizados e mal informados. Mas o movimento foi resultado também de um trabalho de organização e edu-

cação de base. Nosso esforço é grande: treinamentos, palestras, visitas, encontros de dirigentes, reuniões de líderes de área, tudo é utilizado. Estimulamos também o surgimento de delegados sindicais. É importantíssimo ligar o sindicato aos terrenos de trabalho. Além disso, a partir do IIIº Congresso da Confederação dos Trabalhadores Agrícolas, nossa atividade visa a autonomia sindical. Claro que isso joga um papel importante. Em alguns municípios há dirigentes que não aceitam um trabalho desse tipo. Quando isso acontece, trabalhamos junto às bases para substituir as diretorias. É nesse quadro que avaliamos a greve do ano passado.

Mas nem tudo é positivo

Mas nem tudo é positivo, a começar pela questão do cumprimento dos acordos. Agora, estamos lutando para forçar o fazendeiro a cumprir a convenção. Só para dar uma idéia: aonde os salários são pagos, os trabalhadores não recebem em envelopes.

Com isso, não dispõem de prova documental para nada. Tampouco se cumpre a lei do sítio. Isto é, cada um dos canavieiros tem direito a dois alqueires de terra para sua subsistência. Em Mata do Norte há engenhos que dão, mas a maioria não o faz. Estamos brigando por isso. Nos municípios onde exis-



Euclides: os patrões estão mais agressivos, e nós - mais dispostos.

tem sindicatos combativos, as coisas andam melhor. Se ganharmos, entraremos em melhores condições na eventualidade de uma greve. Com plantação própria o pessoal não corre o risco de morrer de fome.

Outra coisa: conseguimos algumas melhorias no paga-

mento; no entanto há balanços que pesam sempre em favor do fazendeiro. Com as varas, acontece a mesma coisa: para medir a área de trabalho, há engenhos que usam varas de 2,70m, quando o certo seria 2,20 m. Outro detalhe: pela convenção, os fazendeiros devem entregar as

ferramentas de trabalho. A maioria obriga que o trabalhador use material de sua propriedade individual. Quando há boavontade do governo, não se pode controlar por falta de meios. O mesmo acontece com o transporte: o patrão é obrigado a dar condução adequada, mas os bônus-frias ainda são levados como bois. Sobre as condições de moradia então, nem é preciso falar: elas são péssimas.

Exigiremos o cumprimento dos acordos

Nós vemos que não há vontade dos engenhos em passar os acordos do papel para a prática. A partir de setembro, começam discussões para uma nova convenção. Nós estamos nos preparando de todas as formas. Queremos exigir em primeiro lugar o cumprimento dos acordos realizados. É evidente que lutaremos por aumento salarial que acompanhe pelo menos a inflação. A luta central entretanto é a área de terra. Contamos com mais coragem, estamos melhor organizados, mas os patrões também se preparam, estão mais agressivos. A luta não vai ser fácil. Basta ver que companheiros nossos estão sendo assassinados só por estarem na luta.

Se na zona da mata a situação é essa, podemos imaginar o sertão. Grandes áreas

do Estado ocupadas por posseiros estão sendo griladas. Jacaratu município na região do S. Francisco é um exemplo típico. Ocorre que os posseiros estão bem organizados e resistem aos ataques.

O Estado também traz problemas para os camponeses. Um dia se resolveu construir a barragem de Itaparica. Para que isso acontecesse várias cidades foram atingidas. Para obrigar o pessoal a sair basta uma ordem, mas até hoje o governo ainda não definiu onde recolocar o pessoal atingido. Juntos, a FETAP, a Igreja e alguns sindicatos baianos fizeram uma pequena central sindical em Petrolândia. A entidade está coordenando, só em Pernambuco, os trabalhos de cinco sindicatos.

A luta não vai ser fácil

Os posseiros da região têm consciência de sua força. Não é a toa que rejeitaram uma proposta de formação de uma comissão tripartite - governo, Companhia Hidrelétrica do Vale do São Francisco e posseiros. Eles seguem exigindo terra pela terra que entregaram, desapropriação por interesse social na margem do lago e construção de um núcleo residencial. Para conseguir isso, estão dispostos a tudo. Aliás, é esse sentimento do homem do campo em Pernambuco.

Educação Popular

Por uma nova prática

Os debates do 2º Encontro Nacional de Educação Popular realizado no mês passado no Rio de Janeiro.

Por B. G. Pereira

Com mais de 150 representantes de cerca de 13 Estados, o 2º Encontro Nacional de Educação Popular, que realizou-se no início do mês de julho no Rio de Janeiro, pode ser considerado um sucesso.

Participaram do Encontro alfabetizadores, professores de cursos supletivos e outros tipos de educação para adultos, pessoas trabalhando com associações de moradores e com sindicatos, assistentes sociais, pessoas da área de saúde e muita gente ainda não engajada, mas interessada em começar um trabalho no meio trabalhador. Destacou-se, ainda, grande número de pessoas ligadas às Pastorais e outras do CET - Centro de Estudos do Trabalho, de Minas Gerais.

Na discussão dos objetivos da educação popular, houve elementos que se destacavam em todos os grupos: a instrumentalização das pessoas para assumir suas lutas, estimulação da criação de um senso crítico, recuperação da memória operária e estimulação da organização independente dos trabalhadores. Quanto à relação educador-educando, houve uma preocupação de não levar as coisas prontas, de respeitar as formas organizativas que o movimento popular cria e de partir do nível de consciência específico do grupo em questão, além de colocações que frisavam a necessidade de

uma efetiva inserção do educador na comunidade ou grupo participante.

Foi colocado que não basta a organização e mobilização do operário, sem um aprofundamento do nível de consciência deste. A consciência não é simples decorrência da mobilização e organização; é necessário levar as pessoas a assumirem conscientemente suas lutas e participarem do processo político como sujeitos.

Divergências houve, porém, no tocante ao papel exato do agente (educador). Este deve orientar as lutas da comunidade? Deve "politizar" as lutas, fazendo a ligação com o mais geral?

Ligada a esta questão está toda a problemática da postura do agente-educador. Como fazer com que os trabalhadores não sintam a escola, etc, como doação mas como algo que se auto-gera? É necessário levar os trabalhadores a enfrentarem e romperem com o opressor dentro de si mesmo. Esta ruptura é essencial para o operariado se assumir e se tornar sujeito do processo político, deixando de ser massa de manobra.

Ainda neste sentido, um dos grupos indagou como construir "uma organização descentralizada que leve em conta a especificidade de cada segmento do bairro, evitando-se a ação cupulista inerente aos processos de

organização centralizados em, por exemplo, uma diretoria de associação.

Isso nos leva a outra questão muito discutida no Encontro: o papel das instituições em geral, e da Igreja e rede oficial de ensino em particular.

Apesar de ter havido muitas intervenções dentro dos limites da velha bipolarização "trabalho paralelo às instituições não leva a nada" versus "todo trabalho em entidade oficial é absorvido", mesmo assim alguma luz foi lançada na questão por participantes que entendiam a resposta não estar na instituição em si (de achar que "esta presta" ou "aquela outra presta"), mas na relação entre a instituição e o movimento popular.

A Igreja também suscitou polêmicas neste sentido. O fracionamento inerente a trabalhos dentro da Igreja não emperraria o avanço em determinado momento? Aliás, havia quem afirmava que estes limites já tinham sido alcançados. Outra vez, se colocou a necessidade de não absolutizar a instituição Igreja, mas de relativizá-la frente ao movimento real das massas.

Quanto aos professores em geral, o relatório final do Encontro declara: "Para que se rompa o isolamento de pequenos trabalhos fracionados, é necessário levar de todas as formas a discussão sobre educação popular para aqueles que lidam diariamente na educação com

as classes populares, isso é, os professores públicos e particulares, e problematizá-los para a ligação profunda que existe entre as lutas dos professores enquanto assalariados e um projeto de transformação social."

O Encontro abrangeu uma variedade bem grande de trabalhos, reunindo desde alfabetização e cursos supletivos até trabalho quase sindical ou de organização de moradores de favelas. Será possível enxergar um denominador comum nesta imensa gama de atividades? Na realidade, os "educadores" do Encontro nada mais são de que pessoas a fim de intervir no movimento popular.

Assim, a "educação popular" esconde uma proposta, não de todos mas de um número significativo de pessoas, de uma nova prática que rompa com o esquema de "modelos" de tática e estratégia levados para o movimento popular de fora para dentro.

E não ficou só no papo. Foi eleita uma Comissão Nacional Provisória organizadora e coordenadora dos trabalhos até a realização dos encontros de cada Estado ou até o 3º Encontro Nacional, marcado para setembro de 1981. Foi planejada a troca de material entre os Estados e a edição de um boletim bimensal, o primeiro número estando a cargo do Rio.

Livro/lançamento
Não perca

A Editorial Movimento (av. Waldemar Ferreira, 174, na entrada da Cidade Universitária) está convidando todos os leitores do Piquetão a comparecerem ao lançamento do livro "ROSA NEGRA - Os agrestes também verdejam", de Oswaldo Rocha. Nesse romance o autor aborda a vida no interior de uma organização política, no período 1963/74, tratando de questões importantes como a sua construção política e organizativa, a clandestinidade e o comportamento diante da repressão. Finalmente, há um tratamento especial para a luta ideológica, analisando comportamentos, valores e atitudes, particularmente o posicionamento dos militantes diante da questão sexual.

Petroleiros/MG
Em ponto de bala

No dia 19, segunda-feira, a coisa pode ficar preta para o lado da Petrobrás, em Minas Gerais (como de resto em todo o país). Mas não é petróleo que vai jorrar na terra de Milton Nascimento e Reinaldo é a data marcada para uma reunião entre o sindicato dos petroleiros e a direção da empresa, que vai responder sobre as reivindicações apresentadas pelos do poço e da sonda: aumento de 15% acima do INPC, estabilidade no emprego por um ano, jornada de 40 horas semanais, recomposição salarial trimestral ou quando a inflação ultrapassar 15%. Segundo Wagner Benevides, o bigodudo presidente do Sindicato dos petroleiros mineiros, o pessoal está em ponto de bala, aguardando mobilizadamente, o que a turma do Ueki vai dizer.

Metalúrgicos/MG
Campanha Fraca

Anda meio mal das pernas a campanha dos metalúrgicos de Belo Horizonte, contrastando com o vigor demonstrado no ano passado, com dificuldades imensas para se tirar reuniões nas fábricas, inclusive naquelas onde ocorreu maior mobilização em 1979. Mesmo assim, os do metal realizaram, no dia 10, uma assembleia com a participação de 800 trabalhadores, na sede do sindicato, que até agora tem assumido a campanha. Foram tiradas as mesmas reivindicações dos petroleiros, (o calo aperta igual para todo mundo) acrescidas da exigência de piso salarial de Cr\$ 10.000,00.

Profissionais/Saúde
Repudiam Projetos

O projeto de lei n.º 2.726, de autoria do deputado federal Salvador Julianelli (PDS/SP) que pretende regulamentar as profissões de dentista, farmacêutico, enfermagem, obstetrix, ortopedista, fonoaudiólogo, fisioterapeuta, terapeuta-ocupacional, psicólogo, fisicultor, nutricionista, educador sanitário, assistente social, médico, veterinário (ufa!) está sendo repudiado pela maioria dos profissionais da área de saúde, de todo o país. As críticas mostram que o projeto pretende interferir na situação de um sem número de profissões já regulamentadas, tendo sido elaborado com a participação de apenas um setor, no caso os médicos. Reclamam, também, da "medicalização" dos pro-

São Bernardo
Reajuste semestral mobiliza

O Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema já está se preparando para a campanha salarial de outubro, com vistas ao reajuste semestral. Evidentemente, a campanha está sendo levada pelos membros da diretoria cassada, pois o interventor, Oswaldo Pereira Aguiar Baptista, há pouco mais de uma semana ainda estava preocupado em dar os retoques finais no documento sobre a auditoria realizada no Sindicato. Agora, com o ministro Murilo Macedo de volta de sua viagem de "estudos" pelos Estados Unidos, onde teria ido aprender "movimento sindical", os funcionários do Sindicato acreditam que a intervenção poderá sofrer alterações, com a posse de uma junta de trabalhadores em lugar do dr. Oswaldo, vulgo "Macedinho". O resultado da auditoria efetuada no Sindicato já foi enviado a Brasília e, portanto, acreditam os trabalhadores, não há mais desculpas para se protelar a intervenção.

Mas, enquanto o Ministro estuda a melhor fórmula para tentar sufocar o espírito de combatividade dos metalúrgicos do ABC (possivelmente dividindo o Sindicato em pelo menos outros quatro), os trabalhadores estão mais preocupados em se organizarem para exigir um reajuste compatível com a alta do custo de vida.

Para alcançarem um nível de mobilização semelhante ao da última greve, realizada em abril e no

início de maio, os ex-diretores do Sindicato estão distribuindo diariamente milhares de boletins nas portas das fábricas, como a Volks, Mercedes, Ford, Chrysler, Borg-Warner, Polimatic, Artéb, Schuller, Motores Perkins e outras, convocando a categoria não só a lutar pelos seus salários, mas também, pela retomada do Sindicato.

REUNIÕES PROSEGUEM

Também estão sendo realizadas na Igreja Matriz de São Bernardo do Campo, reuniões por fábricas. Na reunião da Volks (realizada em dois turnos) estiveram presentes cerca de mil trabalhadores. Eles discutiram não só a campanha pelo reajuste, como também questões internas da empresa, como a compensação de horas exigida pela direção para que os operários "possam gozar os feriados de fim de ano". A verdade é que a compensação (feita aos sábados ou com um expediente extra de meia hora por dia) está garantindo um grande estoque para a empresa: cerca de 13 mil carros em agosto e setembro, segundo o ex-presidente do Sindicato, Luis Inácio da Silva. Essa compensação - afirma o dirigente dos metalúrgicos - poderá dar para a empresa a produção que não foi dada em abril, durante a greve.

Nessas reuniões realizadas na Igreja Matriz, os trabalhadores também estão denunciando que várias empresas resolveram desrespeitar acordos já firmados ante-

riormente, aproveitando-se do fato de o interventor fazer vistas grossas. É o caso da Commander, em Diadema, onde os metalúrgicos estão solicitando com urgência a presença de um fiscal do trabalho, para autuar a direção da empresa.

Essas denúncias são levadas pelos trabalhadores a ex-diretoria que agora se reúne em novo local, situado no centro de São Bernardo - Rua Alferes Bonilha, 47, ao lado da Cooperativa da Volks. A casa, com várias dependências, foi alugada para servir de sede ao Fundo de Greve, mas será de fato a sede da ex-diretoria até a retomada do Sindicato.

SANTO ANDRÉ

Cerca de 150 metalúrgicos da base territorial do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André estiveram reunidos na semana passada para a criação da Associação Beneficente e Cultural do Fundo de Greve - nos mesmos moldes do que foi criado pelo Sindicato de São Bernardo. A reunião, convocada pelo Comando de Mobilização e a Comissão do Fundo de Greve, foi realizada na Igreja do Bonfim, em Santo André. Os metalúrgicos eleitos para dirigir a Associação são: Saulo Roberto, o padre operário Harvy Bernardo, Lia Gomes Bernardes, Maria da Penha, José Carlos Silva, Francisco Rodrigues Castro, Aylton José Lima, José Cicotti e Vicente Bevilacqua. (Vilma Amaro).

blemas da área, centralizando nos médicos as decisões e atividades de outros profissionais, ao mesmo tempo em que demonstram ser o projeto contrário aos interesses da população.

Professores/RS
Eleições à Vista

Três chapas deverão disputar as eleições para o sindicato dos professores do Rio Grande do Sul, marcada para os dias oito, nove e 10 de setembro. A chapa 1, é encabeçada pelo atual presidente, Mendes Gondelman, que tenta seu terceiro man-

dato consecutivo, procurando, certamente, manter esvaziado o sindicato, que filia apenas 11% dos 18.000 professores do ensino privado gaúcho. Gondelman, aliás, é conhecido pela sua extrema "combatividade": em 1979, no dissídio da PUC, conseguiu um "excelente" acordo de dois por cento ABAIXO do índice governamental. As demais chapas oposicionistas, dois e três, são encabeçadas pelos professores Paulo Guedes, do Colégio João XXIII e Raul Anglada Pont, da Universidade do Vale dos Sinos (UNISINOS), respectivamente. A chapa três já lançou seu programa, centrando fogo na organização de base do sindicato, a partir das escolas, única forma, em seu entender, de se conquistar um sindicalismo independente e autônomo perante o Estado

e os partidos políticos. Reforça também, o peso e o efetivo poder das Comissões Representativas para o encaminhamento das lutas no visto por seus membros, como a forma mais democrática, depois das assembleias gerais, de "subordinar a atividade da Diretoria ao controle cotidiano das bases sindicais".

Metalúrgicos/SP
Campanha de finanças

Será lançado no dia 17 de agosto, às 9 horas, na sede do Sindicato dos Vidreiros de São Paulo (Rua Rangel Pestana, 1189) o Movimento de

Oposição Metalúrgica pela Reconquista do Sindicato, que congrega todas as correntes empenhadas no fortalecimento da entidade e no fim do reinado do superpelego Joaquim Andrade. As tarefas do Movimento serão triplices, daqui para frente: encaminhar uma ampla campanha de sindicalização, a campanha salarial e a campanha eleitoral.

O movimento conta desde já com o apoio do Lula, líder dos metalúrgicos de São Bernardo, manifestado durante o seu lançamento no setor Mooca, realizado no dia 1.º de agosto, na Casa São Rafael, num ato que contou com a participação de cerca de 300 trabalhadores pertencentes a 16 fábricas da região.

Jornalistas
Oposição vence

Os jornalistas profissionais de todo o Brasil deram um passo decisivo no encaminhamento de suas lutas, ao conquistarem para a categoria a Federação Nacional dos Jornalistas, com a vitória da chapa oposicionista, encabeçada pelo presidente do Sindicato de Minas Gerais, Washington Tadeu de Melo. A derrubada da pelegada, derrotada por 12 votos contra 10, se deu durante o 18.º Congresso Nacional da Categoria, realizado em Brasília, nos dias primeiro, dois e três de agosto. A nova diretoria que preconiza a mobilização dos sindicatos a ela filiados, em busca da liberdade e autonomia sindical, compromete-se, ainda, a realizar, a partir de 1983, eleições diretas para a Federação, acabando com o sistema anti-democrático e arbitrário vigente até aqui.

Butantã/SP
Assembleia popular

Os moradores do Butantã, em São Paulo deverão realizar no dia 17, às 14 horas, sua segunda Assembleia Popular, quando discutirão os próximos passos na luta pela abertura do hospital Universitário. Concluído desde 1976, ele permanece fechado por falta de verbas, pois dos 400 milhões de cruzeiros necessários, o governo estadual liberou apenas 35 milhões. Se aberto e funcionando, o Hospital representaria um passo decisivo na melhoria dos serviços de saúde da região, pois, segundo o projeto original funcionará conjuntamente com o Centro de Saúde-Escola do Butantã, contando com 380 leitos, 126 gabinetes dentários e laboratório de análises clínicas.

Bancários/SP
Assembleia Geral

Os bancários de São Paulo tem assembleia marcada no dia 17, domingo, na Câmara Municipal (Viaduto Jacarei, 100). Na ocasião, deverão discutir a posição dos banqueiros frente às reivindicações da categoria, notadamente a que se refere ao reajuste de 15% acima do INPC. A campanha salarial continua de vento em popa, com a realização de assembleias nas 11 regiões em que se dividiu a base territorial do Sindicato, que engloba trabalhadores da capital, Osasco e Guarulhos. Além disso, prossegue a campanha de arrecadação de recursos para o Fundo de Greve, mediante a realização de festas e contribuições (cada bancário associado ao Fundo deverá pagar Cr\$ 30,00 mensalmente).

Pelo fim da intervenção nos sindicatos.

Os trabalhadores brasileiros estão cansados da tutela do Ministério do Trabalho. Por isso, querem ter o seu direito a um sindicato livre e independente.



Este anúncio será publicado por este jornal enquanto perdurar a intervenção (total ou parcial) nos seguintes sindicatos:
Metalúrgicos de São Bernardo e Santo André, Bancários de Porto Alegre, São Paulo, Uberlândia e Fortaleza.

Leia e assine EM TEMPO e ajude a imprensa alternativa a resistir contra o terror!



PREV



Piquetão

“O Fantasma da Revolução”

Um criativo enfoque da Comuna de Paris num clássico do cinema russo. “A Nova Babilônia” de 1929, mudo e preto-e-branco, está inexplicavelmente esquecido pelo circuito de arte brasileiro.

Por Flávio Aguiar de Montréal

Comuna de Paris, 1871. Barricadas pelas ruas. Pê ante pê, um oficial do Exército se aproxima da barricada. A cena tem algo de cômico: o excessivo cuidado do militar. Tem algo de angustiante: mesmo o filme sendo mudo, este é um momento em que o silêncio se impõe como presença ficcional. Nos letreiros, o oficial rompe o silêncio, num apelo: - **Français!** De dentro da barricada, a resposta: - **Pas Français. Communard!** A fuzilaria começa.

Esta é uma das cenas capitais do filme *A Nova Babilônia*. URSS 1929, exibido na Cinémathèque Québécoise, Montréal, março 1980. Algumas informações extraídas do folheto explicativo:

A “Fábrica do ator excêntrico”

O filme foi dirigido por Grigori Kozintzev e Léonid Trauberg. No papel principal - uma vendedora de loja - Elena Kuzmina, uma atriz muito bonita. Curiosidade: numa ponta, como vendedor de loja, aparece V. Pudovkine, mais tarde muito famoso. Os dois diretores mais Kuzmina e outros atores, eram do grupo da FEKS. Traduzindo meio literalmente, FEKS quer dizer “Fábrica do Ator Excêntrico”. Excêntrico: o termo é tomado de empréstimo ao vocabulário circense russo, e significa “produzir o cômico pelo ilogismo, o *non sense*, o deslocamento do sentido, a colocação do objeto num contexto estranho”. Mais informações do folheto: “Os artistas da época se interessavam pelo circo e por outras formas populares para romper com a tradição dominante do drama burguês, da sua psicologia, de seus temas e das suas intrigas, e dessa forma produziu espetáculos em função das massas”.

Na época do lançamento, o filme teve um grande sucesso comercial. Ajudou-o, nisso, a polêmica que se armou em torno, sobre se ele se esvaziava de toda e qualquer “significação social”, pelas inovações formais que propunha, ou se, ao contrário, mostrava um “tema revolucionário” dentro de uma linguagem de fato revolucionária, e portanto digna dele.

A Comuna resiste

De uma forma descontínua, não-linear, *A nova Babilônia* casa duas histórias: a evocação da Comuna de Paris com a história ficcional de uma operária, **communarde**, por quem se apaixona um soldado do Exército francês. É esta segunda história que conduz o fio da primeira; é a primeira que revela toda a dimensão trágica da segunda. O Exército francês, derrotado pelo prussiano, capitula, para evitar a sua desorganização. Da mesma forma age a burguesia francesa, antes ufanista a propósito da guerra: também capitula, para não desorganizar o sistema de propriedade. Só não capitulam os operários de Paris. A Comuna resiste, os burgueses e o Exército se retiram para Versalhes. O abandono não basta para destruir a Comuna. Para impor a capitulação, o próprio Exército francês investe contra seus compatriotas que, no dizer dos bons burgueses, não passam de um aglomerado de assassinos, incendiários e putas. As barricadas resistem, mas caem. O soldado está de um lado, a operária do outro. Os soldados fuzilam os resistentes. O soldado, como um louco, procura quem amava. Dão-lhe uma pá: desesperado, ele começa maquinalmente a cavar. Ela se



Cena do filme “A Nova Babilônia”

descobre a ele, rindo meio louca, no meio da chuva torrencial: “Ele cava talvez a minha cova”. É o fim do filme, que se estrutura em torno da morte da operária e do sentimento de impotência, tomada de consciência do soldado: melodrama trágico, tragédia irônica.

No entretanto, a burguesia faz a festa: em Paris, antes da derrota do seu Exército; Versalhes, durante a batalha de Paris; de volta a Paris, depois da vitória/traição. A vida burguesa aparece pelo teatro: o café, o vaudeville. No palco, uma liberdade de 1789, barrete frígio na cabeça, saia curta, olhares melindrosos, esmaga o inimigo prussiano: assim a burguesia via a guerra antes. Chegam notícias; o Exército francês está batido, os prussianos cercam a capital. Todos fogem do café concerto; o palco está vazio: assim a burguesia vê a guerra, agora. A Comuna resiste: o palco, agora, são as ruas e as fábricas. O Exército dobra, rua por rua, a Comuna. No alto da barricada, um manequim feminino arde: paródia da imagem inicial da liberdade, desfraldada em 89 e traída em 71? Premonição da morte da operária prisioneira? Ambos. Do alto de uma colina, os bons burgueses aplaudem o seu Exército: o espetáculo continua. Retomada Paris, segue a dança macabra, no café, lucrando com o seu barulho e o seu silêncio, os fuzilamentos noturnos.

A nova Babilônia tem algo desse ritmo *staccato*, sincopado, que procurei reproduzir na paráfrase. O filme, mudo, não “escorre”. Cada cena, cada quadro, cada plano se jogam diante do espectador, completos e autônomos em si mesmos, embora encadeados numa série narrativa. Algumas tomadas são muito bonitas, como a que simboliza o cerco prussiano: um único soldado, a cavalo, em silhueta, parado, com o capacete pontiagudo, contra a linha do horizonte. Pronto, não precisa mais: Paris está cercada.

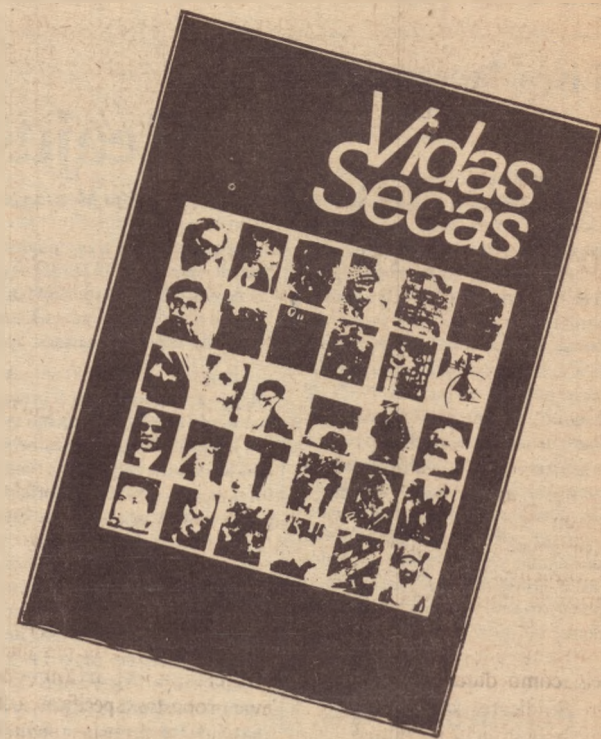
Além da beleza plástica de muitas tomadas; além do sentido irônico com que aproveita e inverte um tema caro ao drama burguês (a separação social dos amantes); além da proposta de uma linguagem cinematográfica não-linear, *A nova Babilônia* provoca mais uma questão curiosa para o espectador contemporâneo. Afinal o que era acusado de “formalismo”, ontem, pode parecer “didatismo” hoje. Assim, algumas das cenas do filme parecem forçadas; a insistên-

cia caricatural sobre a decadência do mundo burguês; ou a cena de uma operária sorridente, feliz, enquanto trabalha, porque sob a nova ordem da Comuna ela trabalha para ela, e não para se alienar. A cena, repetida insistentemente, assim como a caricatura do mundo burguês, como um mundo apocalíptico e **prestes a acabar**, dão um ar de ingenuidade ao filme que, por outros lados, se afirma como bastante maduro.

É claro que nessa distância entre espectador e filme vai muito da história do próprio cinema, que banalizou e difundiu truques e técnicas que na época eram uma grande novidade. Além disso, o advento da sonoridade tornou dispensável (nem sempre com muitos ganhos, é verdade) o uso expressivo da imagem para revelar o estado interior da personagem. Mas é claro também que nessa distância vai muito da história da própria revolução proletária que, de convergência unânime que era, tornou-se, em seus caminhos e descaminhos, tema de desilusões, debates, polêmicas, controvérsias, traições, acusações.

A nova Babilônia se estrutura em torno da percepção de alguns fantasmas. A burguesia trai a nação, diante do fantasma da revolução social; os prussianos, que pairam a cavalo, no horizonte, são fantasma da anti-vida, da morte armada; há o fantasma paródico da liberdade de 1789; por fim, o espantoso da exploração social, que torna os operários conscientes de que, se Paris capitulasse, eles pagariam o preço da guerra. Como numa operação de mercado, eles preferiram pagar o preço à vista, ao invés de pagá-lo a prazo. Por fim, ele mesmo, *A nova Babilônia*, encarna o fantasma admirável de uma Paris revolucionária, traída, derrotada, mas ainda apaixonante. Não só como tema de debate sobre os destinos da revolução, mas como imagem trabalhada mesmo dos começos ingênuos de uma promessa de liberdade que, se hoje parece mais problemática do que ontem, está longe ainda de perecer ou envelhecer.

Saldo positivo: se passarem diante de um cinema mostrando *A nova Babilônia*, podem entrar: é um filme cheio de sarcasmo, tragédia, ainda vivo, nada piegas, uma imagem fiel àquelas que gritavam, com o fôlego das grandes descobertas: **Pas Français. Communard!**



Nordeste: surge uma nova revista

“Vidas Secas” - Revista Trimestral de Realidade/Cultura & o Escambau, Ano I - N.º 1, Recife, Junho 1980

Por José Mario Ortiz Ramos

O eixo Rio-São Paulo monopoliza o setor de publicações que visam contribuir teoricamente para o debate e compreensão das questões que assolam este país. Desta forma uma enxurrada de revistas veiculam constantemente uma produção que tem geralmente sua origem nos setores acadêmicos. No entanto, no final do ano passado surgiu no mercado editorial a bem cuidada “Oitenta”, lançada pela editora LPM de Porto Alegre, e agora surge “Vidas Secas” uma publicação editada e concebida pelos meios universitários do Recife.

“Vidas Secas” aborda um vasto campo de assuntos, indo da literatura e artes plásticas estudos no campo das ciências sociais. A revista tem consciência do solo cultural em que pisa e coloca no editorial que “... tentaremos prosseguir a profunda trilha traçada por Graciliano, Joaquim Cardoso, Vicente do Rego Monteiro, entre outros.”; mas faz questão de ressaltar se “... é nosso propósito das ênfase às produções locais, advertimos que somos alérgicos ao regionalismo”.

Entre os múltiplos artigos e assuntos torna-se curiosa a releitura de recortes de jornais de 1960, narrando a passagem de Sartre pelo Recife. O filósofo passeia, toma cachaça, come galinha à cabidela, mas também não deixa de fazer uma conferência sobre “Literatura-Fato Nacional”, reeditada agora pela revista.

Paulo Cavalcanti, escritor e crítico literário, traça um breve

perfil que revela a força e aura mitológicas de Cristiano Cordeiro, um velho militante do PCB que nos anos 30 era mais famoso e conhecido no Recife que o próprio Partidão.

Da produção local destacam-se artigos sobre a Sudene e a organização da produção no sistema gado-algodão do Nordeste, que devem certamente ter suas fontes em tese de mestrado em andamento; além de um ensaio sobre o feminismo - “A mulher é o futuro do Homem” de Luzilá Gonçalves.

“Vidas Secas” traz ainda poemas, as pinturas de Ismael Caldas, resenhas e uma tradução de um artigo de Robert Linhart, de quem conhecemos “A Greve na Fábrica”, abrindo fogo pesado contra os novos filósofos aos quais se refere nos seguintes termos: “Na França, um punhado de intelectuais sartristas, levemente libertados de seu maoísmo de salão, professam hoje sua retratação que negociam por bom preço. A burguesia a compra e pede mais”.

Surge assim uma publicação que dá início a um diálogo entre zonas distantes, quebrando um pouco a pretendida hegemonia cultural do “sul maravilhoso” e fazendo aflorar a diversidade da produção teórica de outras regiões. A direção da revista só precisa cuidar mais da parte gráfica que apresenta deslizos e incorreções a serem eliminados. “Vidas Secas” ainda não possui uma distribuição regular para todo o país, mas aqui em São Paulo pode ser encontrada na Livraria Capitu - Rua Pinheiros, 339.

mulheres

Bancária não é bico

O I Encontro da Mulher Bancária promovido pelo Sindicato dos Bancários de Porto Alegre.

Por Beta e Dinah

Durante a intervenção no Sindicato dos Bancários de Porto Alegre, na última greve, um grupo de mulheres resolveu começar a discutir os problemas que atingem especificamente as bancárias no interior da luta geral da categoria.

Mesmo em momentos difíceis, como durante a invasão do Sindicato, onde tiveram que buscar inclusive outros lugares para suas reuniões, as mulheres bancárias continuaram suas discussões. Agora, o I Encontro da Mulher Bancária, realizado no último dia 24 de julho na sede do Sindicato é um dos primeiros resultados concretos deste trabalho.

Reivindicações específicas

"O Sindicato está dando todo apoio ao grupo e às reivindicações específicas das mulheres durante a campanha salarial, como o comissionamento especial (postos de chefia mais gratificados) também para mulheres e estabilidade de 4 meses para as gestantes" diz Miriam Aguiar, do Banrisul.

Para a realização do Encontro, foram propostos diversos assuntos, levando em consideração principalmente uma sondagem feita junto às próprias trabalhadoras em estabelecimentos bancários, na qual elas colocavam a dificuldade de ascender a postos de chefia, comissionados, que são, na sua maioria quase absoluta, entregues aos homens, ainda que existam nos bancos mulheres com mais condição de assumir a função. Elas só conseguem estes postos quando são "apadrinhadas". Esse questionário mostrou também que a maioria das mulheres que trabalha em bancos é solteira, o que indica, no entender das participantes do Encontro, que as mulheres casadas são impedidas de trabalhar em alguns estabelecimentos bancários, além do fato de muitas vezes os próprios maridos as impedem.

As questões gerais da mulher foram abordadas inicialmente pela convidada Suzana Saldanha, atriz e feminista: que contou, através de uma pequena dramatização, sua experiência e seu encontro com o feminismo. Além disso falou sobre a relação entre feminismo e a luta pela transformação da sociedade capitalista, e sobre a opressão da mulher, seja no plano sexual como no trabalho, na família, na religião, etc.

Também foi passado um filme sobre a discriminação da mulher no trabalho, realizado durante o I Congresso da Mulher Metalúrgica de São Bernardo e Diadema em 1978.

Durante os debates foram discutidas diversas questões como: a pouca participação política da bancária nas lutas sindicais, a importância de levar propostas específicas, a dificuldade de que estas reivindicações sejam assumidas juntamente com os homens, etc.

"Nós somos vistas como diferentes porque fazemos parte do Sindicato e, mais ainda, por formarmos um grupo só de mulheres". Os homens são sem-vergonhas mesmo, porque vêm gozar da nossa cara quando falamos em uma assembleia, e até são capazes de nos chamar de lésbicas porque nos reunimos só entre mulheres". Estas foram algumas das queixas das bancárias, que demonstram a dificuldade que encontram mesmo no interior do Sindicato, para sua participação política.

Dificuldades com o "chefe"

"A gente percebe que as mulheres encaram o trabalho como um "bico" para comprar suas coisinhas, ou pra auxiliar o salário do marido que não dá. É por isso que a gente não ascende dentro do banco". Além disso "o chefe me chamou para me elogiar, mas fez questão de me chamar à parte, num cantinho. Por que não falou na frente de todo o mundo? Se fosse para um homem, tenho a certeza de que falaria em público". Estas constatações foram feitas ao mesmo tempo em que as mulheres levantavam a necessidade de "fazer alguma coisa além de ficar em cima da cama vendo nos chamarem de "potranca" na televisão".

No final, Ana Santa Cruz do Banco Maisonnave leu a proposta que havia sido votada na Assembleia Geral dos Bancários do dia anterior, na qual exigiam comissionamento especial de 20% para mulheres, o que foi discutido e aprovado pelas presentes. Levantou ainda a necessidade de que esse encontro fosse um primeiro momento no sentido de ampliar o grupo e fortalecer o movimento das mulheres bancárias.

Embora a participação ainda seja pequena, há muito trabalho para fazer na perspectiva da união das mulheres bancárias e sua maior participação.

Frente Negra para Ação Política de Oposição

O que é a FRENAPÓ?

Há pouco mais de um mês atrás foi lançada a Comissão de Mobilização da FRENAPÓ - Frente Negra para Ação Política de Oposição. Aqui, o que é esta proposta e suas relações com os movimentos negros já existentes.

Por Geraldo Nascimento

Em Junho deste ano reuniram-se na Câmara Municipal de São Paulo, alguns parlamentares, intelectuais, estudantes e operários negros. Após algumas horas de debates estava formada a Comissão de Mobilização da Frenapo (Frente Negra para Ação Política de Oposição). Um texto distribuído por então, colocava que a Frenapo nasceu a partir de um seminário onde estavam reunidos todos os grupos e entidades negros, para discutir o tema "A População Negra e sua Participação Política Partidária". O texto afirma ainda a idéia de "reconhecer os problemas específicos da população negra, sem perder de vista, contudo, os demais problemas da sociedade; lutar pela convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, livre e soberana; cerrar fileiras de luta por uma real libertação do povo negro brasileiro, no campo social, político e econômico e juntamente com irmãos negros africanos em todos os seus movimentos de libertação".

Hugo Ferreira da Silva, advogado e integrante da Comissão de Mobilização, acrescenta que a Frente surgiu para fortalecer as entidades e movimentos negros: "Ela não pretende ser a entidade que vai

unir os grupos nem os movimentos, mas encaminhá-la a nível parlamentar, para dentro da oposição, levando as reivindicações da população sem a idéia de compactuar com o regime". Esclarece ainda Ferreira que "a Frente visa levar para as bases (sindicatos, associações negras, escolas de samba, etc...) discussões de termos que são considerados importantes como: Fim das relações do Brasil com países da África; Mudança da capital; Política nuclear do Brasil; Constituinte Livre e Soberana (e sem João); etc." A atuação da Frente pretende se constituir na própria dinâmica das bases, debatendo sobre a atuação de parlamentares, e escolhendo também candidatos negros que seriam lançados pela Frente, se possível em vários Estados do país".

Benedito Cintra, vereador por São Paulo e vice líder do PMDB na câmara acrescenta: "a Frenapo deve exigir dos parlamentares que questionem a omissão de Saraiva Guerreiro (ministro das Relações Exteriores), que esteve recentemente em alguns países da África, com o compromisso de incentivar o comércio do nosso país com países africanos, e se negou completamente a denunciar o apartheid".

Num plano mais geral, Cintra diz que a Frente vis ainda "organizar a população negra e as massas oprimidas de uma maneira geral, para a derrubada desse regime militar que tanto nos oprimiu, e continua nos oprimindo, durante esses anos que sucedem o golpe de 1964".

No entanto, ele ressalva: "a Frente, apesar de ser uma frente de oposição, não tem (em princípio) nada contra a pessoa dos parlamentares negros que aderiram ao partido do governo e que, inclusive, um apoio por parte deles, às bandeiras de luta que estão sendo levantadas pela Frente, será bem recebido por todos".

Por outro lado, Eduardo de Oliveira, advogado, integrante também da Comissão de Mobilização e membro da Comissão Executiva Nacional do Movimento Negro Unificado, acha que, apesar de não abrir mão de críticas aos parlamentares negros que passaram para o partido do governo, no entanto a Frente não foi criada só para isso. Mas para lutar pela revogação de leis que não passam de falcatruas, como é o caso da Lei Afonso Arinos, indo até discussões mais importantes como é o caso da Assembleia Nacional Constituinte.

Milton Barbosa, membro também da Comissão Executiva do Movimento Negro Unificado, acrescenta que o Movimento está disposto a ajudar a Frenapo, e que "a Frente está coordenando um quadro onde o MNU vinha tendo algumas falhas, ou não tinha capacidade suficiente para ocupar este espaço. Neste sentido foi criada a Frenapo, e que atua basicamente em cima do nosso programa. É importante realçar que considero a Frenapo como uma espécie de apêndice do MNU."

Concluindo, Barbosa expressa assim o seu pensamento e a relação entre o MNU e a Frente: "A medida que a população negra avança, melhoramos nossos trabalhos de formação de quadros, corrigimos nossa atuação política e aperfeiçoamos nossa organização.

Cada vez mais grupos e entidades da população negra se incorporam ao MNU aumentando a soma de influências do Movimento. Este tranquilamente será colocado à disposição da Frenapo, no plano político partidário, desde que a Frenapo se defina cada vez mais pelo programa de ação do Movimento Negro Unificado."

Nenhuma noite de terror pode atrasar o dia.



Faça assinaturas do EM TEMPO, para você e seus amigos.

À Editora Aparte S.A.
Rua Francisco Leitão, 57 - Pinheiros - SP
CEP 05414 - Fone: 852-8880

Estou enviando o cheque: por uma assinatura anual
Comum: Cr\$ 500,00 () Apoio: Cr\$ 1.000,00 () Exterior: US\$ 40,00 ()

Nome:

Endereço: Bairro:

Cidade: Estado: CEP:

Bolívia

Resistência ao golpe prossegue

O golpe militar na Bolívia deixou o país num grande isolamento político. Com exceção das ditaduras militares irmãs do Cone Sul, nenhum país se aventurou a reconhecer de imediato o novo regime. Internamente, ele conta com o repúdio e a resistência da imensa maioria da população e responde a ela com uma violência insana

Por Andreas Maia

A formação de um governo clandestino na Bolívia pelo ex-presidente Siles Suazo, vencedor das últimas eleições pela coligação de esquerda Unidade Democrática e Popular, acrescentou um fator a mais de isolamento para o regime implantado pelo general Garcia Meza e suas forças fascistas para-militares. Após três semanas de intensiva repressão contra a resistência ao golpe militar, principalmente nas regiões das minas de estanho, onde se concentra a vanguarda do proletariado boliviano, após a destruição física do comando da "resistência cívica" em torno da Central Operária Boliviana e onde foi assassinado o deputado socialista Marcelo Quiroga, a luta popular vem impedindo a estabilização de mais uma ditadura fascista no Cone Sul latino-americano. Mesmo após a greve geral não ter produzido os efeitos esperados de derrubar o novo regime e as barricadas não terem resistido à brutalidade repressiva, impondo aos operários mineiros a negociação à volta ao trabalho, a "resistência cívica" em torno dos Comitês de Defesa da Democracia não pode ser subestimada. Ela vem conseguindo triunfos sucessivos na Bolívia. Uma greve de fome em 1978, contribuiu para derrubar o regime do general Banzer. E em fins de 1979, o golpe do coronel Natush Busch (no qual estava Garcia Meza) se ve derrotada por um levante popular que deixou um saldo de 500 mortos.

A ditadura já começa em crise

O general Garcia Meza, que se nomeou presidente do novo governo de "reconstrução nacional", composto essencialmente de militantes e fascistas da Falange Boliviana, em nome do combate ao "comunismo, ao castrismo e à anarquia", não conseguiu o apoio internacional desejado. Apenas as ditaduras brasileiras, uruguais e a mais sangrenta do continente, a ditadura de Videla na Argentina reconheceram o novo regime. Os nove países que compõem a Comunidade Econômica Européia decidiram não reconhecer o regime militar boliviano. Os Estados Unidos embora deixando uma porta aberta para outra posição, cortou toda ajuda militar e econômica para o ano corrente e condenou o golpe na Organização dos Estados Americanos. Os países do Pacto Andino (Venezuela, Colômbia, Equador e Peru) assim como a maioria dos países latino-americanos mantêm-se na expectativa.

A burguesia internacional mostra-se assim, receosa em apostar na capacidade do novo regime em estabilizar o país. Washington e o grande capital monopolista internacional certamente não morrem de amores pelo movimento operário e popular boliviano, porém certamente pressionados pela opinião pública mundial e após as derrotas de muitas das ditaduras onde investiu diretamente, empreende um giro em sua estratégia. Nada mais comodo do que as ditaduras do cone sul arcarem, num primeiro momento, com a tarefa de destruição do movimento operário e popular boliviano. Após esta "guerra suja" o grande capital estimulará alguma "abertura".

Entretanto, as viradas estratégicas do imperialismo não interessam muito de imediato aos militares bolivianos. Garcia Meza se ve obrigado a acusar os Estados Unidos de "trair os princípios do ocidente e da cristandade". A erosão do novo regime já começa em seu nascedouro: pipocam divergências dentro das próprias Forças Armadas. Nem burguesia, nem o Exército boliviano, que nunca se caracterizaram pela coesão interna, chegaram a um consenso sobre o futuro do novo governo. A presença de Garcia Meza à frente do governo vem provocando gestos de rebeldia da parte do comandante militar da importante região de Santa Cruz de la Sierra, general Hugo Echevarria. O comandante da região militar que



Em cada esquina, um policial armado

praticamente deflagrou o golpe não só não vem acatando as ordens do governo como vem retirando seu "apoio ativo" ao regime.

A "máfia da cocaína"

O Departamento de Estado norte-americano vem insistindo na divulgação do fato de que o comércio da cocaína foi decisivo para que os militares derrubassem o precário governo de Lidia Geuiler. O centro da briga entre os generais Garcia Meza e Hugo Echevarria estaria no fundo, pela partilha do mercado de cocaína. É evidente que para o governo norte-americano interessa ofuscar o fato de que o golpe, voltado para impedir a posse de Siles Suazo e de um governo de esquerda reformista, tenha como pano de fundo a tentativa de destruição total do poderoso movimento operário boliviano agrupado em torno da COB. Entretanto, as cifras referentes à cocaína são impressionantes: a exportação de cocaína pela Bolívia chega perto de um bilhão de dólares anuais, isto é, 300 milhões a mais do que as exportações oficiais do país. E o centro produtor e exportador da cocaína encontra-se em Santa Cruz de la Sierra, principal reduto da reação fascista boliviana. Além disso, vem se tornando público o fato de que os principais traficantes de Santa Cruz pertencem ao grupo de extrema-direita, **Falange Socialista Boliviana** e que fornecem os quadros que compõem a repressão dos paramilitares, decisiva para a vitória do golpe.

Não foi apenas a reação de Meza e Echevarria ao programa de governo da Unidade Democrática e Popular de acabar com o tráfico de cocaína que originou a contra-revolução fascista, mas sobretudo a consciência adquirida pelos militares da incapacidade da burguesia boliviana de manter dentro de limites estritos um processo de democratização perante ao ascenso progressivo e à radicalização do movimento operário e popular. O Exército boliviano correspondeu assim às inquietudes das ditaduras chilena, argentina e brasileira sobre a possibilidade de novas ondas e ciclos revolucionários no cone-sul.

A repressão não abrandou

Apesar das divisões entre os militares e do isolamento do regime, a repressão está longe de di-

minuir. A Anistia Internacional denunciou as "execuções sumárias, prisões arbitrárias e torturas" e que "levaram a acreditar que os padrões internacionais com os quais a Bolívia se comprometeu estão sendo violados". Mais de mil pessoas foram presas desde o golpe de 17 de julho. As operações de sequestro, as prisões em massa, invasões de domicílio continuam. A repressão tenta também destruir a resistência armada de operários e mineiros no sul do país pelo cerco militar maciço, tentando cortar o abastecimento e a alimentação da resistência.

O governo clandestino de Siles Suazo, ao tentar disputar a "legitimidade" com os militares do poder não deixa de ser uma ameaça. O vencedor das eleições bolivianas, é hoje um dos homens mais caçados do país. E não deixa de contar com um suporte considerável: o da Internacional Socialista e da social-democracia européia, à qual o ex-presidente tem fortes vínculos.

O governo "alternativo" tenta se constituir como uma solução democrático-burguesa contra a reação fascista. Em certa medida poderá dar um alento à resistência popular. Porém é conhecida a vacilação da burguesia democrática perante as ditaduras militares. A coligação da UDP, constituiu-se desde o seu início em uma coalização de colaboração de classes entre o MNR de Siles Suazo, o partido comunista e o MIR (ligado à social-democracia). E foram os reformistas da UDP, que através de certos dirigentes da COB, preferiram apoiar o pacto de não-agressão assinado em abril por Juan Lechin (secretário da COB) e o general Meza, ao invés de se apoiarem nas mobilizações de massas.

Dessa forma, o verdadeiro fator de desestabilização concentra-se nos comitês de defesa da democracia organizado nas fábricas, nos bairros, nas escolas e nos centros mineiros.

O papel da resistência

A resistência ao golpe foi forte. Antes tinha ocorrido o precedente do golpe do coronel Busch derrotado pelo levante operário e popular. O chamamento à greve geral encontrou largo apoio. As barricadas foram levantadas. E foi na zona mineira do sul da Bolívia que a resistência se fez mais importante. Bastião do movimento operá-

rio, a região de Siglo Veinte, Catavi, Ururo, foi tomada pelos mineiros armados, em quase estado de insurreição. Entre a cidade de Cochabamba e a capital, La Paz, milhares de camponeses em armas barravam as estradas, atendendo ao apelo da palavra de ordem de greve geral dada pela COB. Três estações de rádio clandestinas apelaram à resistência.

Entretanto, malgrado o esforço do movimento operário, a direção reformista da COB e os partidos da UDP já tinham deixado as bases sem orientação contra as manobras golpistas que se processavam durante o governo de Lidia Geuiler. A direção da COB, prisioneira das ilusões sobre o respeito dos militares às eleições, acabou rendendo-se tragicamente aos paramilitares.

Mas se na direção do movimento operário processavam-se ilusões, nas bases o levante armado contra o golpe do coronel Busch deixou seus ensinamentos. É interessante destacar que entre a extrema-esquerda o enfrentamento era dado como inevitável. Em seu jornal "Combate", o Partido Obrero Revolucionário-Combate, alterava já em junho "contra o golpe, organizar a resistência popular" e "lançar a palavra-de ordem de organização de milícias armadas operárias-camponesas sobre a base da rica experiência de 1952". O POR-Combate levantara também um programa transitório de "estatização das minas, dos bancos privados, dos setores mais desenvolvidos da indústria e o monopólio pelo Estado do comércio exterior" e propunha também uma alternativa de poder organizada em torno da COB e dos partidos operários sobre a base da multiplicação dos comitês de defesa da democracia.

A resistência continua. A repressão defronta-se com um movimento operário de forte tradição de luta extraparlamentar, desde a revolução de 1952. As ações de solidariedade com a resistência operária e popular contra a junta militar, para impor uma ruptura das relações diplomáticas com a ditadura e restabelecimento dos direitos sindicais e democráticos está na ordem do dia.

As organizações operárias e sindicais devem se solidarizar com a resistência dirigida pela COB para reclamar a libertação dos presos políticos nos campos de concentração e impor o respeito às liberdades democráticas na Bolívia.

Estamos preparando novo

catálogo, com os últimos

lançamentos nas áreas de

sociologia e política, literatura,

assuntos brasileiros, educação

e psicologia, cinema, teatro

e televisão.

Se você ainda não é nosso

cliente, mande seu nome e

endereço para receber também

um exemplar gratuito desse

catálogo.

Livraria Zapata

Rua Dr. Cesário Mota Jr., 285 222 2861 SP



Como Videla desapareceu com os "desaparecidos"

Por Wagner Cardoso

PETIÇÃO:

"Há três anos que nós pedimos incessantemente: onde estão nossos filhos? Onde estão nossos netos sequestrados com seus pais? Onde estão os bebês, de mães sequestradas, grávidas, nascidos na prisão? Quem são aqueles que julgam os homens e as mulheres desaparecidos?"
 Questões como estas devem ser respondidas pelas autoridades oficiais.

Mães dos "desaparecidos"

Publicada no jornal Clarin de 19 de setembro de 1979

Estas duas matérias publicitárias pagas - e aliás muito mais caras do que o normal, (US\$ 10 mil, mais de Cr\$ 500 mil) em virtude da recusa das redações - colocadas nos diários argentinos, são uma mostra de como Videla de um lado e a resistência popular de outro, encaram o problema dos prisioneiros políticos desde 1976.

Eles são mais de 30.000 hoje, a serem considerados como "desaparecidos". Dentre os sindicalistas, estudantes, intelectuais, dirigentes políticos, democratas, opuseram e se opõem ao regime ditatorial, hoje é quase um "privilégio" o seu reconhecimento como prisioneiros políticos.

Oficialmente só são reconhecidos de 4 a 5 mil prisioneiros políticos, o restante é simplesmente omitido pela ditadura.

Desde sua instauração, o atual regime iniciou e expandiu a prática dos sequestros. Todas as forças militares e pára-militares, sob sua "lei de guerra", organizaram os chamados "Comandos Operacionais Táticos", afim de coordenar todas as operações contra o movimento popular e operário. Eram, a cada vez, várias dezenas de vítimas que se via serem sequestradas de suas casas ou fábricas, a qualquer hora do dia (ou da noite). E se via serem depositadas nas várias unidades carcerárias, criadas para este fim, já bem antes do golpe de Videla. Desde prisões normais já existentes, até prédios do Exército ou arsenais da Marinha, foram transformados para "receber" os opositores.

Esta prática passou a ser tão intensa que como o que já havia ocorrido no Chile sob Pinochet, - as prisões, os campos de concentração, começavam a se tornar pequenos, tão grande era a onda repressiva. A extermínio pura e simples dos prisioneiros apavorou como a solução uma barreira de fácil transposição. Evidentemente que as "execuções" já vinham sendo praticadas desde o período de Isabelita Perón, assim como as prisões de vários dirigentes sindicais. Mas elas só sofreram um caráter realmente massivo, a partir do golpe - le Estado de 76.

À semelhança ainda do Chile, podia-se ver, nos dias e meses que sucederam ao golpe, a enorme quantidade de corpos baleados e trucidados pelas ruas, no fundo dos rios, no interior das casas e sobretudo nas prisões. A menor resistência, a morte era certa. E para isto uma real divisão de tarefas foi implementada: o Exército se ocupava da repressão contra a guerrilha, ou então contra qualquer tipo de manifestação e mesmo greves; grupos para-militares, à paisana com

PETIÇÃO

"As consciências argentinas, neste ano internacional da criança: Uma vez mais nós pedimos: onde estão nossos filhos "desaparecidos" juntamente com seus pais, ou sem eles. E os nascidos na prisão? (Seguem 470 nomes de desaparecidos).

Mães e avós argentinas

Publicada no jornal La Nación de 4 de maio de 1979

a ajuda de organizações de extrema-direita, reprimiam e assassinavam dirigentes sindicais e políticos. A rede estava montada: o movimento de massas fora duramente golpeado, a começar pelos dirigentes peronistas, sindicalistas, chegando até os movimentos de esquerda.

As mães da Praça de Maio

Sobre toda esta repressão massiva e sangrenta a dita "opinião pública internacional" se calava. Os jornais mais variados da grande imprensa de todo o mundo não ventilavam o que se passava neste verdadeiro inferno instalado no Cone Sul. É então que aparecem as "Locas de la Plaza de Mayo" - mães ou parentes dos prisioneiros e mortos da ditadura - para oferecerem um respaldo de dentro do próprio país, ao que o movimento socialista e democrático tentava, às duras penas, fazer eco: criar uma real solidariedade internacional em apoio à resistência do povo argentino.

Até então, o povo argentino contava somente com a denúncia feita pelos seus exilados. Eram mais de 500 mil, espalhados pela Europa; e após 1977, essa "imigração forçada" também chegava ao Brasil. Somente em Barcelona havia 200 mil; agregados às dezenas de milhares que se encontravam na França, estando os restantes espalhados entre a República Federal Alemã, a Suécia e alguns outros países (Holanda, México, etc.). Estes combatentes, agora do exílio, eram os únicos porta-vozes de uma resistência que às duras penas, tentava refletir o povo argentino, no seu heróico combate assim como no seu sofrimento.

A história das Mães da Praça de Mayo começou em abril de 1977. Composto pelas mães dos prisioneiros e mortos políticos do regime, o grupo postava-se em frente a Casa Rosada - palácio do governo - na Praça de Mayo. Semanalmente, todas vestidas de negro, mais de 200 mulheres (no início não passavam de 15) dentre mães, esposas e avós de detidos, realizavam manifestações silenciosas em torno da Pirâmide de Mayo. Enquanto algumas tentavam marcar uma entrevista com os responsáveis pelos presos, outras ficavam diante do palácio na espera de obterem as respostas do paradeiro de seus parentes.

Essas mulheres haviam tentado já todas as formas para obter tais informações, mas como de costume as respostas eram as mesmas: "Não podemos explicar o inexplicável. Na luta contra a guerrilha atuamos sob or-

dens do Alto Comando das Forças Armadas. Não tivemos necessidade de usar as ditas forças pára-militares, pois toda a atividade anti-subversiva foi dirigida diretamente pelos generais, almirantes e brigadeiros de cada Arma... Reconhecemos pois a responsabilidade do Estado e das Forças Armadas na direção e no uso da força." (Declarações do Comandante-Chefe do Exército, General Galtieri, em março de 1980).

Em consequência disto, elas escolheram outros meios; públicos e massivos. A criação da "Associação dos Familiares dos Presos e Desaparecidos Políticos" (que une milhares de familiares), era uma forma de estender esta luta. Periodicamente, as mães viajam pela Europa e América, afim de obter um apoio internacional.

Essas "locas" - designação dada pelo Ministro do Interior argentino, que obrigava a fazerem longas filas à espera de fichas com números, afim de obterem uma audiência com as "autoridades responsáveis" - após tantas pressões internas e externas, sofreram por sua vez, golpes repressivos. É assim que em outubro de 79, elas também tiveram companheiras sequestradas. Suas manifestações foram dispersadas e interditas, e só puderam recomeçá-las em fins de fevereiro de 80, de maneira esporádica, já não só na Praça de Mayo mas também no centro de Buenos Aires.

"Não há desaparecidos, mas sim mortos"

Todo esse movimento, somado às recentes greves de setores ferroviários e metalúrgicos, obrigou a ditadura a dar respostas, na tentativa de não se isolar do "mundo ocidental". Após os múltiplos sorrisos, e as visitas de cortesia efetuadas à China, Kênia,



Índia, Hong-Kong, França, assim como na recepção a Figueiredo em abril deste ano, os militares argentinos começaram a multiplicar novas declarações: "Iniciaremos um processo de democratização... É necessário virar a página: o problema dos desaparecidos é certamente doloroso, mas nós não podemos ressuscitar os mortos".

No mesmo sentido, a recente Lei 22.068, conhecida como "lei do genocídio", permite agora aos militares, diretamente ou através de seus juizes, declararem mortos todas as pessoas desaparecidas após 90 dias do pedido de investigação apresentado pelo governo ou por familiares. Desta maneira não existirão mais desaparecidos. Logo, não serão necessárias as investigações e posterior punição dos sequestradores!

Mas do outro lado da cena encontram-se as forças democráticas e populares, que através do mundo inteiro multiplicam as campanhas de solidariedade, assim como as manifestações de repúdio, diante das embaixadas argentinas. Também as mais importantes centrais sindicais da Europa, partidos políticos e organismos como a Anistia Internacional, ou mesmo a Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas, fazem declarações e saem às ruas denunciando este regime sanguinário.

Agora é a vez de nós, aqui no Brasil, demonstrarmos mais alto do que nunca nossa solidariedade ativa aos trabalhadores e ao povo argentino na luta pela sua libertação.

Quando da vinda de Videla ao Brasil, devemos exigir a imediata aparição dos sequestrados, assim como a libertação de todos os prisioneiros políticos e o julgamento dos torturadores.

- Pelas liberdades sindicais!
- Por amplas liberdades democráticas!
- Fora Videla!

Desaparecido não; sequestrado!

A descrição de um sequestro típico da ditadura argentina.

Em janeiro de 1977, um grupo de oficiais da Marinha argentina preparou um cerco à casa localizada na rua Sargento Cabral 317, em El Palomar, Moró, província de Buenos Aires.

O comando especial, conhecido sob o nome de G.T.3.3/2 (Grupo de Tarefas) estava integrado, entre outros, pelo tenente de fragata Alfredo Aztis (aliás "Rubio", "Angel", "Cuervo" ou "Gonzalo"). Nesta manhã, ele e mais seis homens estavam postados nos arredores da casa onde morava Norma Burgos.

Dentre os possíveis visitantes à casa, eles estavam esperando uma jovem loira. Essa mulher, Maria Antonia Berger, não veio ao encontro. Em contrapartida, apareceu uma outra loira, que veio visitar Norma. Era Dagmar, que desconhecia a detenção de sua amiga Norma, ocorrida no dia anterior. Quando esta viu os homens arma-

dos, começou a correr. Perseguida, ela foi logo agarrada, e um disparo de arma feriu-a na cabeça. O homem que disparou foi o tenente de Fragata Alfredo Aztis.

Eles a conduziram, rapidamente, gravemente ferida, a um táxi. Todos os sete homens partiram em direção à Escola de Mecânica da Marinha. Aí chegando, Dagmar foi levada para um sótão, onde havia uma enfermaria: local onde se fazem também os partos e se aplicam torturas...

Algumas horas depois da prisão de Dagmar, Norma foi levada à sua presença. O oficial tirou-lhe o capuz e Norma pode ver sua amiga: ela estava atada por correntes à cama, sangrando bastante na cabeça e pelo corpo.

Elas tiveram a oportunidade de trocar algumas palavras sob os olhares do capitão William Whamond e do ten. Aztis, que disse ser ele quem a havia ferido... Desde então Dagmar

tomou-se uma outra do rol dos "desaparecidos".

O ten. Aztis é atualmente auxiliar do agregado naval da embaixada argentina na África do Sul; vive no 33 Edward Street, Waterkloof, Pretoria. Anteriormente, esteve trabalhando como agente na França, sob nome falso. Já na Argentina ele chegou a infiltrar-se entre "As mães da Praça de Mayo" e foi o responsável na identificação e captura das mais combativas, assim como num sequestro de freiras francesas, ocorrido em dezembro de 1977.

Grande parte deste relatório foi feito pela própria Norma Burgos, no dia 11 de abril de 1980, numa Conferência de Imprensa, na Suécia. Refugiada hoje, neste país, ela é a principal testemunha do governo suéco na sua ação impetrada contra o Estado argentino.

Norma foi libertada no dia 26 de janeiro de 1979, exatamente dois anos após sua prisão.

Argentina

Prepara-se nova etapa de luta e organização

Para a burguesia argentina, só restava com o governo Videla a política do "depois de mim, o dilúvio". Ultimamente, nem isto sobra mais. O que tem feito é assassinar o povo e destruir o aparato produtivo do país para prolongar a sua dominação. A classe operária argentina, que não se dobrou apesar de toda a repressão, cabe mostrar as portas do futuro - e abri-las.

Por Marcelo Zugadi

De maneira abrupta - e para muitos inesperada - a imagem da estabilidade da ditadura se fez em pedaços. É certo que apenas os que baseiam suas análises nas aparências superficiais podiam acreditar nesta imagem; porém agora, nem sequer as aparências se mantêm. Nos últimos meses ficaram a nu o total isolamento do governo, as profundas diferenças no seio das forças armadas e a polarização dos partidos, em franca oposição a um governo que já não oferece perspectivas. O almirante Massera, ex-membro da Junta Militar e co-responsável pelo genocídio levado a cabo na Argentina, assinalou a real dimensão da crise em uma declaração à imprensa: "o governo está morto; só falta quem o enterre".

O Colapso financeiro

A quebra dos quatro primeiros bancos privados do país pôs de manifesto a fragilidade e precariedade do plano econômico em curso (ver box). Uma fuga em massa de capital e uma corrida bancária fizeram perigar todo o sistema financeiro. O estrondo, não obstante, era apenas o eco da explosão de um aparato produtivo afogado por cinco anos de recessão praticamente constante com hiper-inflação, com a concorrência inalterável de produtos estrangeiros que não têm barreira alguma e se beneficiam de um dólar sub-valorizado e a veracidade incontrolável do que se tem chamado a "indústria financeira", que jugula o país em todos os seus estratos e tem como agente de seus interesses o ministro da economia. Deixando de lado as negociatas e as trapaças a que a especulação deu lugar - e na qual estão implicados os próprios membros da Junta e os governadores militares de diversas províncias - a quebra dos quatro bancos mais importante do

país é o resultado do estado de falência de grupos econômicos (Grecco, Oddone, Sasetru) que controlam um total de mais de 300 empresas, entre as quais se contam algumas das mais importantes da alimentação e a comercialização de grãos (Sasetru e Oddone) e praticamente a totalidade do setor privado da indústria do vinho (Grecco).

É óbvio que por trás disto se encontra também a concorrência sem piedade de grupos econômicos e que estas quebras redundam em benefício de grupos mais fortes. Porém, de um lado, o caráter das empresas que hoje estão em processo de liquidação e o fato de que a estas se somem outras como Alpargatas (textil), Celulosa (papel) e várias do setor petrolífero, para citar apenas as mais importantes, demonstra que a guerra interburguesa arrasa com o aparato produtivo do país e que o governo que conduz a operação opõe os interesses de um punhado de especuladores não apenas à maioria da população, mas inclusive aos interesses de poderosos grupos econômicos que de nenhuma maneira podem ser catalogados como "capital nacional".

Por outro lado, o fato de que os grupos mencionados tenham conhecido um desenvolvimento espetacular desde o golpe militar e que seus principais dirigentes tenham sido homens próximos ao poder e promovidos como figuras exemplares da nova etapa, configura hoje em irremovível peso político para a ditadura, por estarem as empresas em quebra e seus dirigentes presos e processados por "subversão econômica".

Trata-se também de uma resposta clara para aqueles que viam na política de Martinez de Hoz um plano perfeitamente desenhado e aplicado pela "Comissão Trilateral", cujos resultados

supõem a reorganização, conscientemente promovida, do aparato produtivo em função daquele plano global. A Comissão Trilateral se converteu no curinga de teóricos raquíticos para uma nova versão da teoria do superimperialismo. Longe da aplicação coerente de um plano científico destinado a recompor o capitalismo mundial, na Argentina estamos em presença da pouca científica política do "depois de mim o dilúvio"; o que, por outro lado, não é mais do que a expressão nacional da crise mundial que sacode o capitalismo.

Realinhamento burguês

A combinação de: a) nova queda do consumo interno; b) eliminação de tarifas alfandegárias e invasão de mercadorias estrangeiras em todos os ramos; c) cotação do dólar abaixo do valor; e d) nova alta de juros e consequente diminuição da atividade produtiva, teve como resultado a virtual unificação do país contra o governo. Comentando a onda de críticas vindas de todos os setores, o diário "A Nação", porta-voz da burguesia proprietária de terras e até pouco o mais tenaz defensor do plano econômico, assinava: "impressiona a ausência de resposta civil aos ataques contra a política governamental" (26/06/80.)

O governo tinha iniciado no começo do ano o chamado "diálogo" com os partidos políticos e outras instituições da burguesia. Sua intenção era abrir uma válvula de escape para a oposição burguesa afim de dar sem imprevistos o passo decisivo para sua continuidade, isto é a eleição, por parte da junta militar, do próximo presidente da Nação que deverá assumir em março de 1981. Basta repassar as declarações dos principais dirigentes políticos para comprovar o estrondoso fracasso do intento. E o mais notável é que os próprios grupos políticos e patronais que participavam do plano e se apressavam a formar um novo partido patrocinado pelo governo viram-se na obrigação de tomar distância da ditadura, agregando-se ao coro de críticas que isolam por completo a Videla e às forças armadas. O governo perdeu a iniciativa política, deve levar à frente seu plano de estabilidade em tal situação, e não existe indício algum de que seja capaz de retomá-la. A crise política está hoje na ordem do dia, e a principal preocupação da burguesia é como achar o caminho para sair do atoleiro. A sobrevivência da ditadura é apenas a mostra da incapacidade burguesa para articular uma alternativa, e de nenhum modo expressão de fortaleza do governo ou das forças armadas para levar a cabo seus

propósitos de "reorganização nacional". O general Menendez, um dos principais chefes da ditadura até o fracasso de sua tentativa de golpe de Estado em novembro de 1979, qualificou a situação assim: "atualmente, todo o nosso espectro político está à esquerda; parece que, como surpreendido e deslumbrados pelo êxito da demagogia e do populismo de Juan Perón, todos queriam imitá-lo, ocorrendo assim uma corrida para a esquerda".

A expressão mais importante deste fenômeno é o acordo recente entre o Partido Justicialista (peronista) e o Movimento de Integração e Desenvolvimento do ex-presidente Frondizi para o lançamento de um "Movimento Nacional, um passo que consagra o fracasso irremediável do "diálogo" tentado pelo governo e reproduz a linha adotada por estes mesmos partidos em 1971 para enfrentar a crise moral do regime militar de então. Sinal eloquente é que a este acordo convirjam unificadamente as numerosas tendências internas do peronismo.

Situação e Perspectivas do movimento operário

A analogia com a agonia da ditadura anterior, sem dúvida, termina aí. Nem a economia do país, nem a capacidade dos partidos burgueses, nem o estado e a experiência política das classes e a conjuntura que atravessa o movimento operário podem ser equiparados.

Do lado dos instrumentos políticos da burguesia, a morte de Perón, e a experiência catastrófica de seu governo - no qual estavam comprometidos todos os partidos políticos significativos da classe dominante - deram como resultado um debilitamento extremo e um ceticismo que se aproxima da denúncia aberta do conjunto da população. Neste sentido, a verdadeira magnitude do fracasso da atual ditadura pode medir-se ao ter em conta que seu propósito central era recompor as forças políticas sobre a base de dividir o peronismo e constituir um partido oficialista. A repetição da proposta Perón-Frondizi, depois da experiência vivida nos últimos 7 anos, é a confissão de impotência do partido do capital diante do reiterado fracasso de suas forças armadas.

Porém, para as classes em pugna, a experiência do Grande Acordo Nacional de 1972 não passou em vão. A burguesia e seus aliados da alta classe média comprovaram o potencial de luta da classe operária e vêem com horror a possibilidade de que aquilo se repita; mais ainda já que não contam agora com a cumplicidade de Perón para levar ao

Os números da ditadura

Até três meses atrás, os defensores da ditadura tratavam de mostrar sua fortaleza com o único dado de aparência positiva que podiam esgrimir: a soma de 10 bilhões de dólares de reservas do Banco Central. O dado provocava impacto sobretudo porque no momento do golpe as reservas eram inferiores a um bilhão de dólares. Contudo, tratava-se de um sinal enganoso. Porque, se nos quatro anos de ditadura houve um saldo na balança comercial positivo de seis bilhões de dólares (resultado de boas colheitas e de uma queda vertical das importações, causada pela recessão permanente), no mesmo período, a dívida externa passou de 8 bilhões a 20 bilhões de dólares. Assim, não apenas o crescimento das reservas é inferior ao crescimento da dívida externa, como também oculta o "desaparecimento" de uma soma praticamente igual, 9 bilhões, que devia estar no país. Que aconteceu com ela? Seis bilhões de dólares saíram da Argentina sob a classificação de... turismo? Por mais irracional que pareça, 3 bilhões e meio foram em viagens e compras suntuárias (aproveitando a sub-valorização do dólar e a eliminação de barreiras para as compras dos viajantes aos E.U.A. e à Europa. Outros um bilhão e meio tiveram um destino no Brasil. O restante, e parte do serviço da dívida externa (pagamento dos juros da dívida).

Mas as coisas não param aqui. Em 28 de março, o banco privado

mais importante do país, o BIR, quebrou, e o Banco Central teve de jogar um bilhão e setecentos milhões de dólares na praça para conter o colapso financeiro. A soma, não obstante, não conseguiu evitar que poucas semanas mais tarde quebrassem os três bancos que seguiam o BIR na ordem de importância e as duas maiores financeiras. Uma média de 300 milhões de dólares jogados no mercado semanalmente para evitar o colapso total levaram os números iniciais a um total avaliado entre dois e meio e três bilhões de dólares. Os 10 bilhões da "reserva mais importante na história do país" estavam murchando!

A crise permanente do sistema financeiro não se interromperia neste ponto, embora o colapso fosse contido. O sinal da balança comercial mudou de sentido e promete um déficit de um bilhão e duzentos milhões de dólares para 1980. A causa é uma queda das exportações e um aumento brutal das importações (mas importações que substituem a produção nacional, porque já não há barreiras alfandegárias e o dólar está cotado cerca de 40% abaixo do seu valor). Deve-se acrescentar a cifra de dois bilhões e duzentos milhões de dólares que saíram este ano para pagar os serviços (juros) financeiros e reais. E os investimentos suntuários e compras no exterior por particulares levam à previsão de outros dois bilhões de dólares. Os três itens so-

mam 5 bilhões e quatrocentos milhões de dólares.

Para que isto seja assim, foi necessário reduzir a zero o prazo mínimo de permanência de capitais financeiros do exterior e aumentar os juros (que hoje são 4% mais altos do que os mais altos do mundo) para evitar uma fuga massiva de capitais e promover a continuidade do fluxo de moeda estrangeira a curto prazo (o máximo das operações correntes é hoje de dois meses).

Assim, sem contar com o aumento da dívida externa nos próximos 8 meses - que se calcula será muito elevado - chegamos ao quinto ano de ditadura com uma cifra de reservas praticamente idêntica à de março de 1976, com a diferença de que 1981 promete um saldo comercial negativo e o detalhe de que a dívida externa cresceu 130%!

Há outros números, contudo. Mas os leitores têm de fazer uma pausa para considerá-los de outro modo. Trata-se de vinte mil seqüestrados; dez mil mortos; dez mil presos políticos. Nenhum número pode representar a dimensão de tal genocídio. Genocídio que tem, sem dúvida, relação estreita com uma cifra concreta: 50 bilhões de dólares foram roubados dos trabalhadores através da redução do salário, para serem transferidos ao imperialismo, à burguesia local e a seus empregados hierárquicos com uniforme ou sem ele.



Manifestação de massa em 1973

proletariado e a juventude a um beco sem saída. Dai que, submersos pela política econômica do capital financeiro internacional, tratem não obstante de conseguir algum oxigênio fazendo o máximo esforço para evitar uma confrontação com a ditadura por tempo de ficar em mãos da única força de oposição real. Isto é o que explica que a ditadura tenha sobrevivido até o momento. É só uma investida que virtualmente põe em estado de quebra a produção nacional pôde conseguir a reação que assinalamos. Aqueles que partem para compreender o país do esquema absurdo de uma classe operária atomizada e historicamente derrotada pelo golpe de 1976, não podem compreender que a extensão, a profundidade da crise é o resultado direto da permanente resistência do proletariado, da constante ameaça de suas forças que golpeadas nas suas organizações e carentes de toda a expressão política, se apresentam incrementadas potencialmente pelo salto decisivo que significa ter completado sua experiência com o nacionalismo burguês e a possibilidade de retomar em qualquer momento e em um nível muito superior a experiência de combate e auto-organização truncada pelo golpe militar.

O que dizíamos a respeito da burguesia, vale igualmente com relação à burocracia sindical: não apenas colaborou abertamente com a ditadura, como fez os maiores esforços para dividir a organização sindical dos trabalhadores como modo de tentar contornar um avanço para a independência política, que se choca antes de mais nada com as direções burocráticas dos sindicatos.

Esta "frente-única" do medo entre burguesia, alta pequena burguesia e burocracia sindical, atrás da ditadura militar, conseguiu manter isoladas inúmeras lutas que o proletariado travou durante estes anos. A cumplicidade dos partidos burgueses e a inexistência de um instrumento político que expresse os trabalhadores de maneira independente, tudo isto nos marcou de uma repressão que afogou até a mais mínima expressão democrática, permitiu que a ditadura governasse sem oposição aparente (e que não poucos comentaristas confundissem isto com uma grande fortaleza dos militares). Porém a eclosão da crise econômica explodiu este esquema.

As brechas que o fato de que dirigentes políticos e chefes patronais partissem para um choque aberto com o governo abriu, puseram na ordem do dia a luta operária por seus direitos sindicais e democráticos, e suas reivindicações econômicas. Uma grande pressão de bases está obrigando a burocracia a reunificar-se e tornar realidade as duras ameaças que vem lançando há um ano e meio, quando a ditadura tentou consolidar-se aplicando um golpe mortal na CGT e convertendo à burocracia em um simples apêndice governamental. A recente greve ferroviária, organizada pelos organismos de base, que enganou os serviços de inteligência da ditadura mais brutal da América Latina e que foi realizada com massividade e sincronização formidáveis, mostra não apenas a inconsistência das análises que falam de um proletariado aplastado, como também a iminente ameaça de um plano de luta, do qual esta greve foi apenas um passo, capaz de deflagar toda a indignação de um povo que se vê esfomeado e submetido aos piores excessos repressivos.

Não resta dúvida alguma de que os próximos meses serão testemunho do crescimento desta onda de protestos. A resposta conjuntural que a ditadura deu ao colapso financeiro assegura que em pouco tempo a crise reaparecerá decuplicada. Enquanto isso, ganhou-se um importante espaço à ditadura no terreno das lutas democráticas. E esta já não conta com a possibilidade de usufruir o silêncio cúmplice dos partidos burgueses. Muito pelo contrário: estes tratam agora de se mostrarem à esquerda, em um esforço desesperado para capitalizar o descontentamento. O problema consiste, precisamente, em evitar que o consígnico. Evitar que uma vez mais as lutas do movimento operário se traduzam em uma saída burguesa que prepare as condições para assestar um novo e mais duro golpe aos explorados e oprimidos.

A experiência dos trabalhadores brasileiros, que tratam de construir seu próprio partido, independente dos patrões, será um imenso impulso para o êxito da tarefa que enfrentam os irmãos de classe da Argentina.

Videla-Figueiredo: Juntando forças contra os trabalhadores

Premidas pela ameaça que vem da América Central, as ditaduras esquecem antigas querelas.

Desde outubro passado, um giro brusco nas relações entre Brasil e Argentina vem realizando um acelerado processo de aproximação entre ambos os países nos terrenos econômico e político. O fato é tanto mais destacável porque o antagonismo que as burguesias argentina e brasileira nutriram durante toda a sua história não mostra ter perdido as suas razões materiais: a disputa do mercado sul-americano, a Bacia do Prata, as possessões antárticas...

Para que tais fundamentos comecem a ceder posições a uma linha de colaboração e complementação, deve haver uma razão grande e de peso! Para ela concorrem fatores de ordem distinta, porém a nosso juízo a causa decisiva do golpe de timão protagonizado por Videla e Figueiredo é de caráter político.

O acordo sobre a utilização do Rio Paraná - tema sobre o qual se discutiu longos anos sem obter o menor resultado positivo - em outubro do ano passado abriu caminho ao acontecimento que Figueiredo, com sua habitual capacidade metafórica, qualificou de "matrimônio da Argentina e do Brasil". Entusiasmado com seu achado prosseguiu: "agora o marido e a mulher começam a pensar quantos filhos devem ter". Omitiu mais detalhes, seguramente preso pelo protocolo diplomático. Porém, a julgar pela onda de lamentos dos industriais argentinos, o papel de Videla fica inequívoco.

Os aspectos econômicos destas apressadas bodas têm, sem dúvida, muita importância. Fazendo alusão a eles, Delfim Neto disse que o Brasil está conseguindo uma importante entrada de divisas como resultado de que "há gente mais irresponsável que nós" no manejo do setor externo.

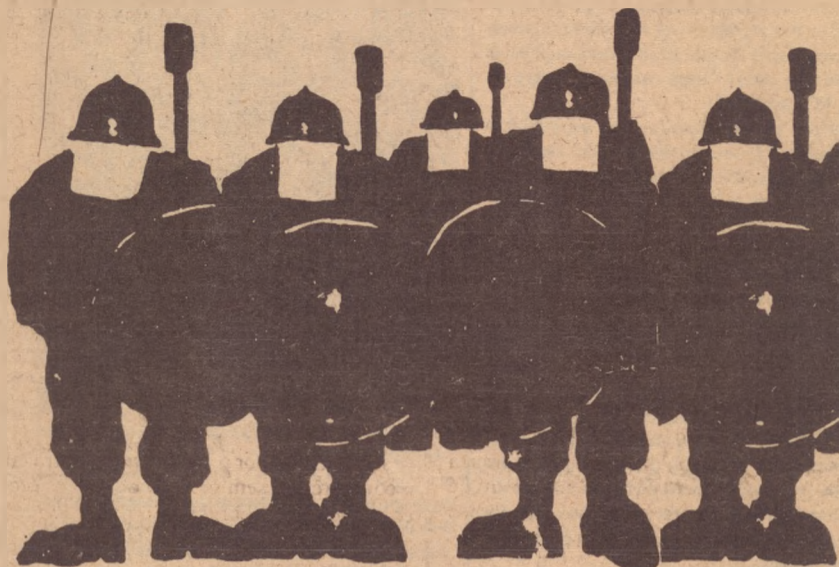
Esta suposta "complementação econômica", em dúvida, nada tem que ver com os interesses dos povos da Argentina e do Brasil. Os operários da Volkswagen em São Bernardo não ganham um cruzeiro a mais apesar de que o que eles produzem se vende na Argentina quatro vezes mais caro que no Brasil. Os trabalhadores argentinos, por sua parte, ficam sem trabalho porque a produção nacional diminuiu diante da invasão de produtos estrangeiros: milhares de desempregados em todo o país, redução de horas de trabalho, e uma magnífica desculpa para manter salários de fome.

Deve-se assinalar também que, se o capital financeiro internacional e um setor da burguesia brasileira obtêm grandes lucros com este acordo, na Argentina, a indústria e o comércio se vêem duramente afetados e as críticas à política econômica frente ao Brasil aumentam dia a dia.

Porque a ditadura militar argentina somou este novo motivo de queixa a seu já extremamente difícil quadro interno? A resposta, do ponto de vista econômico, é clara: os centros financeiros imperialistas precisam recompor seu esquema de produção e ampliar seus mercados, perturbados por uma dura crise de superprodução, particularmente nas corporações fabricantes de automotores. É natural que este esquema se centre no Brasil e vá em detrimento da economia argentina e a esta lei de ferro devem submeter-se os militares argentinos, embora as medidas firmem a seu nacionalismo verborregado em uma área tão sensível como as relações com o Brasil e os faça alvo fácil daqueles que já começaram uma campanha tendendo precisamente a exacerbar os sentimentos nacionalistas.

O medo da Nicarágua

Porém, isto é só uma parte da resposta. A outra, conjunturalmente decisiva, que mar-



cou os ritmos e a forma do acordo, é a revolução nicaraguense e a situação explosiva da América Central.

Em dezembro de 1979, o então chefe do Exército argentino e nomeado próximo ditador, o general Viola, declarou que diante da provada incapacidade dos EUA para evitar a revolução na América Central, era imperioso concretizar uma aliança entre o Brasil e a Argentina para "conter o avanço do marxismo na América Latina". Pouco depois, o ministro das relações exteriores da Argentina, declarou em Brasília, que trabalhava-se nesta direção. O Itamarati, por razões óbvias de política interna, teve que desmentir esta declaração do hóspede impulsivo, o que não impediu que o plano continuasse aceleradamente: encontro Videla-Figueiredo; novas declarações do chanceler argentino repetindo o dito em Brasília (desta vez sem ser desmentido); repetidas viagens de chefes militares entre ambos os países; declaração de Valter Pires afirmando que não se permitiria um governo de esquerda nas fronteiras do Brasil; encontro do chefe da marinha brasileira com seu par argentino, quando este declarou que "não é necessário um tratado sobre o Atlântico Sul, porque já está sendo feito na prática".

Entre o primeiro e o segundo encontro de Videla com Figueiredo o plano já começou a ser posto em prática: o golpe na Bolívia foi preparado de comum acordo e realizado com a direção local de militares argentinos. Os dois governos foram os primeiros a reconhecer Meza.

Não se trata, portanto, de uma mera especulação. As ditaduras dos dois maiores países da América Latina, se unem em um ato reflexo de auto-defesa. E preparam-se para cumprir o papel de gendarme em substituição ao imperialismo yanque. A autonomia aparente em acionar esta aliança contra-revolucionária - que na Bolívia se opôs à tática dos EUA e levou a cabo seus próprios planos - não pode ocultar que atuam em função do imperialismo.

A "abertura" de Figueiredo e o "diálogo político" de Videla dão-se neste marco e estão determinados por ele. As ditaduras devem ceder espaço em seus próprios países e toda perspectiva de controle está perdida na medida em que não estejam rodeadas por governos que contenham pela força a onda que subverte a América Latina: "não admitiremos governos de esquerda em nossas fronteiras", dizem.

Sua aliança é um passo forçado pelo desenvolvimento da luta de classes no continente; e obriga por sua vez aos povos que levam a cabo esta luta a responder no mesmo terreno.

Em 19 de julho, em Manágua, começou a se esboçar esta resposta. A viagem de Videla é uma boa oportunidade para que os trabalhadores, a juventude e o povo de todo o Brasil conheçam os verdadeiros planos de nossos opressores e comecem a buscar os meios para continuar avançando no caminho da luta coordenada e unitária das massas latino-americanas. (M.Z.)

Maldição aos torturadores!

Hi-los aí: tesos, apumados em suas couraças medievais; querendo, com a rigidez dos seus gestos, transmitir uma firmeza que não têm; tratando de compensar com ameaças a sua falta de razão e com arroubos de força sua transparente ignorância. São aqueles cujas únicas batalhas foram contra povos desarmados; comandantes e estrategistas de operações complicadas para hostentar os louros da desonra. São a vergonha de nossa civilização; o estorvo da história; a expressão do antropóide que o homem traz em si. São os que degradam a condição humana na baixaza indescritível da voz que dá ordens de castrar homens, violar mulheres, no intento vão de mutilar a rebeldia. São os covardes que torturam uma criança diante de seus pais dizendo defender a

família. São o rebotinho da humanidade.

Diante deles, quão formosas e grandes, quão cheias de vida e de futuro aparecem suas vítimas! Milhares de mulheres e homens enterrados em campos de concentração; milhares de mulheres e homens mortos depois de terem passado pelo inferno da tortura; milhões de seres que trabalham sem liberdade e sem pão. Que eloquente o seu silêncio de oprimidos e mártires frente à catarata de palavras vazias de seus algozes! E que desprezível a condição daquele que se cala por cálculo ou temor...

Que um clamor unânime responda ao intento da ditadura argentina e brasileira de forjar uma aliança contra seus povos! Abaixo os que oprimem, torturam e matam nossos irmãos!

O PT não deve aparelhar a luta sindical

Por Daniel Aarão Reis Filho

Os militantes do PT estão enfrentando no dia a dia da prática política um problema de difícil solução: como combinar a atuação no partido político (PT) e nas atividades de tipo sindical (sindicatos, associações de moradores, movimentos de donas de casa, etc.)? Como combinar a luta política e a luta sindical?

Se formos buscar respostas para estes problemas na história do movimento popular em nosso país, não encontraremos grande coisa: de modo geral, os partidos políticos relacionam-se de forma golpista com as entidades de tipo sindical:

- ou lutam para fazer delas "instrumentos" de sua linha política, esquecendo-se que a entidade sindical existe para defender interesses imediatos de um determinado setor da população, independentemente da filiação político-partidária das pessoas a ela afiliadas;

- ou lutam para fazer delas "aparelhos" de divulgação de sua linha política, de presença em atos ou manifestações, ou ainda como "campos" de recrutamento de novos filiados, esquecendo-se que os compromissos da entidade sindical devem ser voltados para a divulgação da luta dos interesses imediatos dos setores da população que representam.

Como enfrentar esta tradição nociva à luta popular? E é de fato nociva porque as entidades sindicais, submetidas a tais partidos políticos, acabam sendo esvaziadas, perdendo força, capacidade de mobilização... O PT, nascido da luta sindical e gerado por problemas que as entidades sindicais não conseguiram e nem poderiam resolver, o PT deve estudar com carinho este problema esta tradição, tentar formular uma linha de atuação que pelo menos não favoreça um comportamento golpista e sectário ao nível dos sindicatos e das entidades sindicais.

É necessário, no entanto, afirmar uma preliminar: qualquer linha de atuação, por melhor que seja, e por melhor que sejam suas intenções, não terá sucesso, ou terá um sucesso limitado, se não houver na sociedade brasileira um poderoso movimento social popular autônomo em relação aos partidos. Só um movimento social forte, estruturado em suas entidades de base, será capaz de exercer um controle eficaz e efetivo sobre as organizações partidárias, viabilizando, assim, a palavra de ordem consagrada ao movimento operário de São Bernardo: liberdade (em relação ao Estado) e autonomia (em relação aos partidos políticos) sindicais.

Começemos pela realidade: a luta popular no Brasil é basicamente sindical. Os milhões de trabalhadores que lutaram em todo o país por seus interesses, organizaram-se em entidades sindicais e lutaram por programas de tipo sindical. Este é um aspecto central da realidade atual. Muitos militantes, impressionados por isto, chegam ao ponto de se descaracterizarem como elementos de um partido político, falemos português claro, chegam ao ponto de ocultar pura e simplesmente sua filiação política com medo de se isolarem ou/e de enfraquecer e dividir o movimento.

E no entanto a política é inseparável da luta sindical. Principalmente no Brasil, sobretudo nestes tempos de transição em que vivemos, onde uma greve começa esbarrando na Lei de Greve, colide com os brutus da polícia e ainda têm que aguentar os sobrevôos de "rotina" dos helicópteros do exército. A luta pela terra enfrenta a truculência dos grileiros e de seus capangas e os aparelhos do Estado estão sempre funcionando a favor dos proprietários. A luta contra a carestia sofre as brutalidades e os vexames dos brutamontes de Maluf. Os ministros vivem reunindo com os patrões e deixando na porta os representantes sindicais autênticos. Em toda a parte, o povo em luta pelos seus direitos mais elementares choça-se com o Estado dos patrões e dos proprietários.

Foi por isto que o PT surgiu da luta sindical. E é por isto que o PT é o único partido autenticamente popular neste país - porque nasceu da luta que o povo está lutando.

A política é essencial. Primeiro passo. O segundo passo foi organizar o PT. Agora, é preciso saber combinar o PT com as entidades sindicais, combater as taras tradicionais que marcam a relação entre os partidos políticos e as entidades sindicais.

Em primeiro lugar é necessário partir da premissa de que o movimento popular, para ser forte, precisa de entidades sindicais fortes, autônomas em relação aos partidos políticos. Geralmen-



O PT não pode frustrar a expectativa que as massas depositam nele.

te, os militantes consideram que o essencial é fortalecer o seu partido político. Vale tudo para atingir este fim: até meter a mão nos fundos das entidades sindicais. Tais atitudes deprezam as entidades sindicais, revelam o desrespeito prático com que são tratadas pela maioria dos agrupamentos políticos. O que está em jogo é uma concepção da luta popular que superestima o papel e o valor dos partidos políticos. Ora, qualquer partido que atue numa sociedade fraca do ponto de vista sindical, estará à mercê dos golpes da direita e, na prática, não passará de um grupo de pressão, de uma "agência" de denúncias ineficazes.

Insistiremos neste ponto porque ele é fundamental: o "modelo" de luta popular existente na maioria dos agrupamentos políticos prevê, de um lado, as "massas" em luta, e de outro lado, os partidos políticos. Entre os partidos políticos e as "massas", as entidades sindicais surgem para serem "dirigidas" pelos políticos. Este "modelo" delirante é fortalecido pela propaganda das revoluções vitoriosas onde só se destaca o papel dos "dirigentes" e do "partido dirigente". As falsificações dos processos revolucionários chegam a esquecer (ocultar) o papel das entidades autônomas de tipo sindical que sempre tiveram um papel relevante em todos os processos sociais de luta popular dignos deste nome.

Avancemos mais os seguintes critérios:

- as entidades sindicais devem estar voltadas para a luta em torno dos interesses imediatos dos setores sociais que representam. Parece óbvio, mas não é: boa parte de entidades sindicais atualmente existentes não passam de aparelhos, ou de instrumentos para "dar presença" em atos e manifestações.

- as entidades sindicais devem ser democráticas - esta definição faz parte integrante da visão de autonomia da entidade sindical, ou seja, devem ser respeitadas todas as tendências políticas existentes ao nível sindical e não só: todas elas, segundo sua força, devem estar representadas na direção sindical;

- as entidades sindicais devem ser livres da tutela do Estado. Livres das amarras e dos "favores" estatais. Hoje é preciso curtir a legislação trabalhista. Seria infantil propor agora o sindicalismo paralelo. Mas é possível lutar contra e denunciar a dependência da atual estrutura sindical em relação ao Estado;

- as entidades sindicais devem ter uma política clara de alianças sociais. Privilegiando as alianças com os setores populares, oprimidos e explorados e que não vivem do trabalho alheio. E subordinando a essas alianças todo e qualquer outro tipo de acordo eventual com as demais forças sociais existentes.

Os militantes do PT não devem aparecer como um grupo "fechado" nas questões particulares e de encaminhamento prático. Não devem, necessariamente votar em bloco em todas as questões, obrigando a minoria a se submeter à maioria. O que deve estar em jogo para o conjunto dos militantes do PT, o que deve ser essencial para eles, o que deve caracterizá-los como militantes do PT, é uma nova concepção e critérios programáticos novos.

(*) Daniel Aarão Reis Filho é militante do Partido dos Trabalhadores no Rio de Janeiro.

Movimento Estudantil O ME é força auxiliar dos trabalhadores?

Por Halley M.V. Junior (*)

Em 1974 houve, na PUC-SP, uma sobre-taxa na anuidade contra a qual se mobilizaram massivamente os estudantes da Universidade; nesta mobilização iniciou-se a reconstrução das entidades estudantis livres, que rapidamente se concretizou. Em 1980, frente a uma sobre-taxa de 75% na anuidade da PUC-RGS, não se conseguiu mais que uma assembleia com a participação de uns mil estudantes e que não teve continuidade (!) - vale lembrar que na PUC-RGS não apenas existem entidades estudantis localizadas em todas as escolas, mas também o DCE.

Olhos levanos, frente a tal exemplo comparativo, poderiam dizer que a organização das entidades estudantis em nada contribuíram para que os estudantes melhor defendessem seus interesses, senão o contrário. Evidentemente, não concordamos com esta simplificação das coisas.

A explicação, de que o problema se encontra na impossibilidade dos estudantes resolverem sozinho as contradições do ensino, ou que estas contradições não podem ser positivamente resolvidas sem a alteração do conjunto da sociedade - o que é inteiramente verdadeiro -, nada explica. Esta generalidade serve hoje, tanto quanto servia em 1974 ou 1977, e seguirá sendo verdadeira daqui para diante. Assim mesmo, a relação entre o nível de organização e o poder de luta ou resistência, era uma em 1974, outra em 1977 e outra diferente em 1980. O problema é que, quanto maior o nível de organização maior também deveria ser o poder de luta e resistência. Mas vendo o movimento estudantil nos últimos seis ou sete anos, comparativa e proporcionalmente, o inverso é o que verificamos; e o problema agrava-se mais ainda quando sabemos que neste período a relação de forças, a nível do conjunto da sociedade, alterou-se favoravelmente para o lado do povo contra o governo e as classes dominantes.

Todas as organizações de massas, que defendam seus interesses, nascem apenas e somente no caso em que hajam lutas concretas. O inverso é válido também, isto é, toda organização de massa desvinculada ou mesmo apenas desvinculada das lutas cotidianas, que lhe deram origem, não pode sobreviver por muito tempo.

Em alguns Estados, notadamente no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul, tem surgido agrupamentos de estudantes que, rechaçando a participação das tendências tradicionais do movimento estudantil, atraem a simpatia de significativos setores do estudantado. De maneira geral, estes novos agrupamentos de vanguarda estão levantando corretamente um dos aspectos fundamentais da questão apontada: a visão e a atuação das tradicionais lideranças do movimento até aqui. Resultado desta "praxis" (que combina funcionalismo e utilitarismo) é o desgaste das entidades, a diminuição do poder de influência das lideranças sobre o conjunto e o consequente rebaixamento na capacidade de resistência e luta dos estudantes em geral.

É exatamente deste aspecto, a visão e a atuação das tendências tradicionais do movimento estudantil, que pretendemos aqui iniciar a abordagem.

Uma visão funcionalista e abstrata da Transformação Social

Parece que o ponto geral de concordância entre todas as tendências, ou a maioria delas, é o de que os estudantes são uma "força auxiliar dos trabalhadores". Quer dizer que, o papel do movimento estudantil é auxiliar os trabalhadores na transformação social. Daí decorre a preocupação de como vincular a luta dos estudantes (ou como subordiná-la) à luta dos trabalhadores, e as respostas são múltiplas: o PMDB, o PT, o trabalho em favelas e na periferia, a solidariedade ao movimento grevista, etc. Esta é, de maneira geral, uma das preocupações centrais das tendências, desde que, a partir de 1978, o movimento operário começou a reerguer-se.

Esta maneira de pensar não corresponde, porém, à realidade. Pelo contrário, deforma as relações reais entre os diversos elementos da luta de classes. Tais relações não se definem pela determinação de papéis a um e outro de seus componentes, papéis, além disso, estáticos e apriorísticos; são, pelo contrário, na medida em que reais, relações dinâmicas e muita vezes até contraditórias. Por isto mesmo, desta visão decorrem formulações abstratas de "como vincular a luta dos estudantes à população em geral", tais como a que encontramos na revista Mosaico (do DCE-UFGM de maio de 1980): "... ligando-o ao movimento popular e demonstrando junto a este movimento a importância de seu apoio e participação na nossa luta (como fazer esta demonstração, concretamente?). Trabalhos nos bairros periféricos, discussão de pesquisas que interessem ao povo, levar a sindicatos e associações de bairros para discutir nas escolas..." Ou seja, para romper o isolamento social em que se encontram, os estudantes devem sair do campus universitário e se embrenharem entre o povo... e isto quando mal se sustenta em suas próprias pernas, isto é, quando não consegue sequer minimamente resistir às investidas do governo e da burguesia no ensino contra os interesses estudantis.

É verdade que as contradições do ensino não poderão resolver-se sem a resolução da contradição fundamental da sociedade, isto é, entre capital e trabalho. Nesta medida, sozinhos, os estudantes não

poderão dar uma solução definitiva aos seus problemas. Isto não significa, porém, que o papel dos estudantes é o de "força auxiliar dos trabalhadores". Ao contrário, justamente o fato de que as coisas sejam assim, determina que os estudantes são parte do processo de transformação social, assim como o são todos aqueles setores, que cada um a sua maneira, sofrem as consequências da contradição entre capital e trabalho.

A contradição que move o movimento estudantil é, pois, uma contradição objetiva. Por conseguinte o rompimento de seu "isolamento social" é um processo sobretudo objetivo, de desenvolvimento de suas lutas concretas e da luta de classes em geral, e não a vontade de suas lideranças. Em outros termos, a melhor forma dos estudantes romperem seu "isolamento social" é ficarem dentro dos campus universitários e não nos bairros periféricos, isto é, lutar pelos seus interesses específicos e imediatos. O "isolamento social" entre os setores de alguma maneira oprimidos pelo capitalismo é sempre um problema de ordem conjuntural e, ao mesmo tempo, este "isolamento" não é um privilégio particular deste ou daquele setor do movimento de massas.

Poderíamos citar, como exemplo, as greves dos metalúrgicos de Osasco e Contagem em 1968, ou até mesmo, em nível diferente, dos metalúrgicos do ABC em 1980, movimentos que, apesar de envolverem categorias fundamentais no processo de produção capitalista, também padeceram de "isolamento social".

Assim é que esta visão do movimento estudantil como "força auxiliar dos trabalhadores", a visão de romper o "isolamento social" dos estudantes por meio de uma ação voltada para a ação dos trabalhadores, para além dos interesses específicos e imediatos dos estudantes, tem se constituído, isto sim, num forte elemento de desgaste das entidades e da diminuição da capacidade de luta e resistência destes, enfim, num forte elemento para a manutenção do referido "isolamento".

O problema, claro está, não é negar as lutas mais gerais da população (que são também, naturalmente, de interesse dos estudantes). A questão é, isto sim, como conduzir o desenvolvimento das lutas específicas e imediatas da melhor maneira possível, até as suas últimas consequências - única maneira de vincular orgânica e verdadeiramente, o movimento estudantil ao conjunto do movimento social.

(*) Halley M.V. Junior é estudante da Universidade Gama Filho do Rio de Janeiro.

Dêem uma força

Sr Editor:

Estou falando para este jornal porque ele parece que gosta da verdade e tem coragem de falar de coisas dos poderosos. Já tentei rádio e outros jornais como a Folha, mas ninguém deu importância, ou não teve coragem.

Eu era funcionário do posto de gasolina Manho Ltda que fica na Aclimação. O dono do posto queria que eu trabalhasse desonestamente misturando óleo de grafite com óleo queimado, roubando gasolina dos carros dos fregueses que ficavam lá, virando latas vazias de óleo no carter dos carros na frente dos fregueses, falsificando aditivo, vendendo água de torneira como água destilada e muitas outras coisas. Ele era tão safado que até viajava nos carros que os fregueses deixavam lá por dias.

Porque eu me recusei a isto ele me mandou embora e até disse que não adiantava reclamar na Justiça do Trabalho porque ele comprava os advogados além de ter amigos na polícia que me meteriam na cadeia se eu falasse. Ai eu dei queixa no 5.º Distrito Policial, mas o delegado não tomou nenhuma providência. Nem mesmo me deu cópia do Boletim de Ocorrência. E até me ameaçou de me colocar na cadeia. Eu fui na Justiça assim mesmo, mas o patrão comprou o testemunho dos empregados e meu advogado e assim eles fizeram depoimento contra mim.

Agora eu estou tentando levar a denuncia ao juiz corregedor do forum. E se vocês pudessem publicar isto para mim, daria uma grande força.

Obrigado, **Hozano Felix da Silva, São Paulo**



Leia e assine as revistas "El Viejo Topo" e "Transición" (Espanha)

Preços: EL VIEJO TOPO Cr\$ 220,00 / TRANSICIÓN Cr\$ 220,00
 EL VIEJO TOPO EXTRA N.ºs 8 e 9 Cr\$ 290,00
 TRANSICIÓN ESPECIAL N.ºs 10, 11 e 19 Cr\$ 290,00
 EL VIEJO TOPO EXTRA 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 7 Cr\$ 220,00
 EL VIEJO TOPO - Coleção Completa 10% de Desconto.

Os preços estão sujeitos a reajustes conforme a Tabela da Câmara Brasileira do Livro para publicações importadas.

Pagamento: Não é necessário qualquer pagamento antecipado. O assinante pagará cada revista mensalmente quando recebê-la através do reembolso postal, sem despesas postais.

Obs.: O não recebimento de um número cancela automaticamente a assinatura.

Preencha o cupom ou escreva para
Editores Combatista Socialista
 Rua Jerônimo Coelho, 206 - 90.000 - Porto Alegre (RS)

Nome:

Endereço:

Cidade:

CEP: Estado: Profissão:

El Viejo Topo () Assinatura 1 Ano () Assinatura 6 meses
 () 1 Ano inclusive n.º Extras () 6 meses inclusive n.º Extras () Coleção Completa
 N.ºs. atrasados:

Extras () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () 7 () 8 () 9

Transición () Assinatura 1 Ano () Assinatura 6 meses () Coleção Completa
 N.ºs. atrasados:

Obs.: Os números atrasados desejo receber parceladamente ... números cada mes.

Editores Combatista Socialista - Distribuidora Exclusiva das Revistas Espanholas El Viejo Topo e Transición para o Brasil.

Editores Combatista Socialista - distribuidora exclusiva das revistas espanholas El Viejo Topo e Transición para o Brasil.

Errata:

Por falhas de edição, nos últimos dois números do EM TEMPO, a publicidade das revistas Viejo Topo e Transición saiu com o preço antigo.

O escravo proletário na história do Brasil

A propósito do livro de Décio Freitas, O Escravismo no Brasil, lançado recentemente.

Décio Freitas, autor do já clássico "Palmares: a guerra dos escravos", acaba de apresentar mais um acurado estudo: o "Escravidão Brasileiro". Este trabalho pretende ser uma síntese das investigações do autor sobre nossa formação servil. Nele, o historiador gaúcho ocupa-se também de domínio quase estranho a nossa historiografia social: a crise do regime escravista no Brasil e as relações sociais que vicejaram após 1888.

Não discutiremos o "semi-feudal" (ou de "tipo feudal") com que o autor define as novas relações sociais que emergem da crise da formação escravista (destaque-se que suas premissas e conclusões são no geral antagônicas à tradicional interpretação "feudal" da história brasileira). Queremos é destacar a atilada dissecação das relações sociais escravistas e, principalmente, da classe escrava.

O peso significativo da população escrava sempre colocou o porquê da incapacidade do escravo de destruir o regime social que o oprimia. Esta característica - comum no geral a todas as formações sociais escravistas - permitiu as mais díspares afirmações sobre a pretensa inferioridade do homem africano, sobre as benignidades do escravismo brasileiro, etc. A moderna historiografia das lutas sociais do escravo no Brasil lançam por terra estas dúbias interpretações. Ficava, porém, por se explicar a incapacidade das massas escravas em gerar movimentos gerais contra o escravismo.

O isolamento do escravo proletário

Décio Freitas discorre detidamente sobre as causas desta "incapacidade". A falta de unidade étnica dos afro-brasileiros - e portanto unidade linguística, histórica e cultural; a distância que permeavam as grandes concentrações de escravos; a inacessibilidade dos centros do Poder Escravista; a renovação contínua da massa escrava, aplastada pelas duras condições da produção, eram barreiras para a insurgência servil geral. O nível técnico extremamente baixo da produção, o controle policial, etc. a dificultavam também. O

principal motivo encontrava-se, porém, na heterogeneidade da massa escrava. Décio Freitas prefere até mesmo utilizar a categoria "estamento" para definir o conjunto dos homens reduzidos juridicamente à escravidão, reservando o caráter de "classe" exclusivamente para o escravo proletário.

"Não havia nenhuma outra categoria social - escreve Décio Freitas - vitalmente interessada em abolir o sistema, pois todas bem ou mal viviam às expensas do trabalho escravo. A simples identidade de cor não gerava solidariedade entre os negros. Estes superavam os brancos nos tempos coloniais, na proporção de dois para um, havendo lugares, como na cidade de Salvador, em que a superioridade numérica era de cinco para um. Os negros, porém não se encontravam todos na mesma situação. Havia entre eles, pelo contrário, diferenças que se sobrepunham à igualdade da cor: negros livres e negros escravos; negros escravos submetidos ao terrível trabalho das plantações ou das minas e negros que viviam em condições de parasitismo ou de exploração muito branda, como certos escravos domésticos; negros livres que passavam fome e negros livres que às vezes possuíam número considerável de escravos; negros escravos apropriados de todo o fruto do trabalho, como os das plantações e das minas, e negros escravos que auferiam uma renda monetária, como os "escravos-de-ganho"; enfim, do mesmo modo que a identidade da cor não impedira na África que se escravizassem uns aos outros para alimentar o tráfico, não impedia que no Brasil muitos colaborassem com os brancos para manter subjugados e oprimidos os demais negros"

O que não quer dizer que os únicos rebelados tenham sido os escravos proletários. Ao contrário. Nossa história registra inúmeros casos de escravos "ladinos" e até mesmo domésticos participando e liderando inúmeros atos de resistência ao escravismo. Explica somente a dificuldade objetiva da massa escrava (quer no mundo colonial, quer na antiguidade) em gerar um movimento social geral. Isto nos mostra, também, que a



O ESCRAVISMO BRASILEIRO

divisão entre os explorados - e pretensas incompatibilidade entre eles - foram geralmente a melhor forma para mantê-los sob domínio.

Décio Freitas, assim como Jacob Gorender, é um estudioso intimamente comprometido com as lutas sociais. A historiografia deste, assim como a brilhante interpretação da economia política do escravismo colonial do segundo, dão a base para uma interpretação criativa de nossa formação social, com candentes ilações contemporâneas. Trata-se de um obra de leitura quase necessária. Por problemas de distribuição aparecerá dificilmente nas livrarias nacionais. Damos, portanto, o endereço para pedidos: ESTSI B - Rua Paulino Chaves, 291 - Porto Alegre - Fone: 23-2282 - RS. (Mário José Maestri Filho)

Leia e Assine

EM TEMPO

Resista conosco à escalada terrorista

EM TEMPO

CONSELHO EDITORIAL E ADMINISTRATIVO: Eder Sader (presidente), Aloisio Marques, Antonio Heider, Antonio Jorge, Carlos Tiburcio, Flávio Aguiar, Flavio Andrade, F. Pereira, João Batista dos Mares Guia, José Luiz Nadal, Marcelo Beraba, Marco Aurélio Garcia, Paulo Cavalcanti, Raul Pont, Robinson Aires, Sérgio Allí, Tom Duarte.
Suplentes: Luci Ayala, Marisa Araujo, Roberto Rodrigues, Sandra Starling, Valmir Menezes.

DIRETORIA: Flávio Andrade (presidente), Carlos Tiburcio, José Luiz Nadal, Marco Aurélio Garcia, Robinson Aires.

EDITOR CHEFE: Flávio Andrade.

DIR. RESPONSÁVEL: Robinson Ayres.

ARTE: Sérgio Papi.

SUCURSAIS:

BELO HORIZONTE: Av. Cristóvão Colombo, 550 - Tel.: 224-0127. **PORTO ALEGRE:** Av. Osvaldo Aranha, 1407 - Loja 20. **RIO DE JANEIRO:** Caixa Postal 4680. **SALVADOR:** Av. Joana Angélica, 8 - sala 44. **FORTALEZA:** R. Castro e Silva, 1169 - Tel.: 226-804.

EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte S.A.

R. Francisco Leitão, 57 - Pinheiros - São Paulo - CEP: 05414 - Tel.: 852-8880.

COMPOSIÇÃO E FOTOLITO: Editora LETRA Ltda.

R. Artur de Azevedo, 1977 - loja 1 - Tel.: 212-5061.

Campanha Nacional Contra o Terror

Desencadeada a nível nacional uma campanha massiva e sistemática contra os atos de terrorismo e o acobertamento do governo aos criminosos.

Violência desmedida, ataque sistemático e ousadia de quem tem força e segurança de sua impunidade. Estas têm diso as características da onda de atentados terroristas perpetrados no período recente: A covarde agressão a Dalmo Dallari, a explosão de uma bomba no Sindicato dos Jornalistas de MG, o ataque nacional contra a Imprensa Alternativa através de perseguição aos jornalistas, as ameaças a personalidades democráticas.

É conhecido o rosário de prisões arbitrárias, de espancamentos e torturas dos chamados presos comuns. Espalhando o medo e a insegurança através de prisões arbitrárias, a repressão policial também tem seus grupos clandestinos de policiais que, acobertados e impunes, assassinam brasileiros marginalizados e excluídos, abandonando-os em lotes vagos, terrenos baldios ou na beira de estradas, em nome dos chamados "Esquadrão da Morte", "Cravo Vermelho", "Mão Branca"...

Com base nas informações disponíveis, entretanto, é possível hoje delinear com alguma precisão quem são os agentes do terror, a sua força, o seu projeto, as suas relações com o Governo.

Em primeiro lugar, está clara a **dimensão nacional**, articulada, a origem comum dos atentados. Isto a partir da evidência das notas de ameaças aos jornalistas idênticas em vários Estados; a forma simultânea, com os mesmos métodos, da campanha contra a imprensa alternativa.

Em segundo lugar, está evidente que não são grupos pequenos, artesanais, os autores destes atentados. Pois vinculada à sua dimensão nacional está a **forma profissional** com que atuam. Ver denúncia de Genival Tourinho de que os autores operacionais dos atentados não são do Estado de origem, mas transacionados para dificultar a identificação. Denúncias inclusive confirmadas por relato dos sindicalistas em relação ao desconhecimento da região por parte de terroristas que prenderam lideranças do ABC durante a greve.

Em terceiro lugar, é uma **corrente forte**. Tudo indica a sua articulação com altas patentes do Exército. Isto, inclusive, a partir da denúncia recente do Dep. Genival Tourinho acusando os Gals. Antônio Bandeira (comandante do III Exército), José Luís Coelho Neto (comandante da 4ª Divisão do Exército) e Milton Tavares de Souza (comandante do II Exército) de estarem envolvidos com os atentados. A reação tímida destes três generais frente a uma acusação de tal gravidade contrasta com reações bem mais incisivas quanto a acusações de muito menor monta. E

também a articulação dessa corrente com autoridades governamentais (ver o envolvimento notório do gov. Maluf no ataque terrorista a populares na Freguesia do Ó em SP), além de setores do empresariado nacional e, sem dúvida, elementos do aparelho repressivo do Exército e da polícia. É portanto, um inimigo poderoso, dotado de influência política, dinheiro, com acesso fácil a armas e explosivos.

Em quarto lugar, mas não menos importante, estes grupos parecem não ser apenas tresloucados anti-comunistas, mas grupos com uma **ideologia fascista**, com um projeto para a sociedade brasileira que é o esmagamento direto e férreo das oposições populares. Basta ver a referência ao nome Falange, típico da história do fascismo, a sua proposta nacionalista "de uma Pátria nova, calcada na ordem", a atribuição recente, de um general, a uma conspiração "judaico-comunista" contra o acordo nuclear. Enfim, tudo indica que há um processo vigoroso de organização clandestina do Fascismo em curso no país.

Finalmente, caberia perguntar: como poderiam existir grupos clandestinos com tal liberdade de ação se não estivessem organicamente vinculados a setores do governo ou ao próprio governo?

É importante verificar que, como existem divisões nas oposições, existem também divisões nos setores dominantes. O que ficou evidente, por exemplo, no episódio do afastamento do Gal. Ednardo quando do bárbaro assassinato do operário Manuel Fiel Filho, na tentativa fracassada de golpe articulada pelo ex-Ministro do Exército Gal. Frota, nas inúmeras dissensões quando da sucessão de Geisel.

Há, seguramente, dois projetos: um majoritariamente aceito nas Forças Armadas e setores do empresariado que procura aliar manobras políticas e repressão para o isolamento dos setores mais combativos da oposição, com o projeto da "abertura"; outro, minoritário mas firmemente inserido nas Forças Armadas e no governo, que tem um projeto de ataque em "linha reta" às oposições, um projeto de fechamento integral e imediato. Desde logo, é importante salientar que entre estas alas existe uma unidade fundamental no objetivo comum de manter o atual regime através do esmagamento dos movimentos populares e democráticos. Mas há uma divergência de **métodos**, de qual caminho percorrer para chegar ao mesmo fim.

Compreendendo isto, e sempre denunciando o governo no seu conjunto, devemos procurar explorar as contradi-

ções no próprio governo. Seria ingênuo de nossa parte simplesmente pelo fato de saber que os atentados provêm de setores ligados ao governo e que ele nada fará para apurá-los, deixar de pressionar o Estado para apurar e punir os criminosos. Além de dificultar as manobras do governo, **desmascarar a sua retórica democrática, a pressão sobre ele tem o papel de demonstrar à população o comprometimento oficial com o terrorismo.**

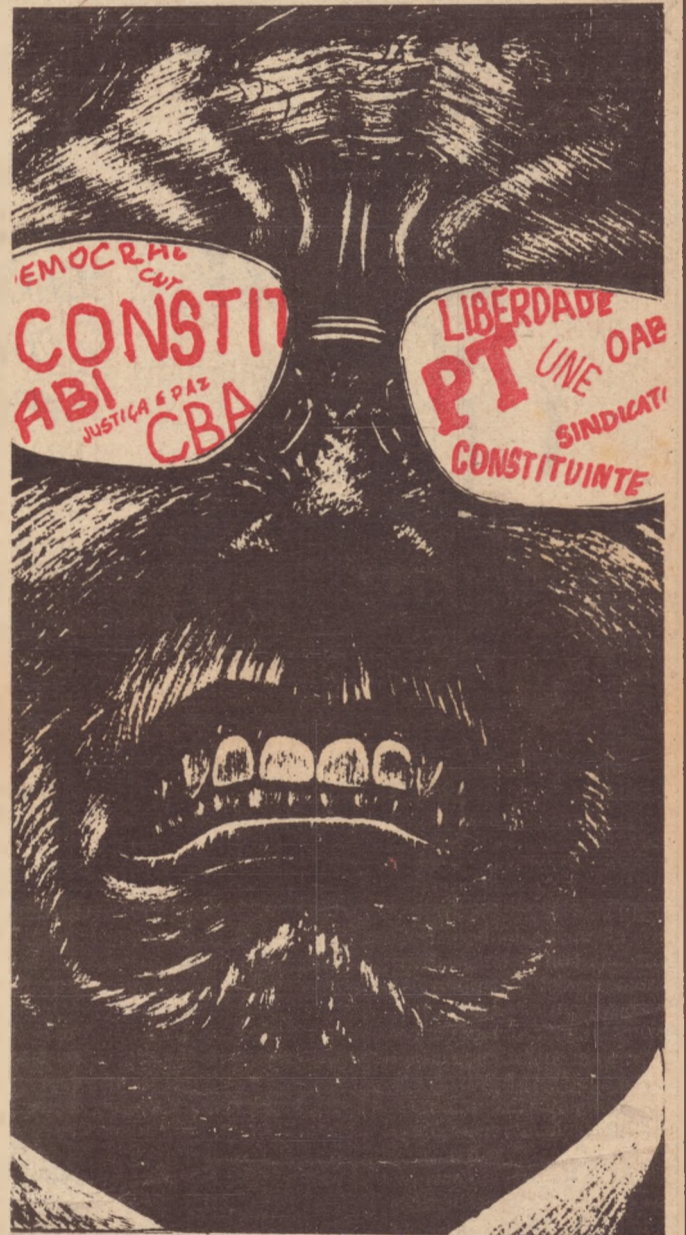
Assim, tendo por base estes conhecimentos, a proposta é de que a nossa luta contra o terrorismo seja levada em duas frentes: a denúncia pública, veemente e o mais concreto possível dos atentados terroristas e a pressão sistemática e organizada sobre o governo exigindo apuração e punição dos responsáveis. É pois fundamental que assumamos com vigor essa luta pelos mais elementares direitos humanos e Liberdades Democráticas, pois aonde pode parar a escalada do terror, se não opusermos a ela, **agora, uma forte resistência?**

A situação colocada exige dos setores mais combativos da população uma resposta efetiva, no sentido de denunciar amplamente os fatos e ir além deles: apontar os responsáveis diretos, exigindo do governo sua punição. Temos clareza que as ameaças e atentados contra pessoas e entidades são tentativas de acuar o movimento popular, de impedir a organização e seu avanço. Desta forma, só a amplamente os fatos e ir além deles: apontar os responsáveis diretos, exigindo a repressiva, garantindo assim a sua própria continuidade.

Avaliamos, porém, que não é mais o momento de darmos respostas isoladas, especialmente quando estamos diante de um conjunto de ações sincronizadas, com objetivos definidos. Temos claro também que, do ponto de vista da eficácia política, ações de setores isolados só levam ao seu desgaste e ao desgaste da própria luta. Devemos encaminhar portanto no sentido de trabalhar de modo conjunto e unitário.

Hoje, temos que nos organizar para prepararmos uma resposta conjunta que tenha meios e metas bem definidos, de forma a questionarmos diretamente o poder, colocando desde já soluções concretas para o desmascaramento e punição dos responsáveis. Desta forma, convocamos a todos para discutir e organizar uma "CAMPAÑA CONTRA O TERROR", com o cunho de denúncia massiva dos fatos e mobilização dos diversos setores, com reivindicações específicas e formas de luta bem traçadas, articuladas, inclusive nacionalmente.

- Milhares de pessoas em atos públicos por todo o país repudiam o terrorismo acobertado pelo governo
- Em Minas instala-se uma CPI contra o terror e em Brasília deputados articulam medida idêntica
- Em São Paulo personalidades e entidades democráticas e populares lançam uma "Carta aos Democratas" que será levada ao general Figueiredo em Brasília.
- Jornaleiros do Rio declaram que não se intimidarão com as ameaças e prometem fazer uma greve geral caso persista a impunidade dos terroristas
- Em Minas as autoridades se vêem obrigadas a dar proteção policial permanente a opositoristas ameaçados



Os fascistas se contorsem de pavor e ódio diante das mobilizações de massas assim como os vampiros diante da cruz. E ficam desesperados.

- Desesperados e tresloucados os terroristas agora partem para cima das publicações eróticas, proibindo-as também, e para cima dos judeus, depredando uma creche judaica em São Paulo
- O descaramento da polícia é tamanho que um terrorista, pego em flagrante no Ato Público de São Paulo lançando gás na multidão é solto imediatamente "por falta de provas"
- Mais um deputado, agora Marcos Cunha do PMDB, denuncia os generais comandantes do II e III Exército de estarem à testa das bandas fascistas
- Novas bancas são destruídas, agora em Brasília e Rio Grande do Sul
- As investigações sobre os terroristas estão paradas e não levam a nada
- Polícia de São Paulo recusa-se a mostrar ao professor Dalmo Dallari as fotos dos agentes do DOI-CODI
- Ainda em São Paulo, a prefeitura de Maluf alia-se de peito aberto aos terroristas no combate aos jornalistas prendendo-os e proibindo-os de exporem suas publicações

Solidariedade à imprensa alternativa nos faz mais fortes

Mutirões de venda direta são um sucesso. População em massa se solidariza comprando os jornais no centro da cidade. Venda de assinaturas bate recordes nunca antes alcançados elevando as receitas dos "nanicos" bem acima da queda nas bancas. Esquemas de distribuição permanentes em entidades democráticas e populares. Vários jornalistas intimidados e sindicatos da categoria afirmam que retomarão breve as vendas dos jornais alternativos.

DEFENDA A IMPRENSA POPULAR

Leia, divulgue, venda e assinie

Companheiro	Movimento
Convergência Socialista	O Trabalho
Coojornal	Pasquim
Correio Sindical	Repórter
Em Tempo	Tribuna da Luta Operária
Hora do Povo	Voz da Unidade

Compre nas bancas. Ajude a vender. Estimule os jornalistas a resistir aos terroristas. Faça a sua assinatura.